

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

ANA PAULA PEREIRA

**O DISCURSO DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE:
SIGNIFICADOS CONTRADITÓRIOS EM CONFLITO**

SÃO CARLOS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

ANA PAULA PEREIRA

**O DISCURSO DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE:
SIGNIFICADOS CONTRADITÓRIOS EM CONFLITO**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Lingüística para
obtenção do título de mestre em Lingüística.
Orientação: Prof. Dr. Valdemir Miotello**

SÃO CARLOS
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436dj

Pereira, Ana Paula.

O discurso da justiça como equidade : significados
contraditórios em conflito / Ana Paula Pereira. -- São Carlos
: UFSCar, 2010.

122 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Linguística. 2. Dialogismo. 3. Bakhtin, Mikhail
Mikhailovitch, 1895-1975. I. Título.

CDD: 410 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemir Miotello

Valdemir Miotello

Profa. Dra. Marina Célia Mendonça

Marina Célia Mendonça

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva

Soeli M. S. da Silva

AGRADECIMENTOS

Para mim, essa é uma das páginas mais importantes, para mim, nessa dissertação. Se este trabalho se concluiu é porque, em meio à sua construção, tive o apoio de dezenas de pessoas. Não conseguirei nomear todos aqueles que me ajudaram; mas posso dizer que foram muitos mesmo aqueles que, com palavras, sorrisos, apoios, orientações, paciência, me deram coragem, força para continuar, em momentos que parecia não mais saber para onde caminhar. A todas essas pessoas o meu agradecimento será eterno...

Gostaria de agradecer à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, representado pelas Supervisoras de Ensino, Maria Cristina Pirajá e Márcia Belli, da Diretoria de Ensino de São João da Boa Vista, a possibilidade de ter desfrutado do Programa Bolsa Mestrado.

Agradecer, demasiadamente, a todos de minha escola, a Escola Estadual Euclides da Cunha – Ensino Fundamental e Médio. Aos meus alunos que sempre tiveram paciência e um carinho enorme por mim; aos meus amigos professores, todos eles, sem distinção, que sempre tiveram uma palavra especial de apoio, de encorajamento, me ofertaram abraços e aconchego, nos momentos difíceis. Aos meus queridos funcionários da casa, à Ângela, Dona Zélia, Márcia, Tereza, Eliana, Rosângela, Roseli, Marciano, Dani que sempre procuraram me ajudar! À Odete, Sr. Carlos, Aline, pessoas iluminadas...

À minha querida diretora e amiga Alexandra... nunca esquecerei o apoio, os abraços que você me dispensou, Alexandra! Nada no mundo paga esse apoio que encontrei em você. Obrigada por tudo!

À minha eterna irmã Dulcinéia, por sempre acreditar em mim, me apoiar, por sempre ter uma palavra de apoio!

Ao Luiz Antonio Cassassola e toda sua família pela força, coragem! O meu agradecimento eterno por tudo o que aprendi com vocês!

À minha querida Universidade Federal de São Carlos que me recebeu de braços abertos. Senti que ali era minha casa, que ali poderia aprender, tornar-me alguém melhor! À minha querida Nani que sempre esteve pronta para ajudar, com seu sorriso meigo e sua competência. Aos meus queridos professores: o Roberto Baronas, aquele

sorriso grande, coração de ouro; à Vanice, doce, sempre pronta a nos ouvir, a nos orientar, nos ajudar; à querida Bel, sempre disposta a dividir conosco o conhecimento, coração maravilhoso, palavras especiais em momentos difíceis; à Soila, querida Soila, ser humano maravilhoso que nunca sairá de meu pensamento e coração. Vocês, meus queridos e eternos professores, sempre estarão comigo. Obrigada por tudo!

Aos meus queridos amigos Milena, Sydnai, Sandra, André, Luciana por terem compartilhado períodos tão importantes de minha vida.

Ao meu eterno irmão, Lucas, o meu agradecimento por toda força que me deu ao longo desse período....

Ao meu querido, inesquecível mestre, Valdemir Miotello. O meu agradecimento a você, querido Mestre, será eterno; obrigada pela força, pela confiança, pela orientação, pela paciência. Você abriu meus olhos para um mundo de conhecimento maravilhoso. Mais que professor, você é um grande amigo que levarei pelo resto de minha vida. O meu obrigada por tudo!

À Eveline, Camila, Otávio, Eric... meus amores.

Ao Colin, essa luz tão especial que só faz iluminar minha vida....amor, companheirismo, calma, paciência, força, coragem, música, arte e um gosto incrível pela vida!

Aos meus pais: se concluo esse trabalho hoje, devo a eles. Amor, companheirismo, força, paciência... Pai, Mãe, o meu amor e agradecimento a vocês também não tem tamanho, porque é eterno. Amo vocês.

Ao nosso Pai, ou à energia universal, ou à vida, para quem preferir... Agradeço a possibilidade de estar aqui, vivendo, aprendendo, e compartilhando essa minha existência com seres tão maravilhosos.

RESUMO

Nossa pesquisa se detém sobre a questão dos sentidos de justiça. Vivemos em um grupo social onde a justiça tem por princípio a equidade entre todos os indivíduos? Trata-se de uma verdade corrente entre todos os cidadãos ou apenas uma idealidade pertencente ao mundo das palavras e das leis que criam organizações sociais ideais?

Para pensarmos esse assunto, focamo-nos nas formas de construção discursiva que as revistas *Veja* e *Isto é* registraram sobre os eventos referentes às ações do Primeiro Comando da Capital, em maio de 2006. Nosso objetivo foi de observar como os grupos sociais consideram a si próprios: em momentos de instabilidade social todos os indivíduos de um mesmo grupo social são considerados iguais uns aos outros?

Nossa base epistemológica é a do Dialogismo, teoria essa, desenvolvida pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin. Com ela, pudemos verificar no material selecionado, a construção de dois gêneros discursivos: um baseado no terror, e outro baseado na pedagogia. De um lado, os registros nos mostram a criação de um discurso que veicula o terror, por ter a ordem social do grupo social dominante desestabilizada. Por outro lado, verificamos a criação de um discurso pedagógico que procura mostrar quais ações o Estado deveria tomar para reverter a situação de desestabilização. Em ambos os casos, fica patente, que o enunciador reflete as ideologias de uma organização social que não entende que todos os indivíduos são iguais.

ABSTRACT

Our research examined the question of the meanings of Justice; Do we live in a social group where Justice has the fundamental principle of equity among all of its participants? Is this notion of equity an eternal truth? Perhaps it is only an idealism in language or an idealism of the laws which control our social organisations?

Exploring the meanings of Justice, our focus was on speech construction, developed by the magazines “Veja” and “Isto é” when they reported on the Primeiro Comando da Capital in May 2006. Our objective was to examine how social groups recognise and value themselves at times of social instability. Do all the members of the social group consider themselves as equals?

Our epistemology was Dialogism, developed by the Russian philosopher, Mikhail Bakhtin. Using his methodology we identified in the corpus, the construction of two speech genres: one creating fear, and the other, pedagogic. On the one hand, the magazine reports displayed the development of a speech full of fear for the destabilisation of the dominant social group’s order. We also identified the construction of a pedagogic speech which instructed the State to resolve the problems from social destabilisation. In both speech genres, we identified the presence of ideologies which indicated the lack of social equity among all the members of the group.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Revista *Isto é* – capa – edição de 24 maio 2006

Figura 2 – Revista *Isto é* – edição de 24 maio 2006

Figura 3 – Revista *Veja* – capa – edição de 24 maio 2006

Figura 4 – Revista *Veja* – edição de 24 maio 2006

Figura 5 – Revista *Veja* – edição de 24 maio 2006

Figura 6 – Revista *Veja* – edição de 24 maio 2006

Figura 7 – Revista *Veja* – edição de 24 maio 2006

Figura 8 – Revista *Veja* – edição de 24 maio 2006

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1. Um espaço para o irrompimento dos estudos da linguagem	20
1.1. A língua: objeto das ciências	23
1.2. A abertura a novos olhares sobre os estudos da linguagem	25
1.3. Algumas considerações sobre o Dialogismo	29
1.3.1. Processos de compreensão	31
Capítulo 2. O Registro dos sentidos: a mídia e a construção da memória	34
2.1. O olhar sobre o passado. História e Memória. Mídia construindo a História e a Memória	34
2.1.1. O Passado – ser pronto à interação	34
2.1.2. O Passado – registro daquele que pode mais; delineamentos para o presente e futuro	36
2.1.3. Registros da Memória dos grupos sociais – os suportes midiáticos	37
2.2. A questão do “grande tempo” – o horizonte social amplo	39
2.2.1. A queda do Boeing da Gol	40
2.2.2. Maternidade em jogo	41
2.2.3. Primeiro Brasileiro no espaço	41
2.2.4. Rumo à Presidência da República	42
2.2.5. O escândalo das “sanguessugas”	43
2.2.6. O caso Opportunity	43
2.2.7. Copa do Mundo	44
2.2.8. Tiranos? Novos questionamentos para o futuro	45
2.2.9. Ocidente x Oriente	46
2.2.10. Eleições na América	47
2.3. Uma compreensão	47
Capítulo 3. Maio de 2006: abalos nas concepções de eterna estabilidade social	50
Capítulo 4. Análise de enunciados: revistas <i>Isto é</i> e <i>Veja</i> nos eventos de 2006	54

4.1. Enunciados do gênero do terror – ausência do Estado – mocinhos e bandidos na luta pelo poder	55
a) Revista Isto é – Capa	55
b) Revista Isto é – Ônibus incendiado	57
c) Revista Veja – Capa	58
d) Revista Veja – Terror em São Paulo	60
4.2. Enunciados do gênero pedagógico – causas e soluções para o mal do Estado	61
a) Revista Veja	61
b) Conteúdo Temático	61
c) “Desastre do sistema carcerário em São Paulo”	62
d) “Soluções imediatas para o problema”	64
e) “O dia em que São Paulo parou”	66
f) “Nos Estados Unidos é outra história”	68
g) “Cooperativa do Crime” – O Primeiro Comando da Capital	70
Capítulo 5. A construção das idealizações de sociedade	73
5.1. Os grupos sociais – a construção de idealidades	75
5.1.1. Organizações sociais: criação das sociedades ideais – origens míticas	76
5.1.2. Organizações sociais: criação das sociedades ideais – a construção da oficialidade	81
5.1.2.1. Leis: a idealidade organizadora	82
5.1.2.2. A Justiça como princípio de equidade	85
5.1.3. A Justiça como equidade no Estado brasileiro	87
Capítulo 6. O Primeiro Comando da Capital	93
6.1. Documentos	94
6.1.1. Inquérito Policial	95
6.1.1.1. Inquérito Policial no. 050.02.089596-8 – a construção discursiva da identidade de um grupo.	95
6.1.1.2. Inquérito Policial no. 050.02.089596-8 – a construção da memória de um grupo.	97
6.1.2. Discursos jornalístico – discurso de romance	98

6.1.2.1. A construção da memória da violência no Brasil	100
6.1.2.2. A construção da memória de um grupo social: O Primeiro Comando da Capital	101
6.1.3. O Estatuto	103
6.1.3.1. O Estatuto do Primeiro Comando da Capital	103
Conclusão	107
Referências	113
Anexo	116

INTRODUÇÃO

Provavelmente, será difícil encontrar, em termos de *terra brasilis*, um período em que palavras como democracia, justiça, igualdade de direitos e deveres estejam sendo tão utilizadas como as vemos atualmente, em nossos meios sociais, como as vemos estampada, gritadas, nos mais diferentes suportes que circulam em nossa sociedade plurimidiática; das casas mais simples às mais sofisticadas, que recebam um sinal televisivo, ou de rádio, linhas de conexão com o mundo virtual, ecoam vozes dos meios de comunicação relatando casos de favorecimentos ilícitos, desvio de dinheiro público, corrupção, destruição do patrimônio público, abuso de autoridade, vandalismo, assaltos, assassinatos, estupros, doenças, fome, miséria..... Configura-se uma realidade em que, os indivíduos têm um acesso cada vez maior ao sentido mitificado de *povo*, entendido como um conjunto de pessoas que são iguais, tendo os mesmos direitos e deveres. Como diz Caldeira (2002):

Nos últimos 20 anos, e especialmente na última década, um imaginário de cidadania e direitos consolidou-se na sociedade brasileira e passou a ser uma linguagem comum aos mais distintos grupos sociais e espaços de sociabilidade, servindo de referência a práticas distintas. Os direitos extrapolaram a esfera trabalhista, na qual sempre haviam sido legitimados e eram praticados de forma regulada, e, através dos movimentos sociais, encontraram nas condições precárias das periferias urbanas, outro campo de referenciamento – direito à cidade e à sua ordem legal, direito a asfalto e água, a iluminação e telefonia.

Por conta disso, a *Justiça* está na boca do povo; está na boca dessa parcela que existe e que não é contada¹, que se tem definida dentro das idealizações de

1 Segundo Rancière (1996, p.102, 103): “A democracia é o tipo de comunidade que é definido pela existência de uma esfera de aparência específica do povo. [...] o povo que ocupa essa esfera de aparência é um 'povo' de um tipo particular, que não é definível por propriedades do tipo étnico, que não se

democracia e se sente incluída nas definições do Estado brasileiro. Mas quem é esse povo? Seriam todas as pessoas que poderiam realmente se enquadrar na definição oficial de povo? E, pensando nisso, a *Justiça* enquanto pressuposto de que todos os indivíduos são iguais, realmente é assim concebida por todos os indivíduos que compõem o Estado brasileiro?

O caso sobre o qual nos debruçamos nessa dissertação parte dos eventos ocorridos em maio de 2006, cuja designação foi amplamente usada pelos suportes midiáticos como “Ataques do Primeiro Comando da Capital”; interessa-nos observar como determinados suportes midiáticos constroem suas considerações sobre *Justiça*. Ou seja, partindo do pressuposto de que nossos grupos sociais se organizam, considerando que a *Justiça* é uma das bases para essa organização, uma vez que concebem todos os indivíduos como iguais, procuramos entender se essa pressuposição permanece nos momentos de instabilidade social. Procuramos fazer essa análise por meio dos registros midiáticos, uma vez que concordamos com Bakhtin (1995, p.41), quando ele afirma: “a palavra sempre será o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”. Procuraremos analisar, portanto, se essa concepção de igualdade entre os indivíduos dentro do Estado de direito é uma concepção única, monológica. Acreditamos, entretanto que, através de nossas análises, poderemos vislumbrar o contrário, ou seja, aquilo que Bakhtin (1995, p. 46) nos diz: mesmo a coletividade se utilizando de um mesmo código linguístico, existem aí, índices de valores contraditórios, que mostram interesses ideológicos contraditórios; para Bakhtin (1995, p. 46) “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Assim, o evento que nos provocou a intenção de pensar sobre essa concepção de *Justiça*, enquanto igualdade entre todos os indivíduos dentro de uma coletividade, se deu em maio de 2006. Na oportunidade, a população da região metropolitana e das cidades do interior do estado de São Paulo vivenciou ações de violência, através de uma série de assassinatos de agentes de segurança pública, e civil, seguidas de outras ações, também de caráter violento, a postos policiais, prédios públicos, agências bancárias, supermercados e veículos de transporte coletivo. Tais

identifica a uma parte sociologicamente determinável de uma população nem à soma dos grupos que constitui essa população. O povo por intermédio do qual há democracia é uma unidade que não consiste em nenhum grupo social, mas sobre-impõe, à dedução das parcelas da sociedade, a efetividade de uma parcela dos sem-parcela. A democracia é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade, sujeitos flutuantes que transformaram toada representação dos lugares e das parcelas.

ações foram atribuídas, pelo governo do estado de São Paulo e ratificado pelos veículos midiáticos, ao grupo **Primeiro Comando da Capital** (PCC).

Falar sobre a existência desse grupo social marginal é tarefa difícil. Difícil, pois as palavras referentes a ele são filtradas pelos meios oficiais; o que recebemos, são compreensões de compreensões. Portanto, tecer considerações sobre a sua existência se torna uma tarefa complicada, mesmo entendendo que sempre teremos versões sobre os acontecimentos.

Dessa forma, analisamos as informações contidas no Inquérito Policial de número 050.02.089596-8, instaurado na 12ª Vara Criminal do Foro Central de São Paulo. De acordo com o Inquérito, esse grupo social teria sido formado em 1993. Segundo o relatório do Inquérito, inicialmente, o grupo social acusado teria por objetivo a extorsão de indivíduos encarcerados (como também de seus familiares), dentro dos presídios do estado de São Paulo.

Posteriormente, o Inquérito afirma que o grupo teria passado a agir de forma mais violenta, realizando execuções de outros presos, de modo a dominar, através do medo, o sistema carcerário, bem como, procurar realizar ali, o tráfico de entorpecentes.

Com o passar do tempo, o Inquérito diz que o grupo teria conseguido se organizar cada vez mais, criando assim, uma divisão mais sofisticada de trabalho e de suas ações, chegando a estender suas atividades até mesmo fora do sistema prisional²

Um dos elementos apresentados (não só pelo Inquérito policial, mas também amplamente divulgado pela mídia, na época) como um dos exemplares sobre o alto nível de organização alcançado pelo grupo social, seria dado por meio da possibilidade que tal grupo teve em construir um estatuto, e por meio dele, praticar suas ações. Tal estatuto foi chamado de o **Estatuto do Primeiro Comando da Capital**³; nele, verifica-se, por meio da palavra escrita, a consolidação da existência de uma organização social, que se legitima a si mesma, em meio a seus participantes, ao mesmo tempo em que, legitima-se, pelo registro da palavra, nos meios da sociedade oficial. Apresentamos abaixo alguns de seus artigos, que nos exemplificam algumas características do grupo:

1. Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido;

² Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado.

³ ESTATUTO DO PCC.

2. A Luta pela liberdade, justiça e paz; [...]

7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão; [...]

11. O primeiro Comando da Capital PCC fundado no de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração 'anexo' à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a 'Liberdade, a Justiça e Paz'⁴.

Vasculhando registros sobre esse grupo social, encontramos o discurso promovido por um dos supostos líderes do grupo social, Marco Willians Herbas Camacho, conhecido como "Marcola", feito na forma de depoimento à Câmara Federal, à Comissão Especial - Combate à Violência; a partir de sua voz, podemos retirar mais considerações a respeito do Primeiro Comando da Capital; no depoimento, fica claro o questionamento sobre os ideais de *Justiça* promovidos pela sociedade brasileira oficial:

Em 1993 foi fundado o PCC no presídio de Taubaté. Acho que isso deve servir de exemplo. É um presídio onde o tratamento é igual a esse local onde me encontro hoje, nesse pavilhão de segurança máxima, ou seja, o cara é totalmente isolado do resto da população carcerária, não tem direito a ver tevê, não tem direito a rádio, não tem direito a estudar, não tem direito a trabalhar, a nada do que reza o Código de Execuções Penais. O PCC foi fundado por isso e por causa da chacina do Carandiru, onde foram assassinados 111 presos. O PCC foi fundado porque não tinha para onde correr. Ninguém olha para o preso porque 98 por cento, 99 por cento da população carcerária é miserável. Isso quer dizer alguma coisa e o preso sabe disso. Ele sabe que o pé-rapado vai para a prisão e o deputado, não. E isso revolta o preso. Como é que o preso pode pensar em se reabilitar, se só tem repressão dentro da prisão? Dentro da prisão não existe uma política sincera e real de reabilitação do ser humano. Nunca existiu. Pode ser que venha a existir. Essa é a esperança. E o PCC luta em função disto, por uma política de reabilitação, onde o ser humano seja respeitado como ser humano. Não é porque eu cometi um erro que tenho que ser tratado como um monstro, porque [o juiz] Lalau cometeu um erro e não é tratado como eu sou tratado. E o erro dele leva ao meu erro, porque ele rouba do povo e deixa todo mundo na miséria.⁵

Encontramos também a voz de indivíduos que mesmo não se enquadrando no grupo social do PCC, legitimavam as ações do grupo; isso talvez, por projetarem no Primeiro Comando da Capital os ideais de *Justiça* que não lhe foram acessibilizados pelo Estado de Direito. Assim, no dia 2 de julho de 2006, o jornal *Folha de São Paulo* publicou reportagens em que o imaginário, socialmente estabilizado, a

4 Manteve-se a grafia apresentada pelo grupo social.

5 PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL.

respeito do Primeiro Comando da Capital, como um grupo marginal foi desestabilizado. Vejamos algumas dessas legitimações:

“Dá status namorar alguém do partido. Você é sempre respeitada por onde quer que passe. Ninguém, nunca, irá te tirar do sério porque sabe que poderá pagar por isso”⁶. [...] “Para vocês da cidade o PCC traz medo, para nós da favela traz leite” [...] “Eu jamais vou falar mal deles (dos membros do PCC) ou denunciar-los à polícia. Não me fazem mal. Um dia meu menino teve febre alta e eu estava sem dinheiro para comprar remédio. Expliquei o que houve a um funcionário do partido, que depois voltou com o dinheiro na mão e fui à farmácia”, diz Bruna, 30, mãe de duas crianças e já grávida de outra.” [...] “De acordo com uma liderança comunitária, o único programa social do Estado que chega à favela é o Viva Leite, para 200 famílias. O local tem só uma escola e um posto de saúde.”⁷

Igualdade entre todos os indivíduos dentro de nosso grupo social brasileiro. Seria esse mesmo, o ideal que prevalece na mente e nas ações, não só de nossos governantes, mas de todos aqueles que integram aquilo que chamamos de povo brasileiro?

Realmente existem sentidos verdadeiros, imutáveis que se arrastam firmes no espaço e ao longo do grande tempo? Utilizamos expressões como Povo, Estado, Justiça, Democracia, entre outros, acreditando ter elas significados únicos para todos os componentes desse grande grupo social brasileiro. Muitas vezes, acreditamos na univocidade das palavras, não percebemos a multiplicidade de fatores internos e externos envolvidos, que a transformam em um elemento plurissignificativo (PÊCHEUX, 1988). Quantas são as posições ideológicas colocadas em jogo nos processos sócio-históricos em que o essas palavras se fazem presentes...

Nessa dissertação, portanto, o nosso foco será procurar compreender como, em um caso específico, os indivíduos se vêem uns aos outros, não só enquanto indivíduos, mas como indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social, o Estado. Procuramos verificar se as concepções ideais de *Justiça*, enquanto estabelecimento de igualdade entre os indivíduos, se mantém inalteradas em situação de conflito social.

Para o desenvolvimento desse nosso trabalho, parte-se dos pressupostos epistemológicos do dialogismo, teoria desenvolvida pelo filósofo russo Mikhail

6 THOMAZ, Kleber. PCC conquista favela com comida e leite *Folha Online*, São Paulo, 02 jul. 2006. Disponível em <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

7 THOMAZ, Kleber. Para moças da favela, bom partido é PCC. *Folha Online*, São Paulo, 02 jul. 2006. Disponível em <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

Bakhtin. Por conta disso, compreende-se que os sentidos são construídos por meio das relações sociais, historicamente localizadas, em suas diferentes esferas de utilização de comunicação. Entendemos que essas construções se dão por meio das réplicas de *enunciados*, no diálogo de infinitas possibilidades de sentidos. Assim sendo, as diretrizes sobre *enunciados*, desenvolvidas na concepção dialógica, tornam-se uma das ferramentas básicas com as quais se procura empreender o estudo sobre sentidos de justiça no presente trabalho. Isso, pois considera que, “[...] nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...]” (BAKHTIN; 2006, p. 263), tais enunciados tendem a se agrupar, padronizada mente, através daquilo que Bakhtin chama de *gêneros discursivos*.

Para focarmos essa abordagem, recortamos materiais referentes a maio de 2006, ou seja, os registros dos eventos daquela oportunidade, relacionados ao Primeiro Comando da Capital. Utilizamos-nos das revistas *Veja* e *Isto é*, como nosso ponto de observação sobre o caso, uma vez que se trata de dois dos maiores suportes midiáticos, veiculadores de discursos e produtores de discursos. Focamo-nos sobre os enunciados que constroem as suas capas, bem como as imagens que introduzem as reportagens internas de cada revista.

Primeiramente, procuramos verificar como se dão as construções das capas, e das imagens introdutórias das reportagens internas, enquanto enunciados que respondem e refletem, ao mesmo tempo, a visão de um campo ideológico da sociedade oficial, a cerca do evento. Interessa-nos observar como esse campo ideológico da sociedade oficial concebe os indivíduos compõem o Estado brasileiro: em um momento de crise, em que a própria estabilidade desses suportes midiáticos é colocada em jogo, os indivíduos que compõem o Estado são colocados, vistos, considerados a partir de um olhar de igualdade, de *Justiça*, tal como pregada em seus ideais? Nossa hipótese é a de que, nos enunciados analisados, enquanto elementos de maior destaque nas revistas, realmente, há a construção de um “discurso do terror”, ou seja, esses suportes midiáticos deixam clara a existência de indivíduos que não são colocados em um mesmo nível valorativo: existem os “bons homens” e os “maus homens”, que geram o terror; esses devem ser excluídos da sociedade oficial; note-se que, ao mesmo tempo em que esse “discurso do terror” retoma enunciados socialmente construídos no espaço-tempo, transpirando como um campo ideológico da sociedade valoriza seus signos ideológicos, por outro lado, esse mesmo “discurso do terror” gera uma abertura para a manutenção dessas ideologias.

Analizamos também outro discurso que é construído dentro das revistas, que consideramos como um “discurso pedagógico”, na medida em que esses suportes midiáticos não apenas procuram refletir suas percepções sobre o evento ocorrido, como também, procuram orientar o interlocutor em um determinado conhecimento; no caso, o conhecimento a ser seguido corresponde às verdades construídas a partir dos pontos de vistas das revistas. Assim, existe uma apresentação dos motivos que teriam levado aos eventos ocorridos, bem como, considerações sobre as soluções a serem empregadas para o fim dos “problemas” considerados.

Na análise desses recortes, procuraremos demonstrar que esses suportes consideram que o Estado deva corresponder a uma entidade forte e repreensiva, que procure salvaguardar os “bons homens” que o constituem, excluindo aqueles que ai não se enquadram.

Passamos, posteriormente, baseados em nossas análises, a uma tentativa de compreensão de como os grupos sociais teceram, ao longo da história ocidental, suas idealizações sobre organizações sociais ideais, partindo é claro de pressuposições também ideais de pessoa e, conseqüentemente, de *Justiça*.

Posteriormente, nosso enfoque será sobre uma tentativa de procurar levantar elementos que possam nos ajudar a compreender esse grupo social, designado como Primeiro Comando da Capital: o contexto propiciador para o seu agrupamento e organização; sua estrutura social e política; os seus discursos.

Espera-se que, através das reflexões levantadas, consiga-se demonstrar que os sentidos estão em plena construção; por mais que se queira congelá-los e construir verdades sobre eles, mais cedo ou mais tarde, acontecem as rupturas, e é na própria linguagem que ficam suas cicatrizes.

CAPÍTULO 1

UM ESPAÇO PARA O IRROMPIMENTO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Foucault (1996) observa, em seus estudos sobre as práticas discursivas⁸, que a sociedade ocidental, ao mesmo tempo em que teme, também venera os discursos. Segundo ele, constrói-se um *poder dizer* que organiza os processos de controle, seleção e distribuição dos discursos. Essas ações, por sua vez, para Foucault, gerariam resultados de exclusão, de sujeição e de rarefação dos indivíduos, estabelecendo quem pode dizer ou não. Em meio a esse processo de ação sobre os discursos, o estudioso também nos lembra que surgem as *vontades de verdade*. Tais *vontades de verdade* se apoiariam nas instituições que organizam o grupo social e, atentar para elas, possibilitaria perceber qual é o saber desse grupo social e como esse mesmo saber é colocado, valorizado, distribuído, repetido e atribuído nesse meio.

Portanto, concordamos com Foucault (1996), quando ele observa que organizar esses discursos, selecioná-los para sua redistribuição, é uma forma de se ter o poder, de se controlar o que deve ou não ser acessível ao grupo social. A organização desses saberes em disciplinas gerou padrões de imposição de “certo” ou “errado”, com suas regras estritas e bem delimitadas – as *vontades de verdade*. Dessa forma, conseguir um espaço dentre essas *práticas discursivas*, é ter o seu discurso como incluído na sociedade de poder, ou seja, é criar-se um espaço para a legitimação de questionamentos

⁸ Segundo Foucault (1995, p. 136), as *práticas discursivas* teriam por característica serem “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

e formulação de respostas que poderão ou não ser aceitas, mas que, ainda assim, tem seu *status* de discursos válidos; poderíamos dizer até mesmo, que, sobre esse aspecto, dá-se a *permissão de existência* para tais saberes.

No caso dos fatos de linguagem, não foi diferente. Esse momento de legitimação dos estudos da linguagem se efetivou com o *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure. Por meio da organização metodológica legitimada de sua época, nos modelos lógicos, positivistas de sua época, conseguiu conferir à Linguística um lugar dentre as disciplinas científicas.

A língua que até então era pensada em termos retóricos ou de construção das identidades nacionais, passou a ser pensada em termos de “objeto de estudo científico”, procurando-se entender como se estruturava, se organizava e se efetivava entre os indivíduos.

Segundo os estudos de Saussure (1974), podemos encontrar questionamentos sobre os fatos da linguagem, já na Era Clássica, na Grécia. A questão do “bem falar”, a arte retórica direcionava as análises sobre a língua para questões da ordem em sua utilização.

Objetivavam-se parâmetros de uma língua ideal, levantando-se, portanto, questões de ordem “correta” ou “incorreta” em sua aplicação. A multiplicidade de variações de uma mesma língua dentro de um mesmo grupo social levava à determinação de usos de formas específicas próprias de determinados núcleos humanos aí existentes. Geralmente, a forma determinada como a “correta” associava-se a esses núcleos humanos que, de alguma sorte, detinham o maior poder (econômico, religioso, intelectual, entre outros) dentre a coletividade.

Há que se considerar, portanto que a língua também foi (e ainda é) um saber sobre o qual os grupos sociais procuram ter o domínio, uma vez, que ela é também uma forma de se exercer o poder dentro das sociedades. “Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘vale’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1998, p.6-5). Assim, o poder associado à palavra se funde, no momento em que nossas sociedades estabeleceram a escrita, o registro de suas experiências, de seus saberes. O grupo que detinha o saber, também detinha o poder da palavra e, registrá-la na forma de documento, transforma-se numa afirmação de qual variante da língua passa a ser a mais valorizada, a considerada correta, ou seja, a ideal.

Segundo Gnerre (1998), na Europa, os primeiros registros escritos de uma variante linguística se davam em ambientes políticos, como gabinetes de reis, imperadores, bem como em ambientes religiosos, ou jurídicos.

Associar, portanto, o poder exercido por esses indivíduos à forma linguística com que faziam seus registros, culminou na construção histórica de formas ideais de língua, ou seja, na monologização de formas linguísticas que pudessem manter o poder dos grupos sociais que procuravam se legitimar como os verdadeiros. Como nos diz Bakhtin (1995, p.104):

A sistematização aparece quando nos sentimos sob a dominação de um pensamento autoritário aceito como tal. É preciso que a época de criatividade acabe; só aí é que então começa a sistematização-formalização; é o trabalho dos herdeiros e dos epígonos dominados pela palavra alheia que parou de ressoar. [...] A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações lingüísticas. A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático é incompatível com uma abordagem histórica e viva da língua.

Assim, esses movimentos de imposição de formas ideais de uso de língua foram amplamente utilizados, principalmente com a expansão colonial, do início do século XV, tendo como motivação principal o uso de formas sistematizadas, fixas da língua, como forma de manutenção do poder das metrópoles sobre suas colônias. A construção de dicionários, assim como a elaboração de gramáticas tornaram-se formas de institucionalizar a variedade linguística de maior prestígio, criando assim, identidades coletivas, identidades nacionais. A consolidação dos estados nacionais europeus, no que se refere a essa busca pela planificação cultural dos indivíduos que constituem esses Estados, em muito se deveu a essa fixação de variedades específicas das línguas.

Pertencer a um Estado era pertencer a um meio, cuja língua nacional denotava a superioridade ou a inferioridade em relação às demais nações. Basear-se, portanto, em modelos de línguas consideradas como ideais, utilizadas por indivíduos cuja imagem se ligava a ideais de racionalidade e civilidade, aumentava consideravelmente o sentimento nacionalista. Duarte Nunes de Leão, em *Origem da Língua Portuguesa*, de 1606, já se referia à língua portuguesa, por exemplo, como superior às demais, tendo-se em vista sua semelhança com a língua latina:

E por a muita semelhança que a nossa lingua tem com ella (a latina) e que he a maior que nehua língua tem com outra, e tal que em muitas palavras e periodos podemos fallar, que sejam juntamente latinos e portuguezes” (In: GNERRE, 2001, p.15-16).

Nesse movimento progressivo de domínio da língua, enquanto elemento de manutenção de poderes e de identidades coletivas, a sua sistematização ganhou, cada vez mais, *status* de atividade científica legitimizada. Assim, os estudos dedicados à língua, segundo Saussure (1974), foram ampliados em seus objetivos, com o despontar da *Filologia*. Por meio dela, segundo Saussure (1974), pôde-se aumentar o escopo de análise sobre a língua, ao se trabalhar com *textos*, procurando interpretá-los; a língua é abordada sim, porém, há uma maior valorização na questão textual-literária; a língua, quando objeto de estudo nessa área, foca sobre questões de ordem comparativa entre diferentes textos, de diferentes autores, de diferentes épocas. Por outro lado, Saussure questiona a *Gramática Comparada*, uma vez que, para ele, teria sido uma forma de se trabalhar sobre a língua, objetivando-se tecer comparações, encontrar regularidades entre línguas, não havendo, entretanto, como nos fala Saussure, um objetivo claro para isso; segundo ele, tratava-se de uma ação “exclusivamente comparativa, em vez de histórica” (SAUSSURE, 1974, p.7).

1.1. A língua: objeto das ciências

No método proposto por Saussure (1974), a língua ganha *status* de objeto de estudo; entretanto, Saussure procura não vê-la em termos de correta ou não-correta. Intenta-se, ao contrário, procurar descrever os fatos da língua, verificando como se processa o sistema linguístico, analisando-se a partir de um conjunto de regras e de valores que se estabelecem no contexto linguístico.

A proposta saussuriana, portanto, é baseada em um olhar positivista⁹; alguns de seus objetivos são o de, através dessas descrições, procurar reconstruir as línguas-mães de cada família de língua; além disso, procurava verificar a existência de formas estáveis e universais recorrentes em todas as línguas – com isso, acreditava que pudesse conhecer as “leis gerais” que regeriam todas as formas de expressão. Para poder

⁹ O Positivismo é uma doutrina filosófica, típica do final do século XIX, que considera que as “únicas proposições empíricas que têm significado são aquelas que são verificáveis” (MAGEE, 1998, p.230)

dar conta de todos os fatos da língua, Saussure organiza sua episteme, focando um único objeto: a língua; e para poder assim trabalhar, exclui considerações a cerca do sujeito, da história e do referente, uma vez que, trabalhar-se com esses elementos geraria uma profusão de possibilidades sobre as quais um método científico, modelado de acordo com o contexto da época, não daria conta de todas as possíveis respostas.

Mesmo considerando que a “língua implica ao mesmo tempo, um sistema estabelecido e uma evolução”, ou que, “a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado”, Saussure procurou trabalhar em um campo específico, procurando verificar como o sistema da língua se organiza, ou quais seriam as regularidades existentes entre todas as línguas de uma mesma família. Na verdade, embora conceba a língua como um “produto social”, ou seja, um “conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1974, p.16-17), trabalha com um posicionamento abstrato frente à língua: interessa-lhe o sistema. Entretanto, para Saussure, um fato da língua se mostra difícil de se pôr em moldes de descrição científica: a questão dos sentidos. Para Saussure, a questão dos sentidos tratar-se-ia de uma questão relacionada a um “conjunto de convenções sociais”; por conta disso, haveria o estabelecimento de um “meio-termo” na utilização dos signos e de seus conceitos correspondentes: “todos reproduzirão - não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente - os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (SAUSSURE, 1974, p.21).

Coube, portanto, a Saussure e a seus alunos, o mérito, entre outros, que foi o de pensar a língua e organizá-la, enquanto objeto científico. Tal ação, para a sua época, correspondia à *vontade de verdade* que possibilitou abrir espaço de aceitação dentre as práticas discursivas científicas.

A partir dessa possibilidade de irrompimento discursivo legitimado, houve a possibilidade de se criarem espaços, também legitimados, de questionamento sobre esse “discurso fundador”; isso, por sua vez, possibilitou a abertura para inúmeros questionamentos e redirecionamentos nas formas de se pensar a linguagem. Ou seja, por maiores questionamentos que possamos levantar atualmente sobre essas abordagens iniciais, não podemos deixar de lembrar que tal feito viabilizou uma maior emergência de estudos sobre a língua e de estudos categorizados como legítimos dentro dos meios acadêmicos; a partir dessa possibilidade, abriram-se, portanto, outros caminhos para se pensar a língua, a linguagem.

Assim, nessa abertura deixada sobre *os sentidos*, é que direcionamos os nossos olhares. Interessa-nos construir uma compreensão sobre como, em determinada situação, os sentidos são construídos pelos seres em interação no tempo e no espaço.

1.2. A abertura a novos olhares sobre os estudos de linguagem

A proposta de nosso trabalho parte, portanto, de uma visão epistemológica *responsiva*¹⁰ a esses estudos, cientificamente organizada por Saussure. Interessa-nos focar sobre a questão dos sentidos. Não trabalhamos com uma abordagem que entenda que os sentidos sejam dados em algum ponto da existência humana e assim se mantenham por toda a eternidade. Trabalhamos com a língua enquanto entidade viva, que se constrói na interação entre os indivíduos. Para nós:

A reflexão linguística de caráter formal-sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações linguísticas. A reflexão linguística de caráter formal-sistemático é incompatível com uma abordagem histórica viva da língua (BAKHTIN, 1995, p.104).

Nessa perspectiva, consideramos que os sentidos das palavras são totalmente determinados pelos contextos em que elas se apresentam; dessa forma, a língua se faz viva, uma vez que tais sentidos podem se multiplicar na medida em que haja tantos contextos para sua utilização. Dessa forma, não nos parece coerente pensar a língua somente enquanto um sistema de normas, pois isso a levaria a uma consideração de algo morto, fechado. Consideramos a língua um fenômeno histórico, cuja organização em “sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos”, uma vez que esses fatos linguísticos são vistos como “fatos vivos e em evolução” (BAKHTIN, 1995, p.108, 109).

Trabalhamos com uma perspectiva, portanto, sobre a qual acreditamos que analisar produções de linguagem, quaisquer que sejam as suas formas de concretização, remete-nos a uma exigência fundamental: considerar que as

¹⁰ A ação *responsiva* do interlocutor, de acordo com Bakhtin (2006, p.271), acontece quando o “ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante”.

*enunciações*¹¹ são construídas a partir da interação entre indivíduos organizados socialmente, no tempo e espaço (BAKHTIN, 1995, p.112, 113). Os sentidos são construídos, portanto em *contextos ideológicos* precisos, em que se consideram os interlocutores envolvidos, o tempo e o espaço no qual se encontram; para nós, é imprescindível, portanto, que essas produções de linguagem sejam encaradas a partir de uma compreensão de como se organizam a *situação social mais imediata*¹² e o *horizonte social mais amplo*¹³ em que elas despontam. Sobre esse aspecto, entendemos sim, que a língua se organiza a partir de convenções sociais, mas já não concebemos a viabilidade de encontrarmos, tal qual pretendia Saussure, “regras gerais e universais” que dêem conta de todos os fatos da língua, de todas as épocas e de todas as culturas. Na verdade, como nos fala Bakhtin, em cada fato de linguagem:

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 1995, p.95).

Nessa perspectiva aberta por Mikhail Bakhtin, à qual chamamos de *dialógica*, a língua, assim como todas as formas de expressão humanas, devem ser analisadas em seu acontecimento, como dito anteriormente, em suas peculiaridades mais imediatas e mais amplas. Isso nos leva, portanto, a inferir que teremos infinitos casos de linguagem a serem analisados, com pontos de intersecção comuns, por se tratar de material humano social; entretanto, a impossibilidade de prever, com a exatidão pretendida pelas ciências lógicas, as regras gerais e universais para os fatos de linguagem se faz patente.

Pensando especificamente a língua, em sua abordagem científica, também devemos levar em consideração, não só o material linguístico construído entre

¹¹ Segundo Bakhtin (1995, p.112): “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor:* ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc)”.

¹² A situação social mais imediata é caracterizada por Bakhtin (1995, p.112), como sendo o conjunto de elementos que constroem as “condições reais da enunciação em questão”.

¹³ Para Bakhtin (1995, p.112), é necessário se levar também em consideração “um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.”

os indivíduos cronotopicamente localizados. Há que se levar em consideração também, o próprio olhar do pesquisador sobre a produção de linguagem em análise. O material a ser analisado, sob o olhar do pesquisador, também sofre variações em seus sentidos; isso, pois, trata-se também de uma construção de compreensão; o pesquisador nunca encontrará a verdade em sua pesquisa, mas sim, tratará de construir uma compreensão do que analisa, pois se trava um *diálogo* que também será sempre único entre cada pesquisador e o outro daquela interação, mediado pelo material analisado.

Lembramos, com efeito, a esse respeito, as palavras do historiador Paul Veyne (1982, p.72); para ele “Todos os seres históricos mudam num mundo que muda e cada ser pode fazer mudar os outros e reciprocamente, pois o concreto é transformação e interação”. Trabalha-se, portanto, com a própria incompletude do fato, uma vez que esse, em interação com o olhar do pesquisador, em diferentes épocas e lugares, será sempre único, dado o olhar lançado pelo pesquisador que também é único em sua existência e visão do mundo. Como nos fala Bakhtin (2006, p.407), “Formular uma pergunta e receber uma resposta já constitui uma interpretação individual do conhecimento das ciências naturais e do seu sujeito (o experimentador)”; isso, todavia, não nos remete a uma concepção de *subjetivação*, pelo contrário, trata-se de uma relação de reciprocidade entre os seres, e, portanto, responsiva sempre e em todos os lugares. Ao se lançar sobre o fato, levantando-se questionamentos sobre ele, abrem-se respostas que, por sua vez, geram novos questionamentos.

Aliás, por conta disso mesmo, é interessante lembrarmos que nessa perspectiva, questiona-se a construção de conceitos¹⁴, ou seja, esse fechamento dos sentidos a novos questionamentos. Isso porque o sujeito, sob esse aspecto (sujeito apto a construir conceitos), é visto como um ser *subjetivo*, fonte do conhecimento. Acreditamos, ao contrário, que o próprio sentido primeiro já possui uma antecipação de resposta, uma vez que ele é dialógico. Como nos lembra Bakhtin (2006, p. 410):

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo.

¹⁴ Para Veyne (1982, p.156), um dos maiores problemas relativos à construção dos conceitos é que eles não têm limites determinados, isso porque se constroem pela *palavra*. Para ele, o perigo é “o das *palavras* que suscitam em nosso espírito falsas essências e que povoam a história de falsas essências e que povoam a história de universais inexistentes; continuidades enganosas”.

Uma vez, portanto, que se trabalha com material humano, trabalha-se com essa incompletude, que vai ganhando novos matizes ao longo dos processos de interação. Deixa-se aberta, assim, a potencialidade dos fatos de linguagem em interação com a perspectiva pretendida pelo pesquisador. Há, assim, o encontro único entre o fato e o pesquisador; daí a possibilidade de multiplicidade de sentidos, no tempo e espaço.

Isso não quer dizer, por sua vez, que trabalhamos também com a pressuposição de que o conjunto dos diálogos empreendidos sobre uma determinada questão levaria a um determinado ponto em que se chegaria à verdade do acontecimento. Pelo contrário, concordamos com o historiador Paul Veyne, ao questionar o idealismo dos historiadores de se chegar a um *geometral* autêntico; segundo Veyne (1982, p.31):

[...] esse geometral não é para nós; somente Deus, se é que ele existe, vê uma pirâmide sob todos os seus ângulos ao mesmo tempo [...] como uma mesma cidade vista de diferentes lados. Existem, pelo contrário, pequenos geometrais que o próprio Deus não contempla porque só existem em palavras: o *potlatch*, a Revolução Francesa, a guerra de 1914. A primeira guerra mundial não seria apenas uma palavra? Estuda-se 'a guerra de 1914 e a economia dirigida': a guerra não é a integral dessas visões parciais? Efetivamente, é uma soma, um cafarnaum; não é um geometral: não se pode pretender que a ascensão do feminismo de 1914 a 1918 seja a mesma coisa do que a estratégia dos ataques frontais, vista por outros olhos. Falar de geometral é tomar uma visão parcial (e todos o são) por um ponto de vista sobre uma totalidade. Ora, os 'acontecimentos' não são totalidades, mas núcleos de relações [...].

Trata-se de pensar, portanto, os sentidos como construções que são dadas através dos processos de interação humana. Para Bakhtin (1995, p.112), procurar compreender uma enunciação é considerar que o seu aspecto será determinado pelas reais situações em que ela se dá; é compreender que ela é o resultado da interação de, no mínimo, “dois indivíduos socialmente organizados”. Ao mesmo tempo, é importante considerar que, qualquer que seja a enunciação, ela representa apenas:

uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. [...] A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes* (BAKHTIN, 1995, p.123-124).

1.3. Algumas considerações sobre o Dialogismo¹⁵

Para Bakhtin, isso a que chamamos de “produções de linguagem”, baseia-se num conjunto de signos ideológicos¹⁶ que somente tem seu espaço de existência e de sentidos, através da *interação*:

não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se (BAKHTIN, 1995, p.35).

Portanto, esses signos só se preenchem de sentidos uma vez que haja a “interação entre uma consciência individual e uma outra” (BAKHTIN, 1995, p.34). Entendendo, é claro, que, quando falamos em *consciência individual*, consideramos que esta também somente se constrói através dos processos de interação social. Esse *terreno interindividual* (BAKHTIN, 1995, p.35), onde se dão as interações entre os indivíduos em organizações específicas, é o responsável pela consolidação dos sentidos do *signo*. Assim, Bakhtin fala que os grupos sociais organizam seus sistemas de signos, de acordo com o *campo de criação ideológica* construído:

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social (BAKHTIN, 1995, p.33).

Há que se perceber, entretanto que, havendo modificações nessas interações humanas, na forma como esses indivíduos estabelecem suas relações uns com os outros, há a possibilidade consequente de modificações estruturais no *tema e forma*¹⁷

¹⁵ Segundo Bakhtin (1995, p.123): “O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”.

¹⁶ Como sabemos, a concepção dialógica desenvolvida por Mikhail Bakhtin se deu em um “horizonte social” (BAKHTIN, 1995, p.44) marcado pelo antagonismo entre o capitalismo e o socialismo. Nada mais lógico, portanto, que conceber “ideologia” como um processo relacional entre infra e superestruturas. Entretanto, grande observador das relações humanas, Bakhtin mesmo entende que a concepção de ideologia ultrapassa as “raízes supra ou infra-humanas” (BAKHTIN, 1995, p.35).

¹⁷ Para Bakhtin (1995, p.45), “a realidade que dá lugar à formação de um signo” seria chamada de tema do signo. Esse tema só irrompe – indissolivelmente ligado à sua *forma* – por existir um índice de valor que é agregado ao signo. Ou seja, cada campo da criação ideológica investe valores sobre os signos aí criados; com base nisso, determina-se a pertinência do signo dentro do campo em que se desenvolve.

dos signos. Tanto assim é, que Bakhtin considera que o signo ideológico seria como Jano¹⁸, ou seja, o signo ideológico teria duas faces. Isso porque dadas as suas condições de utilização, um elogio poderia transformar-se imediatamente em uma agressão, assim como uma verdade eterna, poderia reduzir-se à maior das mentiras. Segundo ele:

Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser em épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia (BAKHTIN, 1995, p. 47).

Portanto, os sentidos dos signos se dão mediante o acordo entre os interlocutores; estando as relações entre os indivíduos, conflituosas, os sentidos dos signos podem gerar diferentes compreensões; ou seja, abre-se a possibilidade do diálogo, do questionamento dos sentidos outrora estabelecidos.

Por outro lado, mesmo não havendo situações que sejam consideradas abertamente “conflituosas”, há que se considerar que, à medida que o *horizonte apreciativo*¹⁹ do grupo social se expande, novos aspectos dessa nova realidade são incorporados aos antigos; entretanto essa “incorporação” não se dá de forma pacífica.

Segundo o autor, não existem aspectos do sentido, que sejam independentes desse alargamento constante do *horizonte apreciativo* dos grupos sociais. Na verdade, para ele, os sentidos realmente só têm sua existência nessa interação social cronotópica:

A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por

Outro aspecto importante a se considerar é que, muito embora tema e forma do signo estejam indissolavelmente ligados, a forma (uma palavra, por exemplo) pode ser repetida, pode manter-se idêntica em várias situações de uso, enquanto que o tema só se constitui em ligação estreita com a situação histórica concreta em que acontece; ele é individual e não-reiterável.

18O deus Jano faz parte da mitologia greco-romana, considerado o deus de duas faces contrárias, “de origem indo-europeia, um dos deuses mais antigos de Roma. De deus dos deuses, criador bonacheirão, transformou-se em deus das transições e das passagens, assinalando a evolução do passado para o futuro, de um estado a outro, de uma visão a outra, de um universo a outro, deus das portas. (...) Guardiã das portas, que ele abre e fecha, tem por atributo a varinha do porteiro e a chave. O seu duplo rosto significa que ele vigia tanto as entradas como as saídas, que ele tanto olha para o interior como para o exterior, para direita e para a esquerda, para a frente e para trás, para cima e para baixo, a favor e contra”(CHEVALIER; GHEERBRANT, 1997, p.382)

19Segundo Bakhtin (1995, p.136), o *horizonte apreciativo* corresponderia ao conjunto de todos os aspectos, relativos a um grupo social específico, que tenham importância nesse meio e por isso mesmo, adquirem sentido.

isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias (1995, p.136).

Para Bakhtin (1995), portanto, trata-se de uma *luta* na qual os aspectos são reavaliados e, acabam por se deslocar na unidade do horizonte apreciativo; assim, “uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la” (BAKHTIN, 1995, p.136). Existe, portanto, um diálogo contínuo na construção dos sentidos, uma vez que estes, frutos da interação humana, sempre irão mudar, nunca terão uma estabilidade eterna. Para Bakhtin (2006, p.410):

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo.

1.3.1. Processos de compreensão

É interessante que nos lembremos de que, para Bakhtin, a compreensão do signo ideológico também se dá a partir de um processo cuja base se dá pela interação social.

Primeiramente, é importante discutirmos a questão do subjetivismo, da consciência individual. Na perspectiva de Bakhtin (1995), não há como se considerar a existência do subjetivismo, como um princípio totalmente individual, fonte de toda origem de conhecimento, de toda criatividade. Para ele, há uma fusão complexa (cujo controle nos é totalmente relativo) entre existência do indivíduo (ocupando um lugar no tempo e no espaço, lugar esse que é só dele) e o conjunto de todas as forças sociais externas que se exercem sobre. Esta fusão psicobiológica com o social seria a fusão *única e irrepitível*; entretanto, considerá-la como a fonte de todo saber, de toda criatividade, sob o olhar bakhtiniano, não se consolida como lógico. Existe, portanto, a individualidade do ser, enquanto indivíduo único no espaço e tempo, porém, até mesmo a consciência é construída pela interação social. Para ele:

Se tomarmos a enunciação no estágio inicial de seu desenvolvimento, ‘na alma’, não se mudará a essência das coisas, já que a estrutura da atividade

mental é tão social como a da sua objetivação exterior. O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social.

Na perspectiva de Bakhtin, portanto, a própria consciência se torna uma ficção se for considerada “fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado (o gesto, a palavra, o grito)” (BAKHTIN, 1995, p.117).

Os processos de compreensão, portanto, para o autor, também não fogem da questão da interação social. Em sua abordagem, a compreensão dá-se em virtude da aproximação entre o signo apreendido aos outros signos já conhecidos; assim, a compreensão seria uma forma de resposta a um determinado signo, por meio da utilização de outros signos.

Esses signos tendem a se movimentarem para uma situação de concordância entre os interlocutores, tendo aí uma relativa *monologização* de seus sentidos; isso porque, em geral, nossos grupos sociais tendem a organizar seus saberes em campos de criatividade ideológica. Nesses campos, construídos pelos indivíduos em interação (tendo-se em vista seus interesses específicos), os signos adquirem *temas e significações*²⁰ também peculiares, que podem variar em outros campos, ainda que sejam utilizados pelos mesmos interlocutores.

Para Bakhtin, portanto, os processos de compreensão podem se dar de forma passiva ou ativa. Para ele, o trabalho dos filólogos, por exemplo, seria o caso em que teríamos os processos de *compreensão passiva*, uma vez que, nesse caso se trabalha com o material fechado, sistemático, excluindo, desde o princípio, qualquer tipo de diálogo, de resposta; não há diferenças nas considerações entre tema e significação.

A *compreensão ativa*, pelo contrário, leva em consideração a existência, na própria enunciação, da potencialidade de diálogo, de questionamentos e respostas contínuos, somente na compreensão ativa é que conseguimos apreender o tema:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e

20 É interessante lembrar que, para Bakhtin, o *tema* de uma enunciação é único e não-reiterável; seria uma “fusão” entre as formas, no caso com que trabalhamos, linguísticas, com os elementos não-verbais, ou seja, contextuais, do momento da enunciação. A *significação*, por sua vez, corresponderia aos elementos reiteráveis em diferentes enunciações; ela se coloca como idêntica em diferentes instantes históricos em que é pronunciada. O mais importante, é relembrarmos que *tema e significação*, no pensamento bakhtiniano, são indissociáveis.

substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. [...] A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no *diálogo*. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra* (BAKHTIN, 1995, p.131-132).

Dessa forma, entende-se que os sentidos não são inerentes à palavra ou que se construam na “alma” do indivíduo. Os sentidos, nessa perspectiva, são construídos na interação entre os indivíduos, de forma *dialógica*, ou seja, toda enunciação é dirigida a um interlocutor em potencial²¹, havendo sempre, portanto, a consideração de que toda enunciação já é potencialmente uma espera de resposta.

Para os processos de compreensão ativa há que se levar em conta ainda, o conhecimento sobre a *situação social imediata*, ou seja, o conjunto de considerações sobre quem são os interlocutores em potencial, como estes se posicionam hierarquicamente dentro do grupo social a que pertencem, o que se pode esperar como retorno desses mesmos interlocutores, em qual espaço físico e temporal isso se configura. Como também deve se considerar, o *horizonte social mais amplo* “definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos” (BAKHTIN, 1995, p.112).

²¹ Mesmo que o interlocutor não se configure realmente, ele imediatamente é substituído por um interlocutor médio, ou seja, um representante simbólico do grupo social ao qual se dirige o enunciador.

CAPÍTULO 2**O REGISTRO DOS SENTIDOS: a mídia e a construção da memória**

Falar sobre as questões de justiça social nos eventos envolvendo o Primeiro Comando da Capital e a cidade de São Paulo, no ano de 2006, exige que procuremos explorar o horizonte social amplo em que ocorreu; procuraremos verificar os enunciados que se estabeleciam nos registros da memória coletiva, no tempo e espaço, influenciando assim, nas construções de compreensão dos eventos.

2.1. O olhar sobre o passado. História e Memória. Mídia construindo a História e a Memória**2.1.1. O passado – ser pronto à interação!**

Falar sobre o passado pode parecer simples a uma primeira vista. Recorremos a esse porão de nossas memórias, e em meio a tanta escuridão, jogamos luz; algumas coisas nos chamam atenção pela cor e forma que têm; outras pelo cheiro de passado, ou pela promessa de futuro que tinham. Muitos diriam que só temos a certeza sobre aquilo que já aconteceu, ou seja, certeza dos fatos desse passado sobre o qual podemos nos debruçar para tentar agarrá-lo; também diriam ainda, que somente devemos ter certeza sobre o que está registrado nos anais da humanidade, através dos registros escritos, imagéticos; ou ainda, e é claro, que devemos ter certeza da morte, que a todo momento, anda à nossa espreita...

Entretanto, nessa “volta ao passado”, dificilmente, teremos olhar para o tudo que aconteceu; muitas coisas ficarão do mesmo jeito, não despertarão nosso interesse, ficarão sob a escuridão, e aí permanecerão por longo tempo, podendo até mesmo estarem fadadas ao esquecimento.... ainda assim, sempre estarão lá, prontas para entrarem em interação. Lembramos aqui das palavras de Bakhtin (2006, p. 410):

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo.

Nessa mesma perspectiva, considerando que o passado não está “morto” e sim, pronto para novas interações, retomamos as considerações de François Dosse (2004), a respeito do pensamento de Marcel de Certeau; segundo este, para qualquer posicionamento estanque, sobre o qual se coloque uma máscara de verdade, caberia um “Não é isso”. Com essa atitude, Certeau considerava que tudo estaria aberto a um novo questionamento, uma vez que, para o autor, “nunca há outro ponto de parada que não o derradeiro da morte. Há apenas arestas e bordas a percorrer segundo variações de um olhar que não para de ser exigido em novas modalidades” (DOSSE, 2004, p. 11, 12).

Retomamos também o pensamento bakhtiniano, que, ao pensarmos sobre o passado é interessante verificarmos o quão “eficaz” ele se faz no presente. “Esse passado criativamente eficaz, que determina o presente, fornece com este uma determinada direção também para o futuro, que em certo sentido antecipa o futuro” (BAKHTIN, 2006, p. 235).

Reabrirmos o portal para a temporalidade dos eventos que intentamos analisar, portanto, não é diferente disso. Recuperarmos tudo o que aconteceu: impossível para esse trabalho; impossível para qualquer trabalho. Limitamo-nos, como seres em transformação a entender que o *todo* nunca será preenchido, pois a todo o momento, o mundo se dá pela interação entre os seres; portanto, novas possibilidades de compreensão são construídas continuamente.²²

²²Para Bakhtin (1995, p. 112), em nossas análises devemos considerar a existência de um “*horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito”.

2.1.2. O passado – registro daquele que pode mais; delineamentos para o presente e futuro!

Recortamos memórias, registros que, de alguma forma, nos marcaram enquanto indivíduos, ao mesmo tempo, em que nos marcaram também enquanto coletividade organizada. Esse “horizonte social” (BAKHTIN, 1995, p. 112) que vai sendo delineado no tempo e espaço, é marcado por índices de valor dos signos que o constroem; são esses índices de valor que garantem, ou não, aos signos, a dignidade de ter sentidos entre o grupo social que o constrói. Segundo Mikhail Bakhtin (1995, p. 44):

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos [...]. Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material.

É claro, portanto, que consideremos que os signos legitimados pelo grupo social, dêem-se a partir de um jogo de poder entre os grupos sociais no qual eles, os signos, se constroem. Para Le Goff (2006, p. 422):

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação coletiva.

Por outro lado, esse horizonte social construído garante aos indivíduos a referência de suas próprias existências, uma vez que se constrói um passado sobre o qual coletividade e individualidade delineiam seu presente e futuro. Para Hobsbawn (2006, p. 22), pertencer a uma coletividade significa poder referenciar-se a partir do passado dessa mesma coletividade, ainda mesmo que seja para criticá-la, negá-la, enfim.

Para o estudioso: “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWN, 2006, p. 22). Para Hobsbawn, a vida dos seres humanos enraíza-se no passado, passado de suas próprias vidas, enquanto indivíduos, ou no passado enquanto pertencentes a pequenas coletividades ou até mesmo às grandes nações; de qualquer modo, esse passado é usado para referenciar-se,

qualitativamente, no presente, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de projetar perspectivas para o futuro. “[...] a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro (HOBSBAWN, 2006, p. 50).

Le Goff (2006, p. 209), discutindo a respeito da questão “passado/presente”, registra que:

[...] a realidade da percepção e divisão do tempo em função de um antes e um depois não se limita, em nível individual ou coletivo, à oposição presente/passado: devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro. Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões, 'o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras.

Para Dosse (2004, p. 48, 49) o “nosso presente está entrelaçado de sinais supersignificados, provas de um futuro do passado e de sua reconfiguração em outro espaço temporal”. Não se trata, portanto, de separações estanques, em que passado, presente e futuro não se intercambiam. Acreditamos, ao contrário, numa perspectiva que conceba a fusão do tempo; além disso, acreditamos que esse tempo não se desvincula do espaço onde ocorre; acreditamos em uma perspectiva que conceba o tempo conforme nos fala Bakhtin, sobre a obra de Goethe:

[...] a fusão dos tempos (do passado com o presente), a plenitude e a precisão da visibilidade do tempo no espaço, a inseparabilidade entre o tempo do acontecimento e o lugar concreto de sua realização (*Localität und Geschichte*), a relação *essencial* visível entre os tempos (o presente e o passado), o caráter criador-ativo do tempo (do passado no presente e do próprio presente), a necessidade que penetra o tempo local, a inclusão do futuro que conclui a plenitude do tempo [...] (BAKHTIN, 1996, p. 244, 245)

Retomar o passado, portanto é abrir uma temporalidade em que o futuro se faz latente; é perceber que o tempo está ali fundido, pronto a entrar em interação com o outro, criando novos matizes de compreensão.

2.1.3. Registros da Memória dos grupos sociais – os suportes midiáticos.

Na contemporaneidade, um dos maiores geradores, construtores dessas marcas de nossos horizontes sociais são os suportes midiáticos. Segundo Gregolin (2003, p. 97):

[...] a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade. [...] é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, seu presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos. Através dessas textualizações, erigem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

Essas marcas do horizonte social, que nos são dadas através dos registros, entre outros, da mídia, têm, por um lado, a imagem como um de seus principais elementos de poder.

Segundo Le Goff (2006, p. 460), a utilização progressiva da imagem como registro das comunidades, corresponde a uma revolução nos processos de construção da memória coletiva; através dela, cria-se uma “precisão de verdades visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. Segundo o estudioso, inicia-se com a fotografia esse processo de revolução nos processos de construção da memória; para ele, a fotografia permite que a memória seja multiplicada, ao mesmo tempo em que é democratizada; a fotografia concede à memória “uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2006, p. 460).

Hobsbawn (1999, p.484) também nos apresenta um panorama de com os suportes midiáticos, em especial, os veiculadores de imagem modificaram a cultura global ao longo do século XX; para ele:

A televisão jamais se tornou tão prontamente portátil quanto o rádio – ou pelo menos perdeu muito mais, comparativamente, com a redução que o som – mas domesticou a imagem em movimento. Além disso, embora um aparelho de TV continuasse sendo muito mais caro e fisicamente desajeitado que um rádio, logo se tornou quase universal e constantemente acessível mesmo para os pobres de alguns países atrasados, sempre que existia uma infra-estrutura urbana. Na década de 1980, cerca de 80% de um país como o Brasil tinha acesso à televisão. Isso é mais surpreendente que o fato de nos EUA o novo veículo ter substituído tanto o rádio quanto o cinema como a forma padrão de diversão popular na década de 1950, e na próspera Grã-Bretanha na década de 1960. Sua demanda de massa era esmagadora.

Essa profusão de imagens, de informações, criou um novo efeito nos registros da memória coletiva, ou seja, criou o efeito de uma constante construção do presente, desse presente que “[...] se tornou a categoria de nossa compreensão de nós mesmos” (DOSSE, 2004, p. 176). Para Gregolin (2003, p. 96), o irrompimento da mídia, na cultura do século XX, e mais precisamente sobre os seus contemporâneos processos de retorno, retomada de imagens e dizeres faz com que se crie uma “‘história de presente’, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado”. Segundo a estudiosa, “se analisarmos o funcionamento discursivo da mídia, poderemos entrever esses movimentos de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social” (GREGOLIN, 2003, p. 96).

2. 2. A questão do “grande tempo” - o horizonte social amplo.

Nosso trabalho, portanto, é o de, primeiramente, lançarmos grandes olhares sobre o ano de 2006; trata-se de considerar a existência do *horizonte social*, como nos fala Bakhtin (1995, p. 112), como uma forma de podermos traçar uma maior quantidade de elementos que nos ajudem a compreender quais aspirações, quais medos, circulavam entre a sociedade naquela parcela de tempo; dentro da multiplicidade de eventos ocorridos naquela parcela de tempo, alguns foram colocados como parte da história de nosso grupo social brasileiro, como eventos aptos a fazerem parte da memória de nossa coletividade; outros foram relegados ao esquecimento, podendo, é claro serem retomados a qualquer momento e assim voltarem a significar.

Nossa primeira ação foi a de identificar, através de uma pesquisa sobre revistas e programas televisivos²³, os eventos que mais foram reiterados, resgatados pela mídia, ou seja, os eventos que foram considerados como aptos a entrarem na memória de nossa coletividade brasileira. A partir da análise desses eventos, entendemos que nossa colocação no espaço-tempo delineado por esses construtores de memória, possa nos dar maior quantidade de elementos para análise, de forma a nos ajudar a compreender como o evento que intentamos analisar, foi construído.

23 Referendamo-nos no programa televisivo da Rede Globo, “*Retrospectiva 2006*”, bem como nas revistas *Istoé*, *Veja*, em suas edições de final de ano, de análises retrospectivas do ano que se encerrava. A escolha de tais suportes midiáticos se deve em virtude de: a emissora Rede Globo ter a maior audiência entre os canais abertos no Brasil, assim como ambas as revistas (*Istoé* e *Veja*) têm as maiores vendas no campo no qual pertencem. Tais suportes midiáticos, determinando os eventos que vêm a ser destaque em suas chamadas, poderiam ser considerados como os novos *praticantes de arquivo*, tal como Pêcheux já delineara.

Como dissemos anteriormente, acreditamos que, podendo nos localizar mais amplamente no tempo e espaço em que tal evento se deu, possamos também conseguir elaborar alternativas adicionais para tecermos uma compreensão mais *ativa*²⁴ sobre o referido corpus. Pois como nos diz Bakhtin (1995, p. 132):

[...] A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão”.

Tendo isso em mente, reviramos os registros de nossas memórias coletivas, por meio de nossos suportes midiáticos: revistas, jornais, sítios da rede mundial de computadores; o que apresentamos a seguir são os eventos que, de alguma forma²⁵ (conforme procuramos analisar rapidamente em cada um deles), marcaram aquele ano de 2006. Percebemos que, a reiteração dos temas em diferentes meios, de modo a deixá-los como “os de maior destaque” entre todos os demais, se deu pelo fato de apresentarem enunciados, sentidos, que rompem com a normalidade esperada para a sociedade da época.

2.2.1. Queda do Boeing da Gol

Um dos eventos mais recorrentes em nossos meios, na época, foi o caso da queda do avião da empresa *Gol*. Inúmeros infográficos em telejornais, revistas e jornais, procuravam explicar o que teria acontecido para que o avião da *Gol*, caísse, no norte do Mato Grosso, levando à morte 154 pessoas. Culpa dos pilotos do jato *Legacy*, falta de modernização nos equipamentos e na profissionalização dos controladores de voo do Brasil? Talvez, o leitor consiga se lembrar das imagens reiterantes, na mídia, de pedaços do avião espalhados em meio ao mar verde da floresta, dos pilotos norte-

24 Bakhtin (1995, p. 131, 132) aborda a problemática da *compreensão*. Para ele, a compreensão pode ser feita de maneira *passiva*, ou seja, uma compreensão que corresponderia ao trabalho dos filólogos, excluindo desde o princípio, qualquer forma de novos *questionamentos* e novas *respostas* para os sentidos na linguagem; e a compreensão também pode ser feita de forma *ativa*, sendo esta o alvo dos nossos exercícios de compreensão. Segundo Bakhtin, a *compreensão ativa* já tem em seu cerne a pressuposição de uma *resposta*. “Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de outro processo evolutivo. Compreender a evolução de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente”(BAKHTIN, 1995, p. 131, 132)

25 Procuramos apresentar a maior quantidade de registros midiáticos do período por nós focado, com o objetivo de possibilitar uma maior compreensão de como se construía o horizonte social dessa época. As análises que fazemos sobre os eventos são sucintas uma vez que são de caráter contextual, ou seja, as análises são feitas objetivando contextualizar o evento principal que propomos analisar.

americanos procurando explicar o que teria acontecido, ou dos comandantes da Força Aérea Brasileira procurando explicar o que seriam as tais “áreas- sombra”. Familiares nos aeroportos esperando por notícias que demoravam a aparecer e discursos que iam do pedido de prisão dos pilotos norte-americanos, aos discursos de culpabilidade ao sistema de aeronavegação brasileiro...

2.2.2. Maternidade em jogo

Em 2006, discursos sobre as idealidades sobre a maternidade e paternidade, construídas ao longo de séculos, também entraram em conflito. Um desses eventos, talvez um dos mais “assustadores”, uma vez que colocava em xeque as idealizações de maternidade em nossas sociedades legitimadas, foi filmado, e por conta disso, acabou por criar um efeito de verdade, chocante à coletividade: à beira da Lagoa da Pampulha (Belo Horizonte, MG) duas pessoas conversam sobre um barulho estranho que vinha de um saco de lixo preto, boiando na água; uma dessas pessoas, com um galho, puxa para si o saco de lixo, e a perplexidade toma conta de suas ações, quando um deles exclama “é uma criança!”. Soube-se posteriormente que a menina, de dois meses, havia sido ali colocada pela própria mãe. Em entrevista, rodeada por inúmeros repórteres, a mãe, chorando, procurava explicar o que teria acontecido; de sua fala, temos apenas o registro do discurso condenado pela sociedade legitimada: “.... essa porcaria de menina...”.

2.2.3. Primeiro Brasileiro no espaço

Outro evento que movimentou nossa sociedade foi a ida do primeiro brasileiro ao espaço. Vislumbramos nesse evento, o imbricamento dos discursos da tecnologia e da modernização, em prol da construção de um discurso mais amplo, relacionado ao progresso brasileiro. Associar elementos discursivos da tecnologia, e da modernidade engendrou uma realidade, em que se poderia visualizar que o discurso mítico do progresso brasileiro poderia finalmente estar se efetivando, depois de tantos anos de promessas. Marcos César Pontes, na época com 46 anos, oriundo de Bauru, cidade interiorana do estado de São Paulo, configurou-se como o que poderíamos chamar de: o Jeca Tatu que vai ao espaço! Marcos participaria da “Missão Centenário”, cuja designação remetia ao aniversário de cem anos do vôo de Santos Dummont, no 14

Bis, em 1906. Sua viagem a bordo da nave russa *Soyuz TMA-8*, e instalação na *Estação Espacial Internacional*, foram divulgadas em imagens em que o víamos o piloto trajado de roupas especiais, flutuando na gravidade zero, ou quando vimo-lo usando uma réplica do chapéu de Dummont, em clara retomada ao discurso do centenário do vôo do *14 Bis*. Marcos teve sua imagem veiculada em diferentes suportes midiáticos, comparecendo, inclusive em programas cujo assunto principal seria culinária, entretenimento, moda, entre outros. Via-se com isso, o movimento para que o discurso da tecnologia/modernização brasileira fosse acessível, principalmente à grande massa dos brasileiros, como num ritual de reiteração da ideologia de valorização do brasileiro. Saber quem era esse homem, suas origens, seu caráter, sua formação para ser um dos participantes da missão espacial, foi um discurso reiterado na maioria dos suportes midiáticos por onde Marcos passou. Aliar sua imagem ao discurso de que nosso país finalmente estaria no caminho do progresso, foi uma das estratégias que resgatamos desse porão do passado. A imagem, nesse caso, foi a grande artífice para o registro da potencialidade do discurso do progresso.

2.2.4. Rumo à Presidência da República

A corrida à presidência da república brasileira também foi marcada pelos mesmos velhos discursos colocados sobre uma roupagem nova e vice-versa. O então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmim, apresenta-se como um dos candidatos ao cargo: o *ethos*²⁶ consolidado sobre a imagem de “bom moço” (fala mansa, calma, muito bem articulada a movimentos também controlados; sempre muito elegante ao se vestir; oriundo de família tradicional; católico fervoroso), não foi suficiente para que Alckim começasse a ser designado como *picolé de chuchu*, em uma conotação pejorativa, relacionando-o a uma possível falta de “personalidade marcante”, característica essa esperada nos discursos presidenciais; por conta disso, o candidato tem seu *ethos* redelineado, apresentando-se, em público, em uma atitude mais ofensiva (principalmente contra o candidato-presidente Luís Inácio Lula da Silva), e mais próxima à população, principalmente, carente: Alckim passa a aparecer nas propagandas

26 Entendemos o *Ethos* conforme nos explica Maingueneau (2000, p. 60): “Essa noção vem da *Retórica* de Aristóteles (1378 a.C.), que entendia como a imagem que um orador transmitia, implicitamente, de si mesmo, através de sua maneira de falar: adotando as entonações, os gestos, o porte geral de um homem honesto [...].Atribuímos a ele, dessa forma, um *caráter*, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma *corporalidade* (um conjunto de traços físicos e indumentários).”

políticas e em seus discursos, somente como *Geraldo* (nome mais popular que “Alckim”). A candidata Heloísa Helena, por outro lado, tem seu *ethos* assentado sobre a imagem de mulher (um diferencial dentro do campo ideológico político onde a figura masculina ainda impera), de origem pobre (interior do estado de Alagoas) que conseguiu superar as dificuldades e ocupar um lugar em meio aos dândis do poder; seu discurso agressivo (Heloísa Helena foi considerada a Senadora mais combativa do Senado), que a associava ao radicalismo de esquerda temido pela sociedade legitimada, foi suavizado pela maior circulação de imagens suas, em contato com crianças e mulheres, num claro apelo à sua parte “mulher”, “mãe”. Também coube a Luís Inácio Lula da Silva a progressiva transformação de seu *ethos*: desde sua última campanha à presidência, o candidato vinha assumindo uma aparência em que, cabelos e barba aparados, o uso de roupas bem cortadas, tornaram-se definitivos, em detrimento da antiga cabeleira e barba farta que o remetiam aos movimentos de esquerda, tão temidos à sociedade liberal. Seu discurso oral começou a se aproximar mais dos modelos discursivos impostos pelo padrão culto da língua portuguesa (muito embora, tenham ficado registrados muito mais seus “deslizes” da norma culta, que suas idéias propriamente ditas); seus gestos ficaram mais contidos, mais associados ao de um “político” e a existência do riso pleno no rosto, remetia-o a uma ressignificação daquilo que Getúlio Vargas teria assumido nas décadas de 40 e 50: “pai dos pobres”.

2.2.5 O escândalo das sanguessugas

O “escândalo das sanguessugas” também tomou lugar na mídia, no ano de 2006. Na época, a Polícia Federal desmontou o esquema em que 140 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal. O esquema consistia no aliciamento, por integrantes da família Vedoin, donos da *Planam*, a parlamentares, de modo que estes apresentassem emendas destinadas à compra de ambulâncias superfaturadas em até 110% de seu valor real. Foram presas, na época, 48 pessoas; entretanto todos foram soltos e ainda respondem em liberdade.

2.2.6. Caso Opportunity.

Ainda em 2006, o nome “Daniel Dantas” foi repetido dezenas de vezes, nos mais diferentes suportes midiáticos. Tratava-se do dono do banco *Opportunity*,

homem de negócios que teria liderado um esquema de fraude, a partir da privatização da Telebrás, em 1998. Além disso, estaria associado à montagem de um dossiê que foi entregue à publicação pelo ex-agente da CIA e ex-diretor da Kroll Frank Holder, no qual apresentava possíveis contas no exterior, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ex-ministros e de senadores.

2.2.7. Copa do Mundo

Sem dúvida, foi um ano de expectativas para o brasileiro: ano de Copa do Mundo. A “terra do futebol” desde o ano de 2004, quando ganhara o título de pentacampeão, preparava-se para a certeza vindoura do hexacampeonato no ano de 2006. Vimos assim, o ano despertar em um constante colorido verde-amarelo em propagandas, anúncios e músicas, que levavam o brasileiro a não se esquecer da vitória que se seguiria logo. O discurso da superioridade técnica futebolística brasileira foi amplamente divulgado nos suportes midiáticos. Na boca dos brasileiros, repetia-se o que se via discutido na televisão em horário nobre; os brasileiros passaram a dominar o discurso do “técnico de futebol” de plantão; todos tendo uma opinião, uma crítica sobre a escalação dos jogadores, o comportamento dos técnicos, o pertencimento ou não de jogadores do melhor ou do pior clube de futebol brasileiro. Discurso esportivo aliado ao discurso da festa, do sair mais cedo do trabalho e reunir-se com amigos e familiares para assistir aos jogos. O discurso da copa do mundo pintou o país de verde-amarelo e era orgulho (como em todas as épocas de Copa do Mundo) ao indivíduo afirmar a si mesmo como “brasileiro”. Superioridade técnica ou não, não nos cabe aqui julgar, a “Seleção” teve seus treinos levados para a Suíça. O discurso de que o Brasil era o time favorito à taça, mesmo em outros países, elevou nosso grau de comprometimento com o campeonato. Ganhar a Copa passou (como em todo ano de Copa do Mundo) a ser uma forma discursiva da superioridade brasileira em alguma coisa, mesmo que fosse no futebol. Ronaldinho Gaúcho era considerado o melhor do mundo e Ronaldo “fenômeno” tentava reverter o seu prestígio perdido. Foi nessa época em que Ronaldo começou a ter a fama de “gordo” (sendo assim designado até mesmo pelo próprio Presidente da República em uma entrevista com o técnico Parreira, divulgada pela Rede Globo). Durante os amistosos, realmente, o Brasil, brilhou. Entretanto, a utopia foi se desfazendo ao longo da campanha brasileira durante os jogos da Copa: passar pela Croácia e Austrália fora um tremendo sufoco; para tentar novas estratégias, foram

convocados cinco jogadores reservas para o jogo contra o Japão (essa escalação se saiu melhor, que a outra formada apenas pelas “estrelas” do futebol brasileiro); mas foi contra a França que o futebol brasileiro se desmanchou – como poderíamos nos esquecer de Zidane, e suas jogadas magistrais ante os jogadores brasileiros? . E pela pedra francesa, o Brasil voltou para a casa; tivemos que ver a final entre França e Itália, com o levantamento da taça pela “Squadra Azzurra”.

2.2.8. Tiranos? Novos questionamentos para o futuro.

Para muitos, talvez, os eventos dos quais retiraremos, agora, uma parte do véu do esquecimento, deveriam manter-se sobre a sombra do esquecimento do passado. Nesse mesmo ano, tivemos a morte de Slobodan Milosevic e a condenação à forca de Saddam Hussein. Para quem não se lembra, Milosevic era o presidente da antiga Iugoslávia, sendo uma das principais figuras durante a guerra entre Croácia, Bósnia e Kosovo. Sobre ele pesaram as condenações de violação às Convenções de Genebra, por crimes de genocídio; Milosevic esteve preso por cinco anos na Prisão de Criminosos de Guerra, em Haia, onde veio a falecer em decorrência de problemas cardíacos. Na época, houve a suspeita de que ele poderia ter sido assassinado; entretanto, os responsáveis pela prisão onde se encontrava encarcerado, divulgaram que, muito embora Milosevic tivesse problemas cardíacos, rejeitava qualquer tipo de medicamento fornecido pela instituição, medicando-se, assim, por conta própria. Por outro lado, Saddam Hussein, objeto de desejo do governo norte-americano, haveria, enfim, de ser morto, como uma resposta à altura pela tragédia ocorrida em setembro de 2001 (quando do choque de dois aviões contra as torres do World Trade Center, em Nova York, EUA). Tempo corrido, podemos novamente lançar novos olhares sobre o fato: o poderio econômico, de armas, simbólico, enfim, o discurso da superioridade mundial norte-americana havia sido colocado em xeque por povos pobres do Oriente. Ante o desfalecimento dos discursos de superioridade norte-americana, um recurso lhes pareceu necessário: mostrar ao mundo, novamente, quem eram os verdadeiros donos do planeta; assim, vimos a invasão americana no Iraque²⁷, primeiramente, apoiada sobre o discurso de que Saddam Hussein estaria escondendo Osama Bin Laden, e por isso mesmo, seria seu aliado; posteriormente, tendo em vista a falta de provas para aquele

27 Ação não aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

argumento, defendeu-se o discurso da invasão através da defesa de que o Iraque manipulava armas bioquímicas de destruição em massa²⁸, e, por conta disso, nada mais lógico, na visão americana, que defender o planeta das “crueldades” iraquianas. E, assim, Saddam Hussein fora encontrado em um “buraco” pelos americanos... Ante os questionamentos mundiais sobre a postura arbitrária norte-americana, Saddam é levado ao Tribunal Superior Penal do Iraque. Sua pena: condenado à forca; acusação: morte de 148 xiitas²⁹ no povoado de Dujail (Iraque) em 1982³⁰.

2.2.9. Ocidente x Oriente

Foi também nesse ano que Coreia do Norte e Irã *desafiaram* o Ocidente, defendendo, como seus direitos inalienáveis, a possibilidade de fazerem testes com armas nucleares ou de enriquecimento de urânio. Reiterou-se assim, o discurso sobre uma nova “corrida armamentista nuclear”³¹, gerando novas ondas de medo sobre o futuro do planeta, ao mesmo tempo em que também questionou-se a soberania dos estados nacionais (até que ponto, um estado nacional tem a autonomia para fazer o que lhe apetece) e relação de poder entre esses (como as resoluções tomadas por estados nacionais afetam, entram em conflito ou em consórcio com outros estados)³².

28 Apenas para não deixarmos de citar, hoje, o discurso da “manutenção” do poder americano sobre o Iraque repousa sobre o ideal de “estabelecimento de uma democracia” - busca pela retomada da construção simbólica norte-americana baseada no lema “igualdade, liberdade e fraternidade”, de modo a se legitimar como potência reguladora mundial. Acreditamos que seria muito interessante e proveitoso para os estudos da linguagem, a análise dessas transformações (de 2001 até os dias atuais) do discurso norte-americano para legitimar sua presença no Iraque e o seu domínio sobre este.

29 Xiita (*shi'at* – que significa, seguidores de Ali) e sunita (*sunnah* – que significa tradição, caminho do profeta) são duas correntes da religião islâmica. Segundo consta, logo após a morte de Maomé, houve uma divisão entre os fiéis, por conta do questionamento sobre quem deveria ser o califa; de um lado, ficaram aqueles que acreditavam ser o primo de Maomé, Ali Ibn Abi, o verdadeiro califa, e aqueles que, por outro lado acreditavam que o califa deveria ser Abu Bakr, amigo do profeta.

30 Cabe-nos aqui, também, chamarmos atenção para a questão da fragilidade discursiva de legitimação da invasão norte-americana no Iraque, e o argumento defendido para a morte de Saddam Hussein; tal tópico também nos parece interessante para discussões futuras.

31 Seu discurso fundador se dá a partir da Guerra Fria, quando Estados Unidos da América e a antiga União Soviética, dividiram o mundo em capitalista e socialista; em meio a esta disputa ideológica o desenvolvimento de armas nucleares de longo alcance proliferou, colocando o planeta em alerta constante para um possível “Terceira Guerra Mundial”, cujo desfecho poderia ser a erradicação da vida sobre o planeta.

32 É interessante nos lembrarmos que, alguns anos antes, em 2002, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, havia colocado a Coreia do Norte na lista do “Eixo do Mal”, ou seja, a lista dos países que assumiriam a personificação da maldade (em franca oposição aos ideais da bondade norte-americana), após o evento das “Torres Gêmeas”, em 2001.

2.2.10. Eleições na América

Por outro lado, foi em 2006 também, quando vários países da América Latina foram marcados pelas eleições presidenciais e por fatos preponderantes. O Haiti, país mais pobre do mundo, fora do continente africano, elegeu, sobre a guarda das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU), René Prédal, com a esperança de novos rumos para um país arrasado pela miséria. No México, assume Felipe Calderón e na Colômbia, ascende ao poder Álvaro Uribe. E no Chile, é eleita a primeira mulher para o cargo de presidente da república, Michelle Bachelet, tendo metade de seu ministério formado por mulheres. Também no Chile, falece Pinochet, e com ele, a esperança de centenas de pessoas de verem a justiça ser feita: Pinochet faleceu sem ter sido julgado pelos “crimes” que cometera enquanto fora ditador do Chile, entre os anos de 1973 a 1990. Em Cuba, Fidel Castro, fica doente e se afasta do poder, dando lugar a seu irmão. Evo Morales assume a cadeira presidencial da Bolívia e logo se inicia seu projeto de “nacionalização da exploração do gás e do petróleo do país”; através desse discurso nacionalista, o governo boliviano assume o controle das empresas internacionais exploradoras desses recursos no país; a empresa brasileira, Petrobrás, é seriamente atingida uma vez que o controle acionário de duas de suas refinarias, naquele país, passou a ser feito pelo governo boliviano, criando, assim uma “crise diplomática” entre o Brasil e Bolívia³³.

2.3. Uma compreensão

Um dos aspectos que nos chamam a atenção ao verificarmos os registros elencados anteriormente é a questão da vulnerabilidade com que se apresentam certos conceitos tidos pela sociedade oficial como os ideais. Assim, temos a recorrência de eventos que constroem um recorte do horizonte social da época em que se vislumbra a incerteza, a inconformidade sobre o que se vive, e conseqüentemente, um sentimento de medo, de insegurança.

33 Metade do gás consumido no Brasil era, na época, oriundo da Bolívia.

Alguns casos nos chamam a atenção, pensando em termos de sociedade globalizada, são os casos referentes à Coreia do Norte e ao Irã, ou aos casos referentes a Saddam Hussein and Milosevick. O discurso sobre essa temática nos mostram um mundo dividido entre os bons e os maus; ou melhor dizendo, entre os “civilizados” e os “incivilizados”. Trata-se de um discurso em que o enunciador fala de um lugar em que ele se coloca como legítimo, “civilizado”, tendo o direito de se autodeclarar como o “correto”, ao mesmo tempo em que tem o poder de julgar o outro, considerando, pois, os posicionamentos do outro como inaceitáveis, “incivilizados”. Trata-se de um posicionamento em que se deixa clara a concepção de que os seres humanos não são iguais³⁴, muito embora, sempre exista a contra-palavra, dos grupos internacionais (por exemplo, Onu), que pregam o discurso da igualdade entre todos os indivíduos.

Em termos de discurso nacional, o que podemos verificar é um conjunto de enunciados que, continuamente, retomam a questão de falta de organização do Estado. Isso se pode ver por meio da fragilidade das instituições públicas (“Caso Oppurtunity”, “Máfia das Sanguessugas”, problemas no sistema aeronáutico brasileiro), por meio da falta de aplicação, ou pela morosidade da justiça nos casos de corrupção, violência, (caso do Primeiro Comando da Capital, caso da mãe que joga a filha na lagoa). Assim também, como vemos por meio dos indivíduos que assumem *tipos* ideais para poderem assumir o controle do Estado. Enfim, o que se pode ver é que existem concepções ideais de como se deva “concretizar” o Estado; entretanto, saltam aos olhos, exemplos mostrando as falhas nessa idealização; falhas essas, de caráter estrutural³⁵. Percebe-se a existência de um discurso também ideal sobre “povo”; entretanto o que se percebe é uma grande distinção, em termos de “valores”, entre os indivíduos que compõem o grupo social brasileiro, sendo “os homens bons” os detentores da capacidade de organizar o grupo social como um todo³⁶.

34 Note-se que muito embora indivíduos como Saddam Hussein ou Slobodan Milosevic tenham cometido ações contra o direito à vida, em nada ficam para trás se comparados a outros indivíduos, em outros tempos, como Margareth Thatcher, ou Ronald Reagan, ou os Bush (podemos dizer que muitas de suas ações foram menos criminosas que as de Hussein ou Milosevick?). A questão que se levanta nessa discussão é que podemos perceber como o discurso de um determinado grupo social, tendo primazia sobre os demais, constrói conceitos de certo/errado; verdadeiro/falso.

35 De igual forma, podemos perceber esse “sentimento” nas recorrências referentes às eleições presidenciais na América Latina; trata-se de um discurso quase pedagógico, no sentido de que tem a necessidade de mostrar que a democracia é um ideal a que a América Latina deve alcançar, tendo em vista os anos de regimes ditatoriais, militares aí vividos ao longo de décadas. Há, portanto, um discurso de “construção de Estados”, considerando-se, portanto que tais grupos sociais ainda não alcançaram as características do Estado de direito.

36 Como no caso referente ao Primeiro Comando da Capital, como veremos a seguir.

Em termos de construção discursiva brasileira, há que se considerar que, mesmo a mídia reiterando, à guisa de *denúncia*, os casos que vão contra a construção do Estado brasileiro, é essa mesma mídia que insere discursos de “auto-valorização” nacional. Assim, mesmo criticando a performance da “Seleção brasileira de futebol” na Copa do Mundo, podemos verificar que, ao longo do ano, houve uma construção de um movimento nacionalista brasileiro (impulsionando o comércio brasileiro, é claro), utilizando o esporte como meio para isso. De igual forma, se procurou construir uma identidade brasileira positiva, adiantada tecnologicamente, por meio da recorrência de informações a respeito da viagem do primeiro brasileiro ao espaço.

Tendo verificado uma parcela desse horizonte social, cabe-nos agora aprofundar, apresentar e tecer possíveis compreensões a respeito, mais especificamente dos eventos que aí também se deram, ou seja, dos eventos referentes às ações do Primeiro Comando da Capital, no estado de São Paulo. Nosso enfoque será o de, analisando registros midiáticos específicos, questionar como a concepção de justiça social é construída, quais estratégias discursivas são utilizadas para tornar verdadeiras as concepções de justiça nesses registros.

MAIO DE 2006: abalos nas concepções de eterna estabilidade social

No dia 15 de maio de 2006, a imagem transmitida pela Rede Globo, em seu Jornal Nacional, dava conta de que algo realmente fugira ao controle do Estado de direito: a Avenida Paulista, coração econômico de São Paulo, completamente vazia em uma plena segunda-feira!

Essa imagem metonímica, criando uma temporalidade, condensou discursos que, posteriormente seriam retomados e registrados em séries de reportagens, mesas-redondas, entrevistas, através das quais se procuravam encontrar sentidos para ela, mas principalmente, para os fatos que teriam levado a ela. Discurso da incompetência do Estado, discurso do direito de ir e vir do cidadão, discurso do trabalho, discurso da tragédia, discurso do terror, discurso do medo, discurso da insegurança encontravam-se ali em uma imagem silenciosa, em que os tons negros da noite, pincelados com o brilho amarelado das luzes de postes das avenidas, acentuavam ainda mais o discurso do terror em que se colocava a capital paulistana.

Naquele momento, os enunciados tradicionalmente construídos, legitimados, sobre modelos de organização social e sobre a identidade do povo brasileiro, entraram em conflito. É importante, porém considerar que, para analisarmos a construção do sentido de justiça social que desponta de nosso corpus, julgamos necessário que algumas concepções anteriores a ela também sejam levantadas, a saber: como o Estado é visto, ou seja, qual sentido a questão da organização social adquire no referido corpus?

Por outro lado, consideramos também necessário, nessa linha de raciocínio que procuramos seguir, procurar entender como são construídos os sentidos sobre a identidade do grupo social, ou seja, procuraremos verificar a existência ou não de uma uniformização de identidade entre os indivíduos do grupo social analisado.

Dizemos isso, pois, entendemos que, no referido evento, os sentidos dessas palavras foram colocados em xeque, haja vista, a retomada contínua dessas questões nos registros midiáticos que analisamos. Partimos da concepção de que:

a palavra será sempre o *indicador* sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1995, 41).

Construiu-se, portanto, ante a impossibilidade de se aliar a idealidade de “nação” e à idealidade de “povo”, ou seja, adequar concepções tradicionais ao que a realidade se apresentava, enunciados pertencentes um gênero discursivo cuja base, diríamos, tenha culminado na “síntese do terror”.

Primeiramente é interessante que expliquemos que entendemos por *gênero discursivo*, o movimento de procura de estabilização de enunciados, dentro de um campo da criatividade humana específico. Sabemos que, à medida que os grupos sociais se tornam mais complexos, complexas também se tornam suas formas de interação sócio-cultural. Em meio à multiplicidade de enunciados recorrentes em um determinado grupo social que esteja organizado, haverá o movimento para que também esses enunciados, que em um primeiro momento são primários em sua construção, sejam também organizados e estabilizados; isso, por conta mesmo de se estabelecerem sentidos que facilitem os processos de compreensão entre os interlocutores. Nesse processo de estabilização (o que não significa que os gêneros não mais poderão sofrer mutações), Bakhtin vê que três elementos se tornam comuns: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, (2006, p. 262, 263)

Baseando-nos nisso, nossa primeira análise se deu a partir da seleção de enunciados que se organizam em um gênero discursivo específico, construído naquele momento de crise discursiva. Nosso recorte apresenta, portanto, enunciados que se organizam a partir dos três eixos acima citados: tema, estilo, construção composicional.

Analisando, portanto, nosso *corpus*, a partir dessa perspectiva, vislumbramos que, com relação ao conteúdo temático, havia a recorrência do tema referente às ações do Primeiro Comando da Capital na cidade de São Paulo; quanto à sua construção composicional, verificamos a presença da intersecção entre signo verbal e signo visual, em um movimento de complemento de informações (a imagem nunca é dissociada da palavra), e a apresentação de soluções para o problema em questão; o estilo é marcado por uma série de imagens, cores, palavras, expressões, associadas a terror, pânico, e segregação social.

Assim, o “gênero do terror” circulou nos jornais, revistas, telejornais, através da reiteração de imagens e de chamadas com alto teor apelativo, em que os signos do caos, da falta de segurança, contribuíram para a transformação do evento, num verdadeiro espetáculo, num evento sensacional e terrível.

Por outro lado, jornais, revistas e telejornais assumiram um discurso pedagógico-doutrinário através do qual, construíam suas verdades sobre o evento em questão; objetivavam mostrar a falência do Estado, procurando levar o interlocutor à compreensão do que acontecia, é claro, a partir de suas ideologias. Na verdade, consideramos essa postura como uma nova forma de se procurar a estabilização dos sentidos, uma nova forma de procurar a calma no momento em que os sentidos das palavras entram em conflito.

Entraram em conflito, pois, a figura tradicionalmente legitimada do Estado, enquanto gerador da estabilidade dos grupos sociais, foi desarticulada, mostrando a existência de um Estado que não é formado por um povo único, homogêneo; mostrou-se a existência de indivíduos que se organizam paralelamente ao poder, que aqui chamamos de “oficial”, e que querem seu espaço, de alguma forma, legitimado. Procuramos nos colocar, enquanto analistas, a partir de uma perspectiva que nos possibilite compreender como, no evento em estudo, um conjunto de indivíduos com formações diferenciadas, organiza-se, e a partir daí, compreender como o sentido de justiça social se constrói. Sabemos que o Estado, símbolo da unidade de um povo, se consolida a partir da palavra: os nossos registros oficiais sobre a configuração do Estado se encontram construídos nas *Cartas Magnas*; aí, há um movimento discursivo para

uma maior equivalência entre os indivíduos que compõem esse Estado, ou seja, há um movimento progressivo para uma homogeneização dos indivíduos. Por conta disso, o nosso trabalho de compreensão aqui, pretende demonstrar que esse movimento de homogeneização é um processo de idealização discursiva: nos registros da materialidade, da palavra escrita e falada, podemos verificar que o processo é o inverso, uma vez que, conforme analisamos, vê-se o registro da consideração de que existem indivíduos e indivíduos, ou seja, nem todos são iguais; existe um nós (oficial) e um eles (indivíduos que não se enquadram nos moldes da oficialidade).

ANÁLISE DE ENUNCIADOS: revistas *Istoé* e *Veja* nos eventos de 2006.

Como falamos anteriormente, apresentamos e analisamos enunciados que fazem parte desses gêneros discursivos que se constroem no evento em destaque. A escolha das revistas se dá, também, por serem estas as de maior circulação dentro do ambiente brasileiro e, por conta disso, também serem construtoras de discursos, “formadoras de opinião”. Há que se lembrar que tais suportes discursivos são direcionados a uma parcela da população brasileira, em geral, pessoas com maior poder aquisitivo e, portanto com maior acesso a serviços, a bens e a meios culturais. Por conta disso, entendemos que o discurso aí construído corresponde às expectativas de uma parcela da sociedade, ou como nos diria Bakhtin (2006, p. 261), como se constrói em um determinado “campo da atividade humana”. Cria-se, portanto, um ambiente de produção, circulação e discussão do evento, mobilizando “parcelas” de olhares; ou seja, o próprio evento é compreendido sob uma perspectiva ideológica específica.

Focaremos, portanto, na construção dos enunciados, individualmente, observando primordialmente, as perspectivas de sentido referentes a Estado e Povo. Primeiramente, analisamos os enunciados cuja temática aborda a questão do terror do evento em estudo, em virtude da ausência do poder do Estado (enquanto força repressora) para a separação entre os indivíduos, ou seja, separação entre os indivíduos que são aptos, daqueles que são inaptos para pertencerem ao Estado idealizado. Posteriormente, analisamos os enunciados que se organizam a partir de uma perspectiva de detentora da verdade, e por conta disso, detém o poder de explicar ao interlocutor as

“verdadeiras” causas do evento, e as possíveis soluções para que outro semelhante não venha a acontecer.

4.1. Enunciados do gênero do terror – a ausência do Estado – mocinhos e bandidos na luta pelo poder.

a) Revista *Istoé* - Capa

No dia 25 de maio, a revista *Istoé* apresentou a seguinte capa à população:



(fig. 1 revista *Istoé* - Capa)

Analisando a imagem em destaque, vemos a capa da revista *Istoé*, construída a partir da conjunção de signos diversos: o signo verbal, o signo imagético e o signo das cores³⁷, abrindo uma temporalidade de sentidos. As letras garrafais, pintadas

37 Procuraremos tecer nossa compreensão sobre o enunciado, fazendo essa separação entre signo verbal, imagético e de cores, apenas por uma questão didática; não acreditamos, segundo a epistemologia que nos orienta nesse trabalho, que em um dado enunciado possa haver separação total do signo de seu contexto;

de cinza, no centro da capa, concorrem com o nome da revista, também em letras garrafais, porém vermelhas, no topo da capa. É como se o enunciador se colocasse “acima” dos eventos, a partir de uma perspectiva de detentor da posse do saber para explicar as razões para o “caos”. A expressão central da capa nos remete ao evento, designado então, como “O Caos”; note-se que o determinante “o” intensifica o caráter de unicidade do evento, orientando o interlocutor para uma compreensão de que não teria havido, até então, outros eventos que chegassem ao ponto de tal determinação. É como se a designação “caos” assumisse o ápice do terror a que o grupo social, organizado a partir de determinados parâmetros, pudesse chegar. As letras coloridas de cinza intensificam essa idéia, entretanto, sobre um ar de “não-ação”, de “morbidade”, sentidos esses também intensificados pela cor negra que serve de fundo para a capa. Logo abaixo, vemos a imagem em que, no primeiro plano, se vêem indivíduos em uma situação de violência: homens deitados ao chão, imobilizados pela figura de um policial, no segundo plano, que mira sua arma em direção a eles. Há uma consideração que achamos interessante fazermos: note-se que, por conta da perspectiva da foto, os homens ao chão, parecem muito maiores que o homem que carrega a arma; ainda assim, esse último, o policial, representante do Estado, mesmo com sua pequenez, domina os demais que estão ao chão; cria-se uma espécie de paradoxo de sentidos; temos também a construção de um sentido, a partir do qual, poderíamos compreender como que uma retomada do discurso do “bem x mal”, ou seja, mesmo o mal, personificado na imagem dos homens deitados, os “bandidos”, e o “bem”, personificado na figura do policial, muitas vezes parecendo muito maior que o bem, ainda assim, é este quem sempre vence essa batalha ideológica. O enunciado “São Paulo, Maio de 2006” localiza o evento no tempo e no espaço, dando a entender que tal evento pudesse ter a força tanto para iniciar, como finalizar toda uma nova temporalidade. Velhos sentidos que devem morrer? A frase abaixo, em letras menores afirma: “Dominada por atentados, a cidade vira praça de guerra com 20 milhões de habitantes em pânico”. Perceba-se que este enunciado ao mesmo tempo em que reforça os sentidos de “praça de guerra”, mostrados também na foto principal, “caos”, falta de organização social, portanto, reforçando a idéia de pânico, já apresenta uma solução para o caso: a presença do Estado com sua força bruta, personificado na imagem do pequeno policial armado. Existem dois “eles” e o “nós”; um desses “eles” provoca o “caos”, os “atentados”; por outro lado, o outro

havendo isso, haveria o comprometimento para uma compreensão responsiva, que é o nosso objetivo central.

“eles” se personifica em “São Paulo”, “20 milhões de habitantes”, as vítimas; e se colocando hierarquicamente³⁸, acima de tudo isso, temos o “nós”, o enunciador, a voz que fala que denuncia e detém o conhecimento do que acontece e de como se resolve o problema.

b) Revista *Isto é* – Ônibus incendiado

Uma das imagens com maior destaque na reportagem de capa da revista *Isto é* daquela semana, foi a foto que se segue abaixo:



(fig. 2 Revista *Isto é*: “Ônibus incendiado, na zona leste de São Paulo: com 82 coletivos atacados, frotas foram recolhidas às garagens)

Vemos novamente um enunciado em que no domínio da cor negra, irrompe o desenho de um ônibus, feito através de labaredas em vermelho, amarelo e laranja. O caráter de terror se constrói por conta de ser esse, um evento que ocorre durante a noite, período em que o sentido humano da visão é mais frágil; a própria perspectiva em que é mostrada a imagem, procura dar maior “visibilidade” à dimensão do evento, colocando-se um posicionamento acima do ônibus em chama. Associando a noite, ao “tempo do desconhecido”, temos a presença do fogo que, ao mesmo tempo em que nos remete a calor, manutenção da vida, assume, nesse caso, sentidos de

38 “Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação” (BAKHTIN, 1995, p. 43)

intensificador do terror, uma vez que é ele quem destrói um objeto de uso de uma parcela da sociedade, ou seja, o ônibus. O signo ônibus recebe aqui um investimento de ordem representativa: ele representa a população mais carente; e assim, compreendemos que o enunciador nos apresenta que “até” mesmo a população carente está sendo afetada pelos eventos em cursos (note-se a perspectiva sobre a qual é tirada a foto, como se quisesse “pegar” toda a imagem para mostrar o fato); daí inferimos também que se resgata a idéia de que, se há vandalismo, esse é feito por pessoas carentes e, nesse tipo de contexto, pares não fariam mal a seus pares; o que não ocorre no enunciado em questão: há vandalismo e até as pessoas mais carentes estão sendo afetadas. Novamente, observamos a presença dos problemas relativos às questões de uniformidade ideal de povo, falta de organização social. O enunciado verbal, colocado logo abaixo da imagem - “Ônibus incendiados, na zona leste de SP: com 82 coletivos atacados, frotas foram recolhidas às garagens” - intensifica ainda mais o sentido de terror, uma vez que não se compreende porque o “vandalismo” atingiria pessoas carentes; ao mesmo tempo reforça a idéia de que não há presença do Estado (personificado na imagem da polícia militar), em se considerando que a empresa preferiu manter seus ônibus nas garagens, a deixá-los nas ruas, onde não se teria segurança alguma. Note-se, também, a reiteração da informação: não basta para o enunciador que o interlocutor veja que o ônibus está pegando fogo, como se mostra na imagem; é necessário que haja a afirmação da palavra escrita sobre o fato; outro fator que concorre para a criação do terror é a colocação do número de ônibus atacados (82), e o uso da palavra *atacados*; a referência a ônibus em garagens, indicando ao interlocutor que havia, naquele momento, eventos que fugiam ao controle das autoridades oficiais, atingindo até mesmo as camadas mais pobres da população, ou seja, aqueles indivíduos que utilizam os ônibus.

c) Revista Veja - Capa

Na semana do dia 24 de maio, a revista Veja, apresentava aos seus leitores, a seguinte capa:



(fig. 03. Revista Veja: capa)

A figura 03 apresenta a capa da revista *Veja*, colocando à sua esquerda a imagem de um homem branco, olhar voltado também para a esquerda; apresenta-se como um homem que se enquadraria dentro do esperado da “normalidade” para um homem, em nossas sociedades; entretanto, o enunciado escrito é quem determina a “real” personalidade do homem em foco: “O bandido que parou São Paulo”. Cria-se, portanto, um efeito paradoxal entre imagem e verbo: o homem que vemos não se enquadra dentro da normalidade esperada e isso cria um ambiente também de terror: como um homem, aparentemente igual à maioria dos brasileiros teria tido o poder e a audácia de “parar” a cidade de São Paulo (veja que São Paulo passa por um efeito de personificação: “parar São Paulo”, a cidade que “nunca para”)? O tom vermelho que fica de fundo da imagem, nesse contexto, assume sentidos de sangue, morte, intensificando os sentidos de terror do evento. Vislumbramos agora a presença de dois “eles” e um nós: todo o evento é colocado sobre a responsabilidade de uma pessoa, no caso, designada por “bandido”; por outro lado, há a vítima que “nunca para”, São Paulo, não conseguimos especificar quem constituem “São Paulo”, tratando-se, portanto, de uma metonímia relativa; existe também o “nós”, a voz da verdade do enunciador que conta o fato, determina e qualifica quem são os envolvidos, como também apresenta soluções para o caso: “O real poder do crime organizado e como quebrar sua espinha dorsal dentro das cadeias”. Note-se que o enunciador compreende a existência de uma

organização social paralela à oficial, que passa a gerar problemas à sua tradicional estabilidade; personifica-a, inclusive, como tendo uma “espinha dorsal”, além de localizá-la no espaço: no caso, nas cadeias, espaço de indivíduos que não fazem parte da sociedade oficial.

d) Revista Veja – “Terror em São Paulo”

A reportagem de capa da revista *Veja* apresentava como sua introdução, a imagem abaixo:



(fig. 04 . Revista *Veja*: Terror em São Paulo- “Como um bandido e seus comparsas conseguiram colocar de joelhos a maior cidade brasileira”)

A figura 04 abre a reportagem da revista *Veja*, sobre o evento de maio de 2006. No primeiro plano, à esquerda, ocupando quase a metade da página, vemos novamente a imagem do mesmo homem branco da capa da revista, com seu olhar vago, boca semi-aberta; em um primeiro momento, cria-se novamente, um sentido de normalidade, ou seja, temos um homem que poderíamos qualificá-lo como “comum”, na sociedade legitimada. O que desfaz essa aparente normalidade, tornando a paradoxal, é a presença, no segundo plano, de um ônibus incendiado, em uma rua, ao lado de um ponto de parada; faz-se presente uma fumaça alaranjada, em meio ao escuro da noite. Temos o paradoxo entre anormalidade e normalidade, o que gera um ambiente de terror. Segue-se ao enunciado visual, o enunciado verbal: “*Terror em São Paulo: Como um*

bandido e seus comparsas conseguiram colocar de joelhos a maior cidade brasileira". Verificamos novamente, a presença da idéia de terror pela própria inclusão da palavra no texto; segue-se que o enunciado verbal amplia as informações ao interlocutor: o homem à direita, aparentemente, um ser "normal", é designado como bandido; e daí podemos associar o tamanho da imagem colocada na reportagem, com o enunciado verbal: "*como um bandido [...] colocar de joelhos a maior cidade brasileira*"; o tamanho da imagem se associa à possível grandiosidade da ação desse homem no evento em destaque, intensificada ainda mais por tal ação ocorrer "*na maior cidade brasileira*". O próprio enunciador se mostra perplexo ante o evento, como podemos ver através da marca que introduz o enunciado verbal "como".

Vemos, portanto, nesses casos, a existência de modelos específicos de organização social, ao mesmo tempo em que percebemos sobre qual ponto de vista os indivíduos são determinados dentro dessa organização social. Vislumbramos que se mostra a necessidade de um Estado que seja considerado forte, através de sua representação por meio da força policial. É essa força policial que será capaz de separar os bons indivíduos dos maus indivíduos.

4.2. Enunciados do gênero pedagógico – causas e soluções para o mal do Estado.

a) Revista Veja

Os enunciados que fazem parte desse gênero pedagógico organizam-se, ocupando, em média, metade das cinco, de sete páginas que compõem a reportagem apresentada.

b) Conteúdo temático

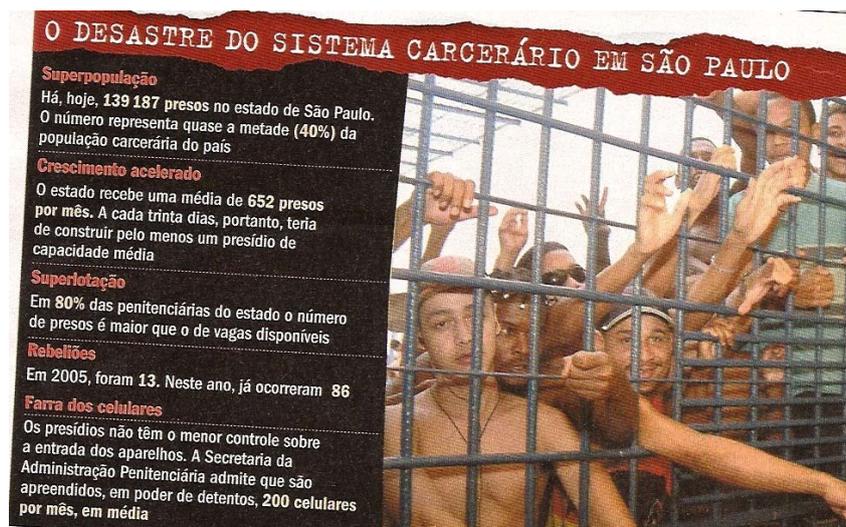
Tais enunciados se estruturam a partir de um conteúdo temático comum, assentado sobre a seguinte verdade construída: o Estado de direito foi abalado pelos eventos, em foco, e os responsáveis pela sua manutenção não o conseguem fazê-lo, conforme as idealizações historicamente construídas. Vê-se que o tema é focado a partir

de uma perspectiva que se limita a analisar as questões relativas ao sistema prisional pertencente ao Estado, procurando apresentar ao interlocutor os porquês da possibilidade desse evento ter acontecido. Dessa forma, vislumbra-se que o conteúdo temático segue uma linha de apreciação, conforme, esboçamos abaixo:

1. Apresentação dos problemas que teriam levado ao evento;
2. Apresentação de soluções para que eventos semelhantes ao ocorrido não se repitam;
3. Apresentação dos reflexos que o evento provocara na cidade de São Paulo;
4. Apresentação de uma comparação entre o sistema prisional brasileiro e o sistema prisional norte-americano.
5. Apresentação do grupo social que provocara os eventos focados.

Note-se que o enunciador assume uma postura de detentor do saber e do saber-fazer, colocando-se diretamente, em uma instância superior não só aos interlocutores que entrarem em contato com seu discurso, como também, ao próprio Estado no qual se insere. O locutor coloca-se, portanto, como aquele que sabe o que acontece, por que acontece, como acontece, ao mesmo tempo em que se coloca, em uma atitude de ter conhecimento o suficiente para poder reverter a situação-problema analisada. Verifica-se novamente a existência também de uma separação valorativa entre os indivíduos: existem os indivíduos ideais, dignos de pertencimento no Estado de direito, ao mesmo tempo em que existem os indivíduos “párias”, para quem, o encarceramento parece ser a solução ou para a “recuperação” desses indivíduos, ou para o isolamento desses em relação à comunidade estruturada e oficial.

c) “Desastre do Sistema Carcerário em São Paulo”



(fig. 05. Revista Veja)

Em um primeiro olhar sobre o enunciado acima, verificamos que sua construção se dá por meio de uma retomada de outros enunciados que compõem a memória sobre o sistema carcerário (em especial, no Brasil): um título colocado sobre um fundo vermelho (retomada de enunciados de “atenção”, “sangue”, “morte”, “violência”), à semelhança de uma folha rasgada, com os dizeres “O desastre do sistema carcerário em São Paulo”; associada ao enunciado “desastre do sistema carcerário”, vemos a imagem de homens que se “espremem” uns contra os outros e contra a grade da cela que ocupam, numa situação inconcebível de acordo com os ideais de organização social de um Estado de Direito; segue-se, alinhavado a esses outros enunciados, ocupando metade da imagem total, o enunciado onde se apresenta, por meio de signos verbais, os motivos pelos quais o enunciador considera a falência do sistema carcerário paulista. Verificamos, portanto, nesse enunciado verbal, os seguintes motivos para tal falência:

- a superpopulação carcerária;
- o aumento progressivo do número de indivíduos presos;
- a superlotação dos presídios;
- o crescente aumento das rebeliões;
- o uso indiscriminado de celulares.

Observa-se, portanto, que a demonstração de que o Estado não tem organização necessária para lidar com a questão carcerária; note-se que o enunciador foca a questão da “organização” prisional; não importa quem são os indivíduos. O

enunciador não considera, portanto, que os indivíduos são iguais a ele mesmo, ou seja, não se foca na questão humana que teria levado tais indivíduos a tal situação; o que se percebe é que, esses indivíduos não estando aptos à sociedade oficial, precisam ser colocados em um ambiente específico, organizado de tal modo que dali não saiam, a não ser com o consentimento da autoridade adequada. Verifica-se que o enunciador mostra-se entender serem grandes problemas (registre-se: para a sociedade oficial) o maior número de indivíduos dentro dos presídios (superpopulação e crescimento acelerado) o que acarretaria na possibilidade de organização efetiva desses, dentro do presídio (rebeliões – índice que denotaria a maior organização dos indivíduos- e o uso de telefones celulares – possibilidade de intensificar a organização desses indivíduos.); com essa organização efetiva, abrir-se-ia a possibilidade desses indivíduos poderem se confrontar com a sociedade oficial.

d) “Soluções imediatas para o problema”.

SOLUÇÕES IMEDIATAS PARA O PROBLEMA
O poder de facções criminosas como o PCC aumenta à medida que pioram as condições nas prisões. Abaixo, dez iniciativas que, segundo seis especialistas ouvidos por VEJA, possibilitariam ao Estado brasileiro recuperar o controle sobre os presos

A CURTO PRAZO	A MÉDIO PRAZO
<p>1 Tornar obrigatória a revista de advogados que visitam seus clientes nos presídios. Hoje a lei prevê apenas a sua passagem obrigatória pelo detector de metais, mas nem isso é cumprido com rigor*</p>	<p>6 Aumentar a aplicação de penas alternativas, de forma a reduzir a superpopulação das cadeias. Estima-se que 30% dos criminosos punidos com prisão não tenham cometido crimes que exigissem confinamento</p>
<p>2 Tornar o uso de telefones celulares nos presídios uma falta grave para o detento. A medida poderia levar a punições como a perda de benefícios ou o isolamento em regimes mais severos. Hoje não há nenhuma sanção prevista**</p>	<p>7 Construir presídios menores, que possibilitam maior controle sobre os detentos, e administrá-los em parceria com a iniciativa privada – projeto que já se mostrou bem-sucedido nos estados do Paraná e Ceará</p>
<p>3 Isolar os líderes das facções, transferindo-os para presídios distantes de seus estados e áreas de influência. A primeira prisão federal brasileira, de segurança máxima, será inaugurada no mês que vem, no Paraná</p>	<p>8 Investir em inteligência. Apenas a interceptação ocasional de diálogos de detentos não é suficiente. Além de sistematizar a prática, é preciso que se crie, por exemplo, um banco de informações que monitore todos os elos da organização criminosa, incluindo advogados e agentes penitenciários suspeitos de colaborar com ela</p>
<p>4 Realizar um mutirão penal para “peneirar” casos de presos que já poderiam estar cumprindo penas alternativas ou em regime aberto, de forma a desafogar os presídios</p>	<p>9 Deixar a cargo dos juizes a definição sobre o prazo máximo que cada detento pode ficar em regimes rígidos de cumprimento de pena. Nos Estados Unidos, um preso pode ter de cumprir a totalidade de sua pena num regime de segurança máxima. No Brasil, por mais perigoso que ele seja, ficará, no máximo, um ano</p>
<p>5 Estender para agentes penitenciários o sistema da “via rápida” – procedimento administrativo adotado nas polícias Civil e Militar de São Paulo para acelerar o processo de expulsão de corruptos</p>	<p>10 Garantir anonimato aos juizes responsáveis pela aplicação e execução das penas de integrantes de organizações criminosas. O modelo do “juiz sem rosto” foi adotado com sucesso no combate aos cartéis colombianos e às máfias italianas</p>

* Um projeto de lei que propõe a medida foi apresentado na Câmara na semana passada ** A medida faz parte de projeto aprovado no Senado, na semana passada, que ainda seguirá para a Câmara

(fig. 06 Revista Veja)

Esse enunciado apresenta-se ao interlocutor como uma resposta do enunciador ao problema enfrentado pela sociedade oficial; note-se que a sua demonstração de poder-saber, inicia-se pelo próprio título, em letras coloridas de branco em um fundo negro (uma luz da sabedoria do enunciador, em meio à escuridão da ignorância do interlocutor?), com os dizeres “Soluções imediatas para o problema”: o enunciador se coloca para o interlocutor como o detentor de conhecimento para acabar com o problema; note-se que sua fala retoma discursos referentes a manuais de

eletrodomésticos ou aparelhos eletroeletrônicos: seria a questão do sistema prisional, uma questão que pudesse ser solucionada num simples “clique”? Mais uma vez, percebemos que o enunciador foca-se na questão de organização do sistema, como em uma grande empresa: havendo problemas, procuram-se soluções mais imediatas para não acarretarem maiores problemas financeiros. Além disso, o enunciador referencia seu saber como verdadeiro, legítimo, através da citação de que teria ouvido especialistas para apresentar tais soluções. Tendo isso em vista, coloca ao interlocutor a existência de soluções a serem conquistadas em “curto” e “médio” prazo de tempo. Verificamos que as soluções imediatas correspondem aos fatos que o enunciador julga como desencadeadores do evento em análise, uma vez que foram eles, que na época do evento despontaram na mídia, num movimento de criação de verdades para justificar a ocorrência do evento; essas soluções são enumeradas de um a dez, sendo que as cinco primeiras correspondem a soluções de “curto prazo”, e as demais a soluções de “médio prazo. Assim, as de “curto prazo” seriam:

1. *Advogados* – segundo o enunciador, e conforme se veiculou na mídia da época, como uma verdade geral, os advogados seriam um dos meios através dos quais entravam e saíam informações dos presídios, de forma que o grupo social marginal se organizasse;
2. *Telefones celulares* – também foram considerados como um dos meios através dos quais os indivíduos teriam maior facilidade para se comunicarem e conseqüentemente, se organizarem.
3. *Isolamento dos “líderes” dos grupos sociais marginais* – concorda com a construção de presídios em locais distantes, de modo a, novamente, evitar a organização social.
4. *Penas alternativas* - o locutor entende que o excesso de indivíduos no presídio dificulta sua manutenção; por conta disso, considera ser ideal que indivíduos com penas “leves” cumpram penas alternativas.
5. *Expulsão de agentes penitenciários corruptos* – vislumbramos também com essa consideração, o registro de uma verdade que circulou na mídia da época; o caso de agentes representativos do Estado que favoreciam presidiários em troca de favores, geralmente financeiros.

As demais soluções seriam as consideradas “médio prazo”:

6. Retorna-se à questão das penas alternativas. Retorna ao espaço discursivo de discussão o fato da injustiça, uma vez que muitos indivíduos teriam sido

confinados sem que, segundo essa perspectiva do enunciador, houvesse necessidade para isso.

7. Retoma-se a questão de construção de presídios menores, o que facilitaria a manutenção desses ambientes, ao mesmo tempo em que se evitaria a organização maior dos grupos marginais.
8. Infere-se que, tendo os grupos marginais se organizado de forma mais complexa, torna-se necessária a introdução de processos cada vez mais elaborados para lidar com isso: trata-se de “investir em inteligência”.
9. Estabelece-se uma comparação valorativa entre o sistema prisional norte-americano e o brasileiro, sendo este, colocado com menor valor; segundo o enunciador, o sistema judicial brasileiro seria inferior ao americano (o que seria uma das causas da ocorrência dos eventos) em virtude de não manter, por mais de um ano, em prisões de segurança máxima, os indivíduos considerados perigosos; ao contrário, nos Estados Unidos da América (padrão para essa comparação), o indivíduo, se considerado perigoso pelo juiz, poderia cumprir toda a sua pena no referido regime.
10. Infere-se também outro fato relativo à época do evento: o assassinato de juízes, ações essas que seriam praticadas por essas organizações sociais não legítimas. Por conta disso, o enunciador considera que, nos casos de julgamento em que se tenham organizações marginais, garantir-se-ia o anonimato aos juízes, procurando salvaguardá-los.

e) “O dia em que São Paulo parou”

O DIA EM QUE SÃO PAULO PAROU

Na última segunda-feira, a série de atentados cometidos pelo PCC mais um número incalculável de boatos que se espalhou por São Paulo fizeram com que a quarta maior cidade do mundo entrasse em pânico.

OS REFLEXOS DO MEDO

- **5 100 ônibus** pararam de circular, deixando **5 milhões de pessoas** sem transporte
- **40%** das escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio da capital suspenderam as aulas
- **12 universidades** fizeram o mesmo
- **12 shopping centers** fecharam suas portas
- Todas as **3 000 lojas** da Rua 25 de Março encerraram o expediente no meio da tarde. Outros centros de comércio importantes, como as ruas Teodoro Sampaio e Oscar Freire, fizeram o mesmo
- O Aeroporto Santos Dumont, no Rio, cancelou **15 voos** para São Paulo, alegando falta de segurança
- Com toda a população correndo para casa, às 17h30 o congestionamento na cidade era **quatro vezes maior** do que o normal, chegando a **195 quilômetros**
- As 22 horas, já não se viam carros nem pedestres nas ruas. Avenidas como a Paulista e a Rebouças estavam desertas

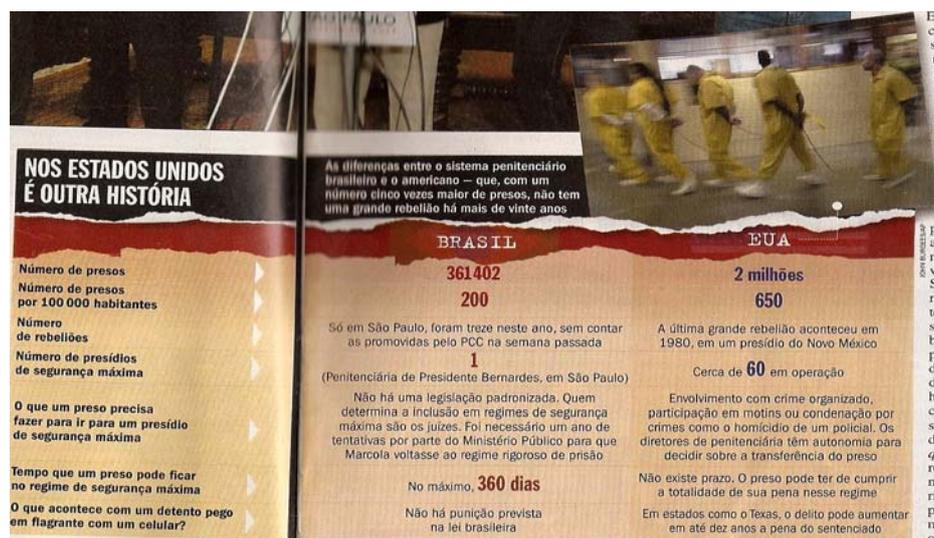
(fig. 07 Revista Veja)

Esse enunciado inicia-se com o título à maneira de inconformismo: “O dia em que São Paulo parou”, ou seja, parte-se de uma suposição de que os indivíduos moradores da cidade de São Paulo são regidos pela ordem do “trabalho”, ou seja, suas vidas seguem um ritmo ditado pelo sistema financeiro; a inconformidade se dá na medida em que se considera essa ser uma verdade que coordena a sociedade legitimada e uma vez, desestabilizada, por conta do “medo”, como nos mostra o enunciador, culparse a gerência do Estado por não conseguir mantê-la.

O enunciador apresenta, portanto, ao interlocutor, os efeitos de um Estado que não é bem gerido, e por conta disso não pode exercer sua força repressora de modo a garantir a organização social adequada; não se tendo um Estado forte, abre-se a possibilidade para que os indivíduos ideais que o constituem sejam prejudicados por aqueles indivíduos que, não se enquadrando da idealidade, precisariam estar isolados. Assim, vislumbramos na apresentação desses reflexos, a consideração de como o enunciador vê um Estado organizado.

- O Estado ideal é aquele em que os trabalhadores podem ir e virem de seus trabalhos; no evento focado, o enunciador dá uma grande relevância aos números: 5100 ônibus não circularam para 5 milhões de pessoas.
- O Estado ideal é aquele em que seus indivíduos podem construir seus conhecimentos nas escolas e universidades. Na época analisada, escolas particulares, públicas e universidades tiveram suas rotinas abaladas.
- O Estado ideal é aquele em o comércio pode funcionar ativamente; segundo o enunciador, o evento analisado fez com que 12 *shopping centers* fechassem suas portas, e que o símbolo do comércio popular da cidade de São Paulo, a rua 25 de Março, tivesse suas atividades suspensas no período da tarde.
- O Estado ideal é aquele em que aeroportos funcionem adequadamente e carros possam circular normalmente. Na referida época, o enunciador lembra que vôos foram cancelados, congestionamentos na cidade de São Paulo foram enormes, e que, como em uma situação de guerra, em que se têm “toques de recolher”, a cidade que nunca pára, parou a partir das 22 horas.

f) “Nos Estados Unidos é outra história”



(fig. 08. Revista Veja)

Procurando apresentar ao interlocutor mais argumentos sobre possibilidades de solução imediata dos problemas apresentados no sistema prisional brasileiro, o enunciador tece uma comparação entre aquele e o sistema prisional norte-americano. Note-se que o título “Nos Estados Unidos é outra história”, leva-se em conta, como modelo de organização do sistema prisional, o modelo norte-americano.

Interessante também se observar o pequeno texto que se segue ao título: “As diferenças entre o sistema penitenciário brasileiro e o americano – que com um número cinco vezes maior de presos, não tem uma rebelião há mais de vinte anos”. Perceba-se que, novamente foca-se na questão de organização prisional, considerando, portanto, os indivíduos que compõem o sistema carcerário como números. Em nenhum momento, por exemplo, se questiona o porquê de tantas pessoas estarem encarceradas nos Estados Unidos da América, “cinco vezes a mais” o número de indivíduos encarcerados em relação ao Brasil: seria por que lá a justiça funciona ou não funciona? Levantamos essa questão procurando analisar, de um lado, que, havendo leis, e um Estado forte, organizado, qualquer infração venha a ser punida; mas por outro lado, também, quais seriam as razões para um número que cresce, cada vez mais, de indivíduos que infringem essas regras; seriam eles indivíduos já marcados para serem “os maus” da sociedade, e por conta disso mesmo, serem separados dela, ou seriam indivíduos que são excluídos por serem o reflexo de um Estado que, por uma série de questões de ordem social, econômica, não aplica os mesmos direitos e deveres, de forma “idêntica” a todos os indivíduos de seu grupo social? Além disso, perceba-se, que na

construção do enunciado, vê-se a imagem de vários homens, usando uma mesma roupa, de mesma cor, acorrentados, uns aos outros, em que não se vêem seus rostos, ou seja, o “símbolo” de suas identidades, individualidades

Neste enunciado, verificamos, portanto, que o enunciador estabelece uma relação valorativa: ao sistema penitenciário brasileiro, compara-se o norte-americano, considerando este, enquanto o modelo ideal a se seguir. Segundo o locutor, vê-se que o sistema prisional é adequado ou inadequado tecendo-se uma comparação entre valores numéricos e questão de organização prisional e estatal:

- *Número de presos* – no caso brasileiro, 361.402, de presos; enquanto que, nos Estados Unidos, a quantidade é de 2 milhões. Estabelecendo essa comparação, o enunciador mostra que, neste caso, mesmo o número sendo grande o que conta é a questão da qualidade do sistema prisional e da força do Estado que o gere.
- *Número de presos por 100 000 habitantes* – novamente, estabelece-se uma relação que, num primeiro momento aparenta ser antagônica: o sistema prisional brasileiro é composto por 200 presidiários a cada 100 mil habitantes, enquanto que, nos Estados Unidos, o número é de 650 para cada 100 mil habitantes. Novamente, através de uma construção discursiva antagônica, o enunciador reitera que a questão se foca na organização prisional.
- *Número de rebeliões* – Neste item, o enunciador demonstra a explicação para suas comparações dos dois primeiros itens: muito embora o sistema prisional norte-americano seja composto por um número muito maior que o brasileiro, não há registros de grandes rebeliões desde o ano de 1980; ao contrário, o enunciador mostra, por meio de números que, no Brasil, somente até aquele período (maio de 2006) já teria havido mais de 13 rebeliões.
- *Número de presídios de segurança máxima*: o enunciador considera que se deva haver, para o controle desses indivíduos estabelecimentos de segurança máxima; no Brasil, mostra que, embora o número de rebeliões seja superior ao norte-americano, há apenas um presídio de segurança máxima, enquanto que, naquele país, o número é de 60.
- *O que um preso precisa fazer para ir para um presídio de segurança máxima*: note-se certa ironia, na medida em que cruza dois tipos de discursos: o primeiro, resgatando um modelo de enunciado, típico de orientações para que o interlocutor consiga aquilo que almeja (“o que.... precisa fazer para ir para ...”); cruzado a esse, enunciados referentes ao sistema prisional: “preso” e “presídio

de segurança máxima”. De acordo com enunciador, no Brasil, não há leis específicas para isso, estando ao cargo de juízes tal tarefa; exemplifica como resultado dessa falta de sistematização, desorganização, o caso de “Marcola”, caso que teria levado mais de um ano até que se colocasse esse indivíduo em presídio de segurança máxima. Por outro lado, o enunciador mostra que os Estados Unidos apresentam essa sistematização, organização adequada para o estabelecimento de qual situação o indivíduo vai para um presídio de segurança máxima; note-se que são considerados motivos para o regime de segurança máxima, as infrações relativas ao crime organizado, a participação em motins, morte de policiais; além desses, o enunciador deixa claro que outro ponto positivo para o bom funcionamento desse sistema é que os diretores dos presídios têm autonomia sobre decisões a cerca de transferências de presidiários.

- *Tempo em que um preso pode ficar no regime de segurança máxima* - seguindo o modelo norte-americano, como o ideal, o enunciador considera como inadequado o fato de o sistema prisional brasileiro manter por “somente” 360 dias, um indivíduo em segurança máxima; para ele, o ideal é o norte-americano, onde não há prazos para isso.
- *O que acontece com um detento pego em flagrante com um celular?* - na era da tecnologia, o enunciador mostra que o sistema penitenciário brasileiro não se adaptou a essa nova realidade, uma vez que não há legislação sobre essa situação; ao contrário, apresenta o modelo norte-americano, onde o indivíduo pode ter sua pena aumentada em até dez anos.

g) “Cooperativa do Crime” – O Primeiro Comando da Capital

carcerária e as bombas do PCC. Daria depois em uma cadeia”;

COOPERATIVA DO CRIME

O que é o PCC e como ele age

Quando surgiu: 1993

Quem criou: um grupo de presos do Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio no interior de São Paulo

Quem faz parte dele: criminosos presos e libertos. Especialistas afirmam que a facção conta hoje com 6 000 “associados” – bandidos que pagam à organização mensalidades que variam de 50 a 500 reais

O que faz: “governa” a população carcerária por meio de um conjunto de regras estabelecidas em **ESTATUTO**

Como arrecada dinheiro: por meio do tráfico de drogas, extorsão, mensalidades pagas por “associados” e porcentagens sobre o lucro obtido por ações criminosas que ajudou a financiar

O que faz com o dinheiro: financia ações criminosas dentro e fora das prisões e oferece assistência jurídica e financeira a presos e seus familiares

ESTATUTO

O estatuto do PCC, que também se autodenomina **Partido do Crime**, é composto de dezesseis mandamentos. Alguns deles:

- ✦ Seus membros devem lealdade ao partido “acima de tudo”
- ✦ Criminosos em liberdade e boa situação financeira que se “esquecerem” de contribuir com a facção “serão condenados à morte sem perdão”
- ✦ A prioridade da organização continua sendo aquela que motivou a sua fundação: a desativação do Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, a que o documento se refere como “campo de concentração”
- ✦ A facção se compromete, em “coligação com o Comando Vermelho (do Rio de Janeiro), a revolucionar o país dentro das prisões” e tornar-se “o terror dos poderosos, opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros”



(fig. 09. Revista Veja)

O enunciado, apresentado sob o título de “Cooperativa do Crime”, mostra ao interlocutor, informações sobre o grupo social que pôde se organizar dentro dos presídios paulistas, uma vez que haveria a falta de organização do sistema prisional, como também a falta de um Estado forte, como apresentado nos enunciados anteriores.

Lista-se, portanto, de um lado, informações a cerca do grupo “Primeiro Comando da Capital”; note-se que o enunciador mostra que detém o conhecimento sobre o grupo, uma vez que enuncia: “o que é o PCC e como ele age”. Na identificação dos indivíduos que integram esse grupo, o enunciador deixa claro o seu posicionamento contrário a essas pessoas, uma vez que os designa como “presos”, “criminosos presos e libertos”, “bandidos”, ou seja, usa uma terminologia que coloca tais indivíduos como seres contrários aos indivíduos ideais da sociedade. Por outro lado, o enunciador apresenta alguns tópicos que considera importantes sobre a organização do grupo, por meio daquilo que é chamado “Estatuto do Primeiro Comando da Capital”

Nesse enunciado, à esquerda, foca-se sobre a data de surgimento do grupo, bem como, sobre os indivíduos que o teriam criado, suas ações, as formas de arrecadação de dinheiro, e o modo como gastam esse dinheiro; tais tópicos são colocados em tinta vermelha sobre um fundo negro. O enunciador considera, portanto, que o grupo teria nascido no ano de 1993, a partir de um grupo de indivíduos encarcerados na “Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté”, que fica no interior do

estado de São Paulo; considera também que o grupo teria um número equivalente a 6 mil integrantes, sendo que estes participariam mensalmente, com pagamentos que variariam entre 50 e 500 reais; para o enunciador, esse grupo social controlaria os indivíduos encarcerados, por meio de regras que estariam no chamado “Estatuto”; com o dinheiro arrecadado, o enunciador considera que o grupo passa a ter o poder de financiar ações consideradas criminosas, bem como auxiliar, em termos jurídicos e financeiros os indivíduos que o compõem, bem como suas famílias.

À direita do enunciado, levanta-se a questão de tal grupo social se organizar a partir de um estatuto e mesmo considerar-se como um “partido”. Na apresentação dos tópicos do referido “estatuto”, coloca-se como o primeiro, a consideração de que, “acima de tudo”, os integrantes devem lealdade ao grupo; seguido a isso, o enunciador apresenta o tópico referente à contribuição que cada integrante deve ao grupo, sujeitando-se, caso não corresponda ao pedido, à condenação “à morte sem perdão”. Adiante, o enunciador apresenta que, como grandes objetivos do grupo, estaria o fato de querer a “desativação do Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté”, uma vez que esse espaço é considerado, pelo grupo, como um “campo de concentração” (em referência aos espaços desumanos, em que se mantinham pessoas contrárias aos ideais nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, na Europa). Por fim, o enunciador mostra que o Primeiro Comando da Capital estaria ligado ao Comando Vermelho (grupo social dos presídios cariocas), mostrando assim, o poder de organização que tais indivíduos estariam conseguindo, ou seja, mostra-se a complexidade conquistada por esse grupo social e conseqüentemente, deixa a inferir-se quais seriam os problemas que isso poderia gerar à sociedade legitimada.

A CONSTRUÇÃO DAS IDEALIZAÇÕES DE SOCIEDADE

Baseando-se nesses pressupostos, lançamos nosso olhar sobre o ser humano enquanto ser social e questionamo-nos sobre quais forças se fazem presentes para a monologização dos sentidos dentro dos grupos sociais; compreendemos, é claro, que o “acordo” de sentidos entre os interlocutores se faz necessário, uma vez que, sem ele seria impossível (dentro o que conhecemos até então) haver processos de compreensão.

Entretanto, o que nos interessa mais especificamente, é procurar caminhos que nos ajudem a compreender um ponto fundamental, sobre o qual vemos nosso objeto de estudo: a construção de verdades dentro dos grupos humanos, a construção dessas idéias que se tornam oficiais e que acabam por legitimar e justificar todo um existir humano que se dá em um movimento contínuo, que vai desde a individualidade à coletividade e vice-versa.

Nosso foco de trabalho se dá a partir de nosso diálogo travado a partir do enunciado *justiça*. Se trabalhamos com a idéia de *palavra*, há a possível compreensão de que trabalhamos com uma concepção que a entenda dentro de moldes estruturalistas, de sistemas fechados, nos quais os sentidos passam a ser estabilizados, únicos e mortos.

Trabalhamos, ao contrário, a partir das concepções abertas por Bakhtin sobre a questão do *enunciado*. De acordo com o estudioso, ao contrário de se trabalhar com uma unidade de sistema linguístico, como a oração, em que as fronteiras são de caráter gramatical, com leis gramaticais, trabalha-se com o enunciado, cuja fronteira é a

posição responsiva do outro. Em sua epistemologia dialógica, Bakhtin entende o enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* (BAKHTIN, 2006, p. 269).

Nesse campo aberto, o *outro*, os *interlocutores* assumem uma *posição responsiva*, ou seja, conforme já falamos anteriormente, trata-se de construir uma *compreensão ativa*:

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente) completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do ouvinte. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...] toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2006, p.271).

Trata-se, portanto, de se trabalhar com uma “unidade” que tenha como seus limites a “alternância dos sujeitos do discurso”, ou seja, trabalha-se com uma *unidade real e não convencional*. O enunciado é assim um “elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2006, p.272), entre os quais se estabelecem relações de referência, de discordância, de polêmica.

Interessa-nos, portanto, tecer uma compreensão, verificar, nesse caminho, como o enunciado justiça é construído, quais verdades cortam os interesses dos grupos sociais distintos, quais verdades são colocadas em xeque em se contrapondo os interesses dos grupos em jogo.

Procuramos, portanto, caminhos que nos ajudem a compreender esses movimentos humanos que procuram unificar, monologizar os sentidos, pretendendo-se uma uniformização de compreensões de acordo com o campo de utilização em que esses mesmos sentidos se fazem presentes. Essa construção de verdades sobre as quais os indivíduos constroem suas próprias existências enquanto grupo social, ao mesmo tempo, também procura uniformizar, monologizar a própria existência do indivíduo.

Aventuramo-nos em um campo sobre o qual pretendemos puxar alguns fios que nos ajudem a compreender esses movimentos que procuram unificar nossas existências únicas; partimos, portanto, de alguns fios que nos remetam às questões sobre organização social e a construção de suas verdades. Interessa-nos, assim, procurar demonstrar que mais que palavras, trabalhamos com enunciados vivos, que são

construídos, destruídos e reconstruídos por meio das interações sociais no tempo e no espaço.

Procuremos, portanto, entender os possíveis caminhos por meio dos quais o enunciado justiça tomou corpo e se consolidou como uma das grandes verdades construídas em nossa sociedade ocidental oficial.

5.1. Os grupos sociais – a construção de idealidades

Entendemos que, ao longo do tempo, vimos nos acostumando à reunião de indivíduos que, ora procurando se diferenciar ou se igualar a outros grupos, procuram, o que poderíamos dizer, a manutenção de uma unidade grupal interna; algo que, sendo coletivo, de alguma forma, criaria um ponto de apoio sobre o qual pudessem se agarrar e construir vidas também enquanto indivíduos. Essa questão da estabilidade social mostra-se, entre outros, na objetivação constante que se pretende dar aos sentidos pertencentes a esses grupos; um exemplo disso se vê na construção e manutenção de memórias, ou nas “utopias” projetadas para o futuro dos grupos. Memórias tanto do passado, quanto memórias do futuro.

Os grupos sociais mantêm suas ligações humanas internas por meio de um conjunto de construções simbólicas (mantidas por conta mesmo das relações de poder, de hierarquia³⁹ entre os indivíduos que participam do grupo social), desenvolvidas em seus campos de criatividade ideológica específicos (BAKHTIN, 1995, p.33).

Duas perspectivas relacionadas a essa construção de memória nos parecem importantes para pensarmos a construção dos sentidos do objeto de estudo de nossa dissertação. Assim, parece-nos interessante lançarmo-nos sobre os campos de criação sígnica, cujos fundamentos sejam a construção da idealidade de surgimento dos grupos sociais. A primeira baseada em questões metafísicas, que gerariam uma memória do grupo que transcende a própria realidade material, conferindo-lhe assim, uma legitimidade de existência “divina”. A segunda, construída tendo por base, primordialmente, o próprio mundo material, em que se desenvolvem registros documentais que agem diretamente sobre a distribuição e organização dos seres dentro

39 Para Bakhtin (1995, p.43), é de extrema importância, levar-se em consideração, na análise das produções de linguagem, a questão da *hierarquia*, uma vez que, para ele a “organização hierarquizada das relações sociais” se faz pesar sobre as formas de enunciação, ou seja, “o componente hierárquico” age diretamente nos processos de interação verbal.

da organização social; ou seja, nesse caso, referimo-nos à construção do campo sógnico das *leis* que, conferindo uma maior objetividade sobre as ações esperadas para o indivíduo e para o grupo como um todo, gera uma uniformidade de existência.

5.1.1. Organizações sociais: criação das sociedades ideais – origens míticas

Segundo Le Goff, “para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça” (LE GOFF, 2006, p.283), os grupos sociais tendem a criar projeções de sua identidade, enquanto “sociedades ideais”, através da criação daquilo que o autor chama de *idades míticas*. Dessa forma, entendemos que, através principalmente do campo de criatividade ideológica de característica metafísica, criam-se concepções que determinam a origem do grupo social focado a partir de uma *Idade do Ouro*, conforme nos fala Le Goff. Ou seja, nesse campo, passa-se a registrar sentidos que legitimem a existência do grupo, desde sua origem, a partir de concepções ideais de perfeição e felicidade.

Por conseguinte, criam-se também as concepções relativas ao final da existência desses grupos, reiterando, na maioria das vezes, as características já registradas nas construções de suas origens: finais carregados da perfeição e felicidade concebidas pelo grupo. Tais construções de sentidos são feitas, de acordo com o estudioso, primeiramente, a partir da construção dos mitos; posteriormente, registrando-se na palavra escrita, dentro do campo religioso e, posteriormente, no campo filosófico.

Alguns desses mitos primordiais sobre a *Idade do Ouro* são analisados pelo estudioso, como o caso dos povos do grupo Aranda, na Austrália, dos índios guaranis, assim como de alguns grupos sociais africanos. Nesses casos abordados por Le Goff, trata-se de registros predominantemente orais, em que se vê a construção de uma memória e de uma projeção de futuro do grupo, idealizadas; nesses casos, essas idealizações correspondem a um tempo e espaço em que, a felicidade é concretizada através das imagens de fartura, simbolizada por alimentos e água abundantes; além disso, cria-se um estado em que não haja a dualidade entre o bem e mal.

Existe, além disso, para a construção desses mitos primordiais “sempre uma localização simultânea no tempo e no espaço” (LE GOFF, 2006, p.286), como por

exemplo, a construção simbólica dos *paraísos*. Essas localizações se apresentam, ainda, de forma distinta, de acordo com o grupo social: vê-se a possibilidade de existência, para esses povos, tanto de paraísos terrestres, quanto de paraísos extraterrestres, sendo estes, geralmente, situados no “céu”. No mundo oriental, segundo o autor, há, em geral, uma recorrência de construção do mito de criação dos grupos sociais, relacionada “a uma concepção do tempo cíclica”, sendo que o paraíso idealizado, geralmente tendo por símbolo, não o “céu”, mas “um jardim, muitas vezes uma ilha e raramente uma montanha” (LE GOFF, 2006, p.291).

Na Antiguidade greco-romana, Le Goff observa que, “a especulação sobre as origens, a crença numa *Idade do Ouro* primitiva e as esperanças de retorno a esse paraíso original eram muito fortes” (LE GOFF, 2006, p.291). Tais mitos reverberam ainda hoje em nossa sociedade ocidental, através dos registros literários de escritores gregos e latinos; são mitos que se mantêm em constante diálogo na formação de nossas identidades coletivas não só nos discursos religiosos, como também jurídicos, políticos, por exemplo, e que, acabam por nos construir também individualmente. São enunciados que denotam a maior complexidade da organização social em que foram desenvolvidos, uma vez que se percebe uma maior elaboração nos ideais dos mitos de origem e de final de tempos: ultrapassa-se a questão da sobrevivência biológica (espaço adequado, alimentação e água fartas...) e passa-se à criação de ideais coletivos em uma abordagem mais *ética*, compreendendo então, o homem como um ser diferenciado dos demais animais.

Le Goff observa em Hesíodo a construção de idades míticas que ultrapassam a questão de sobrevivência biológica, uma vez que se vê a introdução dessas questões *éticas*. Hesíodo desenvolve, para isso, duas noções de idade mítica: uma relacionada aos metais, “por ordem decrescente de excelência” e outra, relacionada à Idade dos Heróis. Assim, temos que os valores exaltados por Hesíodo:

estão mais marcados do que o habitual pela ideologia e pela ética da Grécia arcaica: a fertilidade agrícola, a recusa do descomedido (*hýbris*), a piedade em relação aos pais, aos hóspedes, aos amigos e deuses, a consciência individual (*aidós*), a justiça (*dikê*) e o bem (*agathón*) (LE GOFF, 2006, p.293).

Le Goff explica, portanto, que a *Idade do Ouro* tenderá a perder sua característica mítica, baseada em elementos materializados, passando os registros literários greco-latinos a terem uma concepção mais subjetiva, de construção de valores,

para esse período. Assim, o estudioso exemplifica Ovídio, para quem, a *Idade do Ouro* teria:

- 1) um regime anárquico sem poder, sem leis, sem propriedade privada;
- 2) o reino da paz;
- 3) a ausência de comércio e de viagens;
- 4) o arcaísmo tecnológico;
- 5) o vegetarianismo;
- 6) uma moral de inocência primitiva, numa espécie de País da Abundância (variante do Paraíso e do país da Idade do Ouro) (LE GOFF, 2006, p.295).

Seguindo os estudos de Le Goff, no que nos interessa sobre a construção de unidades identitárias de grupos sociais, o autor nos explica sobre uma nova abordagem sobre a origem mítica, encarada pelo mundo greco-latino: a teoria dos ciclos. Segundo essa teoria, a *Idade do Ouro* seria cíclica, culminando em fases de “criação (*gênesis*) e de desintegração (*ekpûrosis*)” (LE GOFF, 2006, p.296). Para Empédocles, por exemplo, haveria nesses ciclos, uma característica ética diferenciada: a “Idade do Amor”, quando “todos eram amáveis e obedientes aos homens, animais e pássaros e todos revelavam um doce afeto recíproco” (LE GOFF, 2006, p.297).

Mas, o mais interessante é a visão cíclica defendida por Virgílio, cujas réplicas são ainda retomadas nos dias atuais, na afirmação de nossa existência enquanto seres diferenciados. Virgílio traça paralelos entre a *Idade do Ouro* e o mito do reino de Saturno na Itália. Segundo Virgílio, foi na Itália, “onde [Saturno] civilizou uma raça indócil e dispersa pelas altas montanhas e lhe deu leis [...]”; volta-se, portanto, a uma *Idade do Ouro* que não fosse primitiva; pelo contrário, retorna-se a uma idade mítica em que se tenha uma concepção de civilização, ou seja, de um agrupamento social organizado, não mais somente por questões de sobrevivência material, mas por questões subjetivas, típicas do mundo das idéias, em que se vêem a luta por idealizações coletivas como o “progresso”, aliado ao “efeito benéfico da lei sagrada do trabalho” (LE GOFF, 2006, p.298).

Em Platão, Le Goff também identifica a teoria dos ciclos, afastando-se o filósofo, entretanto, dos mitos tradicionais. Platão concebe dois tipos de ciclos, sendo o primeiro relativo à orientação dos deuses, que corresponderia à idealidade do Bem, e o segundo, que corresponderia à não intervenção dos deuses, havendo, por conta disso, a predominância da matéria, identificada, por sua vez, como o princípio do Mal. Porém,

chama a atenção a maior complexidade que adquire a concepção de organização social para Platão; Le Goff (2006, p.300) referindo-se ao mito de Atlântida, tratado por Platão, vê que a abordagem deste, mesmo apoiando-se no mundo dos deuses, tange uma concepção de *hipercivilização*. Para Le Goff, o pensamento de Platão “[...] oscila entre o antiprimitivismo[...]” ao mesmo tempo em que valoriza os “[...] processos de aquisição de civilização[...]” (LE GOFF, 2006, p.301).

Há que se considerar também que a construção de unidade grupal humana, sobre a qual nos assentamos ainda hoje, em muito se deveu, no campo de criação ideológico-religioso, às três grandes religiões monoteístas que, por sua vez, baseiam-se também em uniformizações ideológicas sobre as idades míticas.

Para a tradição judaico-cristã, poderíamos dizer que a Idade do Ouro corresponderia aos traços primitivos vistos na antiguidade, típicos como a existência do paraíso, ao mesmo tempo em que tem uma concepção de final de tempos, vendo-o como um período de catástrofes, calamidades, quando o Anticristo reinará. Não há, portanto, nesses campos, a crença de “retorno” à Idade de Ouro, uma vez que trabalham com um tempo linear. A “[...] escatologia⁴⁰ cristã divide-se entre a espera – para os eleitos – de um paraíso celeste e, na terra, antes do fim do mundo, a espera de uma idade feliz ou Milênio, espera essa que assume várias formas heréticas ou para-heréticas” (LE GOFF, 2006, p.302; 303). Passa-se por um processo de criação ideológica em que não se tem o trabalho do homem, e sim, o trabalho de Deus, até mesmo, deixando para este, a determinação do fim do mundo. Segundo Le Goff (2006, p.306), dentro do cristianismo, cria-se uma “cronologia ortodoxa da história”, cujo maior destaque é o de santo Agostinho. Agostinho legitimou sua cronologia, através de sua teoria das “seis idades”; para ele, o tempo seria dividido, linearmente, sucessivamente em idades que corresponderiam: à idade de Adão a Noé; à de Noé a Abraão; à de Abraão a Davi; à de Davi ao cativeiro babilônico; à desse cativeiro ao nascimento de Cristo e por fim, do nascimento deste ao fim do mundo. Ainda sobre o *fim do mundo*, Agostinho trabalha com três etapas: “a vinda do Anticristo, o regresso de Cristo, o Juízo Final” (LE GOFF, 2006, p.307).

Entretanto é por meio dos preceitos sobre o tempo, defendidos por Joaquim da Fiore⁴¹ (abade de Cister, do século XIII), que se verá o início de uma

40 Segundo LE GOFF (2006, p.323), a *escatologia* se refere ao “corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo”.

41 De acordo com essa visão: “Por um lado, há dois testamentos, o Antigo e o Novo, duas igrejas, a

politização dessa temática. Segundo Le Goff, o “joaquimismo é o melhor exemplo do modo como a historicização dos temas das idades míticas se torna, na Idade Média, uma arma ideológica e política” (2006, p.309). Isso porque as concepções clássicas de Idade do Ouro e Idade do Ferro foram colocadas, segundo os interesses, entre outros, do papado, uma dessas grandes forças da Idade Média. Segundo o estudioso, logo após Agostinho, algumas concepções ideológicas baseadas nessas Idades se consolidaram, acabando por intervir como força organizadora das sociedades oficiais da época; assim construíram concepções de:

'rei justo' e de 'rei injusto', ou 'tirano', com as de 'rei de Cristo' e 'rei do Diabo', ou 'Anticristo'. Para a Igreja medieval, a Idade do Ouro aparecia quando havia acordo entre a Igreja e o imperador, quer dizer, quando o imperador aceitava ser o fiel servidor da Igreja. Para os príncipes laicos, a Idade do Ouro era a instauração da paz do príncipe, garantia de concórdia e felicidade. Assim, subjacente às instituições de paz, quer concebidas como 'paz de Deus', quer como 'paz do príncipe', a teoria das idades míticas alimentava as grandes querelas da Idade Média (LE GOFF, 2006, p.310).

As perspectivas de caracterização das organizações sociais vão se transformando e outro aspecto a se considerar como fator de unificação dos indivíduos se dá através da intervenção das concepções das relações de produção, os ideais do trabalho, do mercado, e a presença das ciências como caracterizadoras da *Idade do Ouro*. Até o período do Renascimento, a *Idade do Ouro* é vista como o “então”, quando o homem não precisaria mais se sujeitar às intempéries da natureza, às dominações dos senhores e teria a favor de si toda uma abundância de alimentos, sobre a qual todos teriam acesso igualmente, além de poder desfrutar plenamente da eterna paz, da imortalidade e da juventude. A inclusão do trabalho, da propriedade privada, do comércio, e das ciências como elementos também presentes, em se falando em tempos de realização de felicidade humana plena, é vista, por exemplo, em trabalhos como o de Tommaso Campanella; segundo ele, em seu livro *Monarchia Messiae* (1605), a *Idade do Ouro* seria concretizada, quando a sabedoria humana conseguisse difundir a paz, e a ciência se desenvolveria, dando maior segurança às navegações, intensificando “as

Sinagoga e a Igreja de Cristo. Por outro lado, há e haverá três estados: o dos leigos, ou casados, o dos clérigos e o dos monges. Esta organização da sociedade, que é também um motor da história [...], corresponde às três pessoas da Trindade. Estes três estados reencontram-se finalmente nas três idades da história, segundo o esquema *ante legem, sub lege, sub gratia*, adotado por Da Fiore. A terceira idade, que porá fim aos dois testamentos e às duas igrejas, sublimando-as e não as suprimindo, verá o advento da *spiritualis intelligentia*, saída dos dois testamentos [...] e a *Ecclesia spiritualis*, que assinalará o período de máximo desenvolvimento da Igreja de Cristo. O terceiro estado ou idade será o tempo dos monges e do Espírito Santo” (LE GOFF, 2006, p.309).

viagens, o comércio, a informação”. Também em Antonio Guevara, em seu livro, *Libro llamado Relox de príncipes* (1529), o trabalho é considerado como algo necessário (LE GOFF, 2006, p.315; 316).

Já analisando as teorias dos séculos XVIII e XIX, cuja caracterização se dá como o período das “Luzes”, ou seja, um período de pleno desenvolvimento e legitimação do pensamento lógico, Le Goff faz um questionamento: existiriam ainda os ideais cronológicos por detrás de tanta racionalidade? Para ele, por exemplo, tanto teorias de Rousseau, quanto as de Comte, ou do Romantismo (principalmente alemão), ou até mesmo as ideias *hippies* estariam carregados de reconstruções da Idade de Ouro. Para Le Goff (2006, p.317; 318), “O que está em causa, em primeiro lugar, nas idades míticas, é a idéia de progresso [...] Simultaneamente à idéia de progresso está também em jogo a de civilização”.

5.1.2. Organizações sociais: criação das sociedades ideais – a construção da oficialidade

A cultura desenvolvida pelo grupo social da Grécia Antiga é uma das grandes bases sobre as quais se alicerçam as verdades de cunho político que orientam nosso mundo oficial ocidental até os dias de hoje; além dele, há que se considerar também a grande influência exercida pelos textos religiosos judaicos, cristãos e islâmicos.

Da influência clássica, ressoam em nossa organização social atual, um dos mais expressivos elementos, a concepção de *cidade*, ou como era então chamada, a *Pólis*. De acordo com os historiadores, essa “forma política original” teve seus primórdios ao longo do século VI a. C.. Antes dela, os indivíduos se organizavam a partir das “grandes famílias – 'os bem nascidos' – que exerciam sua autoridade política, religiosa, jurídica e econômica sobre um pequeno povo de agricultores, artesãos e pescadores”; havia também organizações sociais, cuja centralidade se dava na figura de déspotas que se impunham a partir de “castas militares, sacerdotais e técnico-administrativas” (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.13).

A consolidação da *Pólis*, teria se dado por conta da enormidade de conflitos que se registrava entre “as grandes famílias entre si, e, por outro, essas às populações dos campos e das cidades (cidades que iam se tornando cada vez mais numerosas e ativas)” (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.13).

Tendo em vista que tais conflitos começaram a tomar grandes proporções, chegou-se ao consenso de que seria ideal ter alguém que pudesse intervir, por conta de sua sabedoria e de sua imparcialidade, nas formas de como se deveriam estabelecer as regras sociais. Dracón e Sólon foram, na Atenas (por volta de 600 a.C.), a personificação dos *legisladores* a quem coube estabelecer as bases para a organização social daquele grupo. Coube a eles:

definir os enunciados fundamentais conhecidos de todos, determinando com precisão a participação de cada um na defesa e na gestão das questões comuns da Cidade, as instâncias de onde devem provir as decisões que envolvem a coletividade, a arbitragem dos conflitos e a punição dos crimes e dos delitos. Assim, regras costumeiras, no mais das vezes deixadas à interpretação de tribunais que julgam em segredo, são substituídas por textos claros e públicos: *as leis* (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.14).

5.1.2.1. Leis: a idealidade organizadora

As *leis* despontam, nesse contexto, sendo consideradas como os princípios norteadores das organizações política e social. Segundo sua concepção básica, tratar-se-ia de um texto construído por homens que levem em consideração as reflexões aceitas por aqueles que serão passíveis à sua aplicação; tratar-se-ia de um texto cujas modificações seriam minuciosamente controladas (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.14).

Verificamos aí, o que poderíamos chamar de um início das construções de projeções de ideal de superioridade sobre o ser humano, ou mais precisamente sobre alguns indivíduos em especial. A *Pólis* passa a ser considerada o lugar natural da sociedade dos homens superiores; isso se dá, porque se considera que a posse do homem sobre o “logos”, ou seja, dessa capacidade, distinta dos demais animais, que é a de refletir com sensatez sobre os seus atos, o faz superior. Tal tese também foi defendida por Platão que defendia a existência de uma ordem que se dava além do plano material; tratava-se de uma ordem superior, que se ligava ao que haveria de divino no homem. Segundo ele, essa ordem superior seria conseguida através da educação sistemática do *logos* que levaria o homem a um “olhar da alma”.

Essa relação entre ordem divina, capacidade de utilização e compreensão do *logos*, de acordo com preceitos da época, se refletiu na organização da cidade *perfeita*; nela, os indivíduos seriam organizados a partir de seu maior ou menor domínio

sobre o “logos”. O esquema da cidade *perfeita* corresponderia a uma ordem em que a alma individual fosse bem regrada e que houvesse uma distribuição “cósmica” dos seres humanos. Esse esquema se organizaria da seguinte forma:

uma classe de cidadãos deve prover as necessidades materiais da coletividade; sua virtude é trabalhar e obedecer; pertencem a essa classe que o cosmos fez nascer com uma alma na qual predominam os apetites. Uma outra tem como missão rechaçar os inimigos e garantir a segurança interna; sua virtude é a impetuosidade e a disciplina; é composta pelos indivíduos cuja alma é orgulhosa e corajosa. Finalmente, uma outra garante a autoridade soberana e gere a coletividade; é constituída pelas naturezas filosóficas, pelos “filhos das Idéias”, que provaram – pelo exercício e pelo estudo sua capacidade para saber e, portanto, para comandar. Uma tal organização supõe que os homens e as mulheres sejam igualmente cidadãos e que os bens e os filhos sejam comuns (ou seja, supõe o aniquilamento da família); que o filósofo-rei proceda, graças a seu saber, às melhores combinações eugênicas e à seleção que permita a classificação de cada cidadão na classe adequada à sua natureza (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.20).

Em contraposição, para Aristóteles, separar os indivíduos em classes distintas, entre as quais existisse um grupo sem poder limitado, seria uma grande contradição com os ideais da *Pólis*. Segundo ele, o senhor absoluto das organizações sociais deveriam ser as *leis*, por meio das quais todos teriam direito à liberdade e a justiça seria feita, havendo a punição aos criminosos na proporção de seus crimes:

devolvendo a cada um o que lhe foi ilegalmente subtraído, distribuindo a cada cidadão 'o igual pelo igual' (por exemplo, a isonomia) e o 'desigual pelo desigual' (por exemplo, a recompensa em função dos méritos)(CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.21).

No caso de Roma, por exemplo, Cícero compreendia que a cidade deveria se moldar apenas seguindo as *leis naturais*. Por inspiração estoíca, Cícero concebe a existência de uma *lei natural* imutável e eterna, à qual todos os homens, toda Constituição e legislação deve se submeter. Tal *lei natural* teria por base a própria ordem que se vê marcada no cosmos, baseada na *razão*. “A natureza [...] é, assim, a norma da organização justa e da ação virtuosa: bastaria aprender a conhecer suas incitações e obedecê-las com toda lucidez para agir como convém” (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.24).

As concepções de organização social, baseadas nas leis, entendendo-as como fruto natural da própria razão que molda o cosmos, sofreram intervenções significativas com o advento da cristandade e sua consolidação no mundo ocidental.

Agostinho (século V) escreve então, *Cidade de Deus*, no qual apresenta uma história da humanidade (desde a Criação mítica judaica) até o século V. Seu objetivo era o de mostrar que o homem possuía um desafio a mais a considerar sobre sua existência. Havia o mundo real, o mundo dos homens; entretanto, cabia agora a eles entender e se submeter ao maior desafio de todos: o mundo de Deus. Para ingressar nesse mundo ideal, caberia ao homem orientar-se segundo os preceitos do Cristo e militar a fé. Com isso, houve a possibilidade de surgimento da “instituição eclesiástica” que delineia um conjunto de leis para definir sua própria regulação.

O Direito Canônico – sistema de enunciados normativos que regula a conduta do pessoal da Igreja e fixa suas relações hierárquicas e seus tribunais - institui no centro da comunidade dos fiéis uma ordem que deve traduzir neste mundo a Lei divina e, por isso, legífera (diretamente ou por diferença) para a totalidade dessa comunidade (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.30).

Com os esboços das primeiras formações dos poderes “nacionais”, por volta do século XI, surge a necessidade de se legitimar as novas formas de organização social que aí despontam. Em meio ao poder exercido pela Igreja Romana, surge o poder dos reis, soberanos sobre suas terras, que, para determinarem sua autoridade, se baseiam nos direitos costumeiros, de influência germânica, como também no direito romano. Adaptando-se aos novos tempos, Tomás de Aquino (1225-1274) revisa os conceitos levantados por Agostinho e conclui que, a Cidade dos Homens é uma questão natural, dentro da ordem da Criação divina. Defende que se trata de uma vontade divina o fato dos homens viverem em sociedade, e por conta disso mesmo, nada mais natural que, além de, é claro, se respeitarem as leis divinas, leve-se em consideração os direitos próprios da natureza humana como também as vontades da coletividade.

Tal difusão de pensamento levou aos primeiros passos da separação entre o *Poder espiritual e o Poder temporal*. Dessa forma, aquilo a que se chamava o “bom poder” na Cidade dos homens, corresponderia a uma ação baseada puramente na *Razão*, levando em consideração, como dito anteriormente, os direitos intrínsecos do indivíduo e a vontade do corpo social. Seriam, dessa forma, organizadas leis de acordo com a vida do povo, além de haver um esforço para que se consolidasse uma Constituição, na qual se combinassem as potencialidades da monarquia, da aristocracia e da democracia. Por outro lado, caberiam à Igreja os projetos para a Salvação eterna.

Aos poucos, por mais que o poder espiritual ainda exercesse influência sobre o poder temporal, foram se desenvolvendo, nos reinos, práticas jurídico-administrativas, que progressivamente, vão centralizando o poder sobre a figura dos *reis*:

Em todo o Ocidente cristão, opera-se uma transformação da natureza do poder: os laços pessoais organizados em torno da idéia de suserania são progressivamente substituídos por uma hierarquia jurídico-administrativa centrada num princípio que anuncia a própria noção moderna de soberania. A autoridade real não mais se exerce sobre um patrimônio povoado por populações protegidas ou assistidas, mas sobre um território cujos habitantes possuem cada vez mais direitos e deveres bem definidos; o próprio monarca, que comanda os seus súditos de modo absoluto, não pode infringir as regras que editou ou com as quais concordou (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER-KOUCHNER, 2000, p.34).

Esse caminho aberto possibilitou o irrompimento de novas ou renovadas concepções, baseadas nessas novas práticas de vida coletiva. Com isso, desponta a idéia de *universitas*, ou seja, idéias consensuais de grupos de indivíduos que, por mais díspares que possam parecer, defendem ideais comuns; são grupos de indivíduos que reivindicam e têm o reconhecimento como *personas morais*⁴².

Dessa forma, as *personas morais* considerariam umas às outras como *cidadãs*, na medida em que se veriam como indivíduos possuidores do mesmo direito de avaliação e determinação dos princípios fundamentais de justiça; justiça essa essencial para a sobrevivência da sociedade. Ao mesmo tempo, cria-se um ideal em que tais indivíduos acreditam ter a liberdade e o direito de poder intervir nas decisões relativas às instituições que estruturam a sociedade a que pertencem; isso em nome de “seus próprios objetivos fundamentais e de seus interesses superiores” (RAWLS, 2000, p.55)

5.1.2.2. A justiça como princípio de equidade

As concepções de justiça vão assim ganhando seus contornos mais expressivos, com essa progressiva forma de organização dos grupos sociais, delineada no Ocidente. O princípio norteador de sua concepção, para essa nova configuração política, se baseia na questão da equidade. Levando em conta esse ponto, procuram-se, seguindo os preceitos do *bom senso*, determinar as idéias fundamentais que a

⁴² Segundo Rawls (2000, p.55), as *personas morais* seriam aquelas que, atingindo a idade da razão, teriam desenvolvido a concepção do bem, ao mesmo tempo em que, possuiriam e veriam nos demais um senso de justiça.

consolidariam, entre elas, os preceitos de pessoa, de liberdade, de igualdade, de cooperação social ideal. A idéia de pessoa parte da idealização de *pessoa moral*, ou seja, das características intrínsecas do ser humano.

Tais *pessoas morais* poderiam selecionar, de forma ideal, os princípios essenciais da justiça para uma sociedade *bem ordenada*. A *razão* seria a base para a caracterização dessa *pessoa moral*; através dela, os indivíduos poderiam ter uma noção de si próprios, “defendendo e aplicando os princípios primeiros de justiça a respeito dos quais se puseram de acordo” (RAWLS, 2000, p.54). A sociedade *bem ordenada*, seria, portanto:

é de fato regida por uma concepção pública da justiça, ou seja, é uma sociedade na qual cada um aceita, e sabe que os demais também aceitam, os mesmos princípios da justiça. [...] os princípios públicos de justiça estão eles próprios alicerçados em crenças razoáveis, que foram estabelecidas por métodos de indagação geralmente reconhecidos nessa sociedade (RAWLS, 2000, p.55).

Entende-se, portanto, que os indivíduos participantes do grupo social vejam-se uns aos outros, de forma equitativa, pressupondo que, para isso, tenha existido um acordo entre todos, com o objetivo de tornar aplicável tal princípio.

Depreende-se, assim, que há a construção de uma idealidade de grupo social, na medida em que pressupõe que todos os indivíduos desse mesmo grupo compartilharão das mesmas convicções, ou seja, as opiniões serão estabilizadas em um determinado modelo que corresponda aos interesses de todos os indivíduos. Entre outro, para Rawls (2000), um dos fatores históricos que tenha desenvolvido esse ideal de “tolerância” entre os indivíduos de uma mesma sociedade, vindo a ser amplamente difundido nas atuais democracias, teria sua origem nas revoltas religiosas que se seguiram à Reforma Protestante, associadas às modificações tanto nas modalidades de governo quanto no mercado industrial daquela época.

Por outro lado, Rawls (2000, p.249) considera que a justiça é concebida em vista das instituições econômicas, públicas, sociais:

Ela é concebida em especial para ser aplicada ao que podemos chamar “estrutura básica de uma democracia constitucional moderna”. [...] Por *estrutura* entendo as principais instituições políticas, sociais e econômicas de uma sociedade e a maneira pelas quais elas se põem de acordo num sistema unificado de cooperação social. Uma concepção política da justiça deve concentrar-se acima de tudo no contexto formado pelas instituições básicas, bem como nos princípios, regras gerais e preceitos que a elas se

aplicam; a maneira pela qual essas normas se exprimem por meio do caráter e das atitudes dos membros de uma sociedade que concretizam os seus ideais é igualmente fundamental.

Ainda para Rawls (2000), o desenvolvimento e fixação dessas idealidades de justiça culminariam em uma construção de *fidelidade política*, de uma *cooperação social equitativa*, organizadora do grupo social. Nesse contexto, para Rawls (2000, p.284; 285):

1) além da capacidade de conceber o bem, as pessoas têm a faculdade de adquirir concepções da justiça e da equidade (que especificam os termos equitativos da cooperação) e de agir da maneira requerida por essas concepções; 2) quando acham que as instituições ou as práticas sociais são justas e equitativas (no sentido dessas concepções), elas se mostram dispostas a desempenhar o seu papel no âmbito desse dispositivo, ficando entendido que têm a garantia suficiente de que os outros também farão a mesma coisa; 3) se alguns, de maneira intencional, desempenham com um zelo particular esse papel, eles inspirarão confiança nas pessoas; 4) essa confiança aumentará e será sempre mais forte e mais completa enquanto perdurar o êxito de um dispositivo cooperativo comum; e 5) serão reconhecidas com mais firmeza e boa vontade as instituições básicas elaboradas para garantir os nossos interesses fundamentais (as liberdades e os direitos básicos).

Pressupondo a existência de uma justiça assim concebida, nossas instituições costumam considerar que ela também pressuporia a existência dos direitos civis, políticos e sociais, a serem exercidos por todos os indivíduos do grupo social, de forma equitativa. O verdadeiro *cidadão* seria aquele que pudesse titular os esses três direitos. Segundo Carvalho (2007), os *direitos civis* seriam aqueles que se referem aos princípios fundamentais da vida, da liberdade, da propriedade e da igualdade, perante a lei. Os *direitos políticos*, por outro lado, seriam aqueles referentes à possibilidade do indivíduo participar das decisões referentes ao seu grupo social. Os *direitos sociais* garantiriam aos indivíduos o direito de participarem na riqueza existente em seu grupo social: direito à educação, a um salário justo, ao trabalho, à saúde, à aposentadoria. Para Carvalho (2007, p.10):

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social.

5.1.3. A Justiça como equidade no Estado brasileiro

Vimos até aqui que, ao longo dos séculos, nossa grande família humana tem se assentado sobre determinados discursos que legitimam não só as formas de sua estrutura, de sua organização, mas principalmente, discursos que procurem legitimar a sua própria identidade, a sua própria existência.

Dessa forma, procuramos esboçar alguns desses principais discursos fundadores que legitimam nossas organizações sociais. Procuramos tecer uma compreensão que visse a construção dessa “identidade humana comum”, por um lado, assentada em ideais míticos, e por outro, assentada nos ideais de um saber lógico, assentada sobre a palavra escrita, ou seja, as *leis*.

Vimos que os discursos míticos construía uma identidade única para a espécie humana, gloriosa, na medida em que entendiam que essa espécie teria sua origem em épocas associadas ou à fartura de alimentos, ou a uma visão ética do homem (Idade do Ouro); ao mesmo tempo em que compreendiam não haver fim para o grupo social e sim, ou um eterno retorno (Teoria dos Ciclos), ou a predestinação ao Céu ou Inferno.

Vimos também que a posse do *logos* possibilitou a criação de ideais colocando os indivíduos em um plano de igualdade, ou seja, a construção e consolidação das *Leis* estabeleceram-se sobre ideais que entendiam que todos os indivíduos fossem iguais, o que gerou a construção dos ideais de justiça como equidade social.

E nesse grande grupo social que designamos como Brasil? É possível falar que nossa organização social se ordenou e se ordena na pressuposição de equidade entre os seus indivíduos?

Segundo Carvalho (2007), de 1500 a 1822, muito embora os portugueses tivessem conseguido uma unidade territorial chamada Brasil, uma unidade linguística baseada na própria língua portuguesa e unidade religiosa e cultural, haviam conseguido também construir uma população analfabeta, de cultura escravocrata, com uma economia baseada no latifúndio, tudo isso governado por um Estado absolutista. Para Carvalho (2007, p.18): “À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira”. Vivia-se em um espaço de senhores e escravos, onde ambos não poderiam ser considerados cidadãos; mesmo os considerados *homens bons* não poderiam ser considerados como cidadãos. Como nos fala Carvalho (2007, p.21):

Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei? Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, que, como vimos é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento do poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas.

Não havia, portanto, cidadãos. Ainda para Carvalho (2007), não se poderia falar da existência de direitos sociais, uma vez que esses não exercidos pelo poder público e sim, muitas vezes, pela própria Igreja; direitos civis e políticos, por outro lado, ainda que se esboçassem por aparecer só beneficiavam a alguns dentro do grupo social. Enfim, tal contexto não tardou em gerar conflitos sociais como a *Inconfidência Mineira* (1789 - inspirada nos ideais iluministas franceses e na independência dos Estados Unidos da América), a *Revolta dos Alfaiates* (1798 – de natureza mais racial e social que política), a *Revolta de 1817, em Pernambuco* (proclamou-se uma república independente naquele estado que duraria dois meses).

Com o advento da Independência houve um passo a mais na consolidação dos direitos políticos; entretanto, mesmo com a promulgação da Constituição de 1824, o fato de não se mencionar a escravidão, estagnou o Estado com relação aos direitos civis. Houve a construção da Constituição, estabeleceu-se quem poderia ou não votar e concorrer a votos; de acordo com os padrões da época, a Constituição de 1824 era considerada até que muito liberal. Entretanto, a quem essa Constituição se dirigia, quem eram os cidadãos a quem se referia? Segundo Carvalho (2007, p.32):

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido dos três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo.

A Primeira República (1889 – 1930) trouxe como um de seus principais modelos, a forma como se dividia o espaço brasileiro; tratava-se agora, ao modelo norte-americano, de se reconhecer a Federação brasileira. Entretanto, não havia preocupações em se preparar o cidadão brasileiro para exercer seus direitos políticos: acreditava-se que, saindo da dominação portuguesa de três séculos, os brasileiros seriam capazes, de uma hora para outra, exercerem seus direitos políticos, o que de fato não

aconteceu. Não havia, portanto, preparação para a democracia, nem por parte do povo e muito menos por parte do próprio governo. Quanto aos direitos civis, o que falar deles se, mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, aos libertos não se possibilitou o acesso à educação, ou à posse de terras, ou a empregos?

Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiam-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população se emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (CARVALHO, 2007, p.52).

Além disso, há que se considerar o grande poder exercido pelos *coronéis*, detentores da grande propriedade privada. “A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça” (CARVALHO, 2007, p.56; 57): nesse ambiente, os direitos civis eram controlados pelo *coronel*. Para Carvalho (2007, p.57),

A lei, que devia ser a garantia da igualdade de todos [...] tornava-se apenas instrumento de castigo, arma contra os inimigos, algo a ser usado em benefício próprio. Não havia justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos civis. Nessas circunstâncias, não poderia haver cidadãos políticos. Mesmo que lhes fosse permitido votar, eles não teriam as condições necessárias para o exercício independente do direito político

Um dos grandes avanços nos direitos civis brasileiros se deu por conta do movimento operário, surgido com a crescente urbanização, principalmente das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no período dos anos 20, do século passado. Tal avanço nos direitos civis se deu porque se lutava por direitos básicos, assim como se lutava por uma legislação trabalhista.

Com relação aos direitos sociais, infere-se o tamanho de sua dificuldade para se consolidar, tendo em vista os problemas relativos aos direitos políticos e civis. A questão da assistência social, por exemplo, na Primeira República ainda ficava a cargo de particulares e de religiosos. As poucas ações nessa área aconteciam na cidade, enquanto que nos campos a assistência ainda era gerida pelos coronéis.

Para Carvalho (2007), portanto, fica difícil também de se afirmar que, até então, havia-se criado uma identidade nacional brasileira, uma vez que, para o

estudioso, até mesmo não se poderia considerar que houvesse uma população politicamente organizada nesse espaço:

O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2007, p.83).

A partir de 1930, o Brasil assistiu a profundas transformações, principalmente, no campo dos direitos sociais. Houve, por um lado, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio, e por outro, um vasto conjunto de leis trabalhistas e previdenciárias, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Isso gerou a possibilidade de se colocar em pauta as questões sociais, muitas vezes, entretanto, impedida de avançar por questões de ordem financeira ou de gerência. Com relação aos direitos políticos, há que se considerar que se entrou em um período de instabilidade, com a alternância de períodos de ditaduras e democracias. Os direitos civis, mesmo nos períodos de ditadura militar, tiveram seu espaço, mesmo que fosse somente nas Constituições; na vida real, em épocas de ditadura, muitos deles foram suspensos. Para Carvalho (2007), entretanto, cabe ponderar que houve um avanço na construção de uma identidade nacional; segundo ele, o movimento de 1930, as campanhas nacionalistas de 1950, além dos movimentos de defesa pelo monopólio estatal do petróleo contribuíram para aumentar esse sentimento.

O período de ditadura militar é analisado por Carvalho (2007) sob três períodos: de 1964 a 1968; de 1968 a 1974; de 1974 a 1985. De 1964 a 1968, quando o estudioso considera que a sua principal característica seria a de um movimento que variava entre forte atividade repressiva e momentos de calma; ao mesmo tempo, considera que tenha sido um período de luta contra a inflação, conjugada a uma considerável queda do salário mínimo. De 1968 a 1974, Carvalho (2007, p. 158) considera que tenham sido “os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos”; isso, pois se via, por um lado, uma repressão política violenta, por outro, um crescimento econômico com índices jamais vistos, e por outro um salário mínimo que só fazia decrescer. De 1974 a 1985, nota-se um progressivo movimento para a liberalização do sistema, com constantes movimentos em que se poderia ouvir a voz dos grupos de esquerda; ao mesmo tempo, com a crise do petróleo em 1973, o país entra em um período sem crescimento econômico

Com a abertura política em 1985, e a consolidação da Constituição de 1988, o país pôde então ter a esperança de se tornar mais justo. Dessa época até os dias atuais, Carvalho (2007) considera que os houve uma ampliação dos direitos políticos até então nunca vista no país, entretanto:

A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual (CARVALHO, 2007, p.199).

Como, portanto, esconder por trás de idealidades como a Constituição Cidadã de 1988, a situação de milhões de indivíduos pobres, que se vêm desempregados, na sua maioria analfabetos ou semi-analfabetos, vítimas da violência não só particular como também oficial? Em nosso país, como nos diz Carvalho (2007, p.219), “[...] perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade”.

O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

Antes de mais nada é importante que observemos o seguinte: falamos sobre o grupo designado como Primeiro Comando da Capital, entretanto, os registros que encontramos para falar sobre esse grupo não são registros de autoria do próprio grupo. Trata-se de discursos da sociedade oficial que retoma, reorganiza, de acordo com seu ponto de vista, os discursos do referido grupo. Possuímos, por exemplo, uma versão do “Estatuto do Primeiro Comando da Capital”, considerado de autoria do Primeiro Comando da Capital; mas mesmo assim, é importante que salientemos que tal discurso foi veiculado nos meios oficiais, como também pela mídia; os discursos que temos de Marcola, então autodeclarado como líder do grupo em questão, são discursos orientados e apresentados pela instituição policial paulista, em suportes midiáticos também oficiais.

Tendo isso em vista, percebemos que a tentativa de esboçarmos sentidos para esse grupo social torna-se uma tentativa frágil. Frágil, pois, o discurso referente a esse grupo social é filtrado pelos meios oficiais de domínio da palavra. Não podemos perder esse fator de nossas análises.

A esse respeito é interessante que nos recordemos da citação de Lefebvre, refletindo a questão da palavra no registro dos fatos: “ 'Não há notícia histórica sem documentos' [...] 'Pois, se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se’ ” (LE GOFF, 2006, p.

530). É dentro de uma sociedade que se organiza a partir dessa concepção que procuramos abarcar nosso olhar. Como nos diz Le Goff (2006, p. 535, 536), “ O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Bakhtin (2006, p. 294) também, referindo-se a essa temática nos diz que:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. [...] Sempre existem essas ou aquelas idéias determinantes dos 'senhores do pensamento' de uma época verbalmente expressas [...].

O que faremos, portanto aqui, é esboçarmos sentidos para o Primeiro Comando da Capital, tendo em mente que tal esboço é marcado pelo discurso dos meios oficiais. Muito embora saibamos que não exista discurso neutro, queremos registrar que trabalhamos, portanto, com um registro muito menos neutro ainda, uma vez que se trata de um discurso filtrado por outro discurso.

6.1. Documentos

Mikhail Bakhtin nos fala que os gêneros discursivos possuem uma diferença essencial (não no que se refere à funcionalidade dos gêneros) no que se refere ao nível de organização social que um grupo de indivíduos tem para poder gerá-los e estabelecê-los. Dessa forma, Bakhtin (2006, p. 263, 264) nos orienta que os gêneros poderiam ser analisados como “primários” e “secundários”:

Os gêneros discursivos secundários (complexo – romances, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelabora, diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios [...].

Consideramos, pois, que as informações que resgatamos a respeito do grupo social Primeiro Comando da Capital, organizam-se em três diferentes tipos de gêneros discursivos, predominantemente, do tipo secundário, conforme nos fala Mikhail Bakhtin. Trabalhamos com o gênero do “Inquérito Policial”, com o gênero jornalístico; por último, analisaremos o gênero discursivo do Estatuto do Primeiro Comando da Capital, uma vez que, não sendo um discurso oficial, apresenta reflexos desses, mas em uma mistura de diferentes gêneros textuais, conforme veremos adiante.

6.1.1. Inquérito Policial⁴³.

Trata-se de um gênero discursivo, do tipo secundário, que é entendido por sua relativa⁴⁴ estabilidade no meio social em que ocorre, possuindo propósitos de utilização que pretendem ser objetivos, além de uma estrutura linguística regular (BIAZZOTO, 2006, p. 88, 89):

Há a denúncia, ou um auto de flagrante que dá início ao IP; depois são tomados os depoimentos, ouvidas as testemunhas, feitos os laudos e as perícias para, no final, resultar um Relatório de Inquérito Policial (RIP). Este, por sua vez, se aceita as provas nele contidas, dará a base para a denúncia pelo Ministério Público.

6.1.1.1 Inquérito Policial no. 050.02.089596-8 – a construção discursiva a identidade de um grupo.

O que dá suporte para a construção desse texto é a consideração de que determinados indivíduos infringiram a organização oficial do Estado, uma vez que teriam se organizado em grupos para cometerem crimes (segundo o inquérito, tráfico de drogas, sequestros, homicídios).

Analisando apenas esse primeiro parágrafo do inquérito policial, alguns elementos da construção discursiva, em seu teor linguístico, nos chamam a atenção, a

43 Apenas esboçaremos alguns tratados do gênero discursivo do Inquérito Policial, uma vez que nosso objetivo nesse capítulo é o de tentar compreender um pouco mais sobre o grupo social do Primeiro Comando da Capital.

44 Consideramos “relativa”, uma vez que os gêneros discursivos podem sofrer mutações de acordo com os interesses ou mudanças ideológicas que podem ocorrer em seu campo de criação ideológica.

saber, inicialmente, a forma como são nomeados os indivíduos envolvidos nos eventos em questão.

Eduardo Guimarães (2005, p.33) reflete sobre a questão do “nome próprio da pessoa”:

Pensar o nome próprio de pessoa nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único. Por outro lado se coloca a questão de que há uma relação particular: o nome único é nome de pessoa única. Ou seja, estamos na situação em que o nome está em relação com aqueles que falam, que são sujeito no dizer. Isto por si só resignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito. Um outro aspecto importante a considerar é que a relação nome único/objeto único pode levar a um hipótese de unicidade do nome.

A questão, portanto da “designação dos nomes próprios de pessoa” (GUIMARÃES, 2005, p. 33), no inquérito policial, adquire novos matizes, uma vez que não apenas se designa o indivíduo pela colocação de um primeiro nome e sobrenome. No caso em análise, verificamos que o indivíduo pode ser designado por um conjunto de elementos: nome e sobrenome, seguido de seu apelido (colocado entre aspas) e do número das folhas de sua “qualificação” (colocado entre parênteses). Assim, temos alguns exemplos:

6. Marcos Willians Herbas Camacho, vulgo “Marcola” (qual. Fls. 223).
7. Júlio César Guedes de Moraes, vulgo “Julinho Carambola” (qual. Fls. 454).
8. Agnaldo Souza dos Santos, vulgo “Baianão” (quals. Fls. 465).

Acreditamos que uma hipótese para isso, seja que esses indivíduos sejam considerados em diferentes esferas de grupos sociais, havendo aí, uma construção complexa de suas identidades. Assim, haveria uma designação para o grupo da sociedade oficial (nome completo: primeiro e segundos nomes), uma designação para o grupo da sociedade não oficial (dos cárceres, o apelido) e uma designação desse indivíduo que se funde em sociedade oficial e não oficial (as “folhas” nas quais o indivíduo aparece nas fichas criminais).

Tais indivíduos, assim designados, são os sujeitos que o Estado, representado pela entidade policial, designa e legitima ora como “organização criminosa denominada PCC- Primeiro Comando da Capital”, ora como “quadrilha ou bando”.

O inquérito ainda apresenta outro tipo de designações, que segundo consta, seriam aquelas tipicamente usadas na estrutura hierárquica que o grupo em

estudo teria construído. Assim, haveria a designação *Fundadores*⁴⁵, ocupando a posição de detentores do poder dentro da organização; segundo o inquérito, tais indivíduos teriam conseguido maior prestígio dentro da comunidade carcerária, ou por matarem outros presos, ou por fazerem ações que culminaria em maior poder para o grupo.

Nessa estrutura do tipo “piramidal”, conforme a designa o inquérito, estariam em “escala hierárquica inferior”, aqueles chamados de *Batizados*, ou seja, aqueles que seriam reconhecidos pelos *Fundadores*, como indivíduos que agem em prol, e ativamente no grupo em estudo. Além disso, segundo o inquérito, os *Batizados* receberiam uma cópia do *Estatuto do Primeiro Comando da Capital*, e concordando com o que aí se coloca, seriam alçados a tal posição hierárquica.

Em um terceiro nível, estariam os *Pilotos*, indivíduos que, representando os *Fundadores*, exerceriam o comando em pavilhões de presídios ou até mesmo em presídios inteiros. O inquérito ainda lembra que cada um desses pavilhões ou presídios, sob o domínio de um *Piloto*, seria designado como *Raio*; nesse novo espaço social, nova estrutura hierárquica seria construída, em um esquema também piramidal, entretanto, o inquérito policial não apresenta maiores especificações sobre as possíveis designações nesses espaços.

6.1.1.2. Inquérito Policial no. 050.02.089596-8 – a construção discursiva da memória de um grupo.

O inquérito policial apresenta traços do gênero textual narrativa histórica- cronológica, quando pretende apresentar as informações a respeito de como o grupo social focado teria inicialmente se organizado, e se estruturado.

De acordo com o texto, houve uma apuração de informações, por meio da qual se pôde concluir que o grupo social Primeiro Comando da Capital teria tido seu início no ano de 1993. Consta ainda que o grupo tivesse se formado dentro do sistema presidiário do estado de São Paulo, procurando “dominar o sistema carcerário”, por meio de assassinatos de presidiários, de extorsões das famílias dos encarcerados e do tráfico de drogas. Ainda de acordo com a narração apresentada pelo inquérito, essas ações teriam, posteriormente, começado a acontecer até mesmo fora do sistema carcerário, utilizando-se de diferentes tipos de indivíduos, havendo, para isso, uma

45 A título de curiosidade, o inquérito policial caracteriza os *Fundadores* como detentores de “um mister criminoso”.

diversificação do trabalho, assim como, a plena existência de uma estrutura hierárquica de comando.

Assim, no ano de 2001, o inquérito afirma que, durante a maior rebelião até então registrada⁴⁶, o grupo social, teria aproveitado a cobertura da mídia para divulgar a sua existência. Teria, com isso, gravado o símbolo da organização (as iniciais do grupo, juntamente com os números: 15.3.3⁴⁷).

No tempo em que o inquérito é elaborado, registra-se que a liderança desse grupo social estaria sob a pessoa de Marcos Willians Herbas Camacho, bem como, de Júlio Cesar Guedes de Moraes.

Segundo o inquérito, Marcos Willians Herbas Camacho teria a função de orientar e determinar as atividades a serem exercidas pelo grupo. Um dos argumentos para defender essa tese é a de que, em virtude do assassinato da esposa de Marcos Willian (por conta de disputas pelo poder dentro do sistema carcerário), este teria ordenado a todos os indivíduos que se encontravam juntamente com ele encarcerado, deveriam permanecer de luto, ao que todos teriam obedecido. Outro argumento sobre o domínio exercido por Marcos Willians foi o de que seu nome estaria estampado em diversas situações de rebelião prisional. O inquérito ainda afirma: “Segundo o apurado, a fim de administrar, fazer cumprir as determinações da liderança, gerir os interesses da organização criminosa e decidir disputas dentro das unidades prisionais, a liderança escolhia presos que fossem de sua confiança e delegava a cada autonomia decisória”.

O inquérito ainda afirma que Julio César Guedes de Moraes seria outra liderança “inquestionável” desse grupo social. Por estar no mesmo presídio que Marcos Willians, Julio César dividiria com aquele as decisões a respeito das atividades do grupo.

6.1.2. Discurso jornalístico; discurso de romance.

A segunda fonte de informação que recolhemos sobre o grupo social de que tratamos aqui se encontra no livro “CV – PCC: a irmandade do crime”, do jornalista

46 Tal rebelião foi chamada de *Megarreblião*; ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2001, envolvendo 29 presídios do estado de São Paulo.

47 15.3.3 – seria uma alusão à letra P (ocupando a 15ª posição no alfabeto) e duplamente à letra C (3ª posição no alfabeto).

Carlos Amorim. Achamos interessante o trabalho com esse suporte, uma vez que se apresenta, em uma fusão de pelo menos dois gêneros discursivos secundários⁴⁸, já estabilizados: o jornalístico, o romance. Dessa forma, o material sobre o qual nos debruçamos apresenta a linguagem do campo ideológico jornalístico, ao mesmo tempo em que nos oferece pinceladas, entre outros, do campo ideológico do romance.

Bakhtin (2006, p. 283, 284) nos lembra que:

As formas do gênero, nas quais moldamos o nosso discurso, diferem substancialmente, é claro, das formas da língua no sentido da sua estabilidade e da sua coerção (normatividade) para o falante. Em linhas gerais, elas são bem mais flexíveis, plásticas e livres que as formas da língua. Também neste sentido a diversidade dos gêneros do discurso é muito grande. [...] com fins análogos pode-se misturar deliberadamente os gêneros das diferentes esferas.

Nesse livro, podemos observar que o autor resgata enunciados veiculados em diversos suportes midiáticos e oficiais, procurando apresentar um “relatório” dos crescentes números da violência no Brasil. Há que se considerar que se trata de um enunciador que procura colocar-se em um ponto neutro, ao apresentar os dados de sua pesquisa. Dessa forma, o enunciador procura dar respostas aos motivos da violência; elenca, por exemplo, como um dos motivos, a pobreza da população brasileira; por outro lado, considera que o Estado brasileiro não tem estrutura, deixando que “estados paralelos” assumam o poder.

Em seu discurso, uma das estratégias utilizadas pelo enunciador para criar uma idéia de verdade⁴⁹, é a de procurar mostrar ao interlocutor que o seu discurso tanto se inter-relaciona com o mundo do “estado paralelo”, quanto com das instituições oficiais. Cria, portanto uma estratégia do “eu tenho o saber”, que não deixa de ser uma forma de poder:

Mas não é certo imaginar que só o tráfico de drogas se interessou pelo livro. Foi tema de conferências na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Câmara Americana do Comércio, na Escola Superior das Polícias Militares e no Centro de Formação de Oficiais do Estado-Maior das Forças Armadas. Pode ser encontrado nas bibliotecas do Congresso americano e da Casa Branca (AMORIM, p. 18, 19)

48 Esclarecemos que apenas citamos nossa observação sobre o material estudado, no que se refere à fusão de gêneros secundários, uma vez que nosso objetivo, nesse capítulo é o de encontrar um maior número de elementos que nos ajudem a compreender um pouco mais sobre o grupo social focado.

49 Isso porque seu texto não se legitima, na oficialidade da “palavra”, dentro dos meios acadêmicos.

E continua mais à frente:

A publicação obteve repercussão internacional. Houve comentários e reportagens no The New York Times e no Miami Herald, americanos; no The Globe and Mail, canadense; na revista alemã Der Spiegel e na televisão sueca. O melhor é que o livro terminou sendo referência bibliográfica de um estudo das Nações Unidas sobre a violência e a recuperação de sentenciados na América Latina. O Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas Para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) cita o livro como fonte de informação (AMORIM, p. 19).

Sobre o seu conhecimento do “estado paralelo”, o enunciador nos diz: “Através de uma terceira pessoa, que estive com o líder do PCC na prisão, perguntei se era verdade que a organização paulista e o CV carioca estavam juntos. A resposta foi breve: ‘Estamos associados. É tudo que posso dizer agora’”.

Paralela à essa retomada de enunciados, o enunciador se utiliza de características do gênero do romance, criando um discurso que com pinceladas de um “estilo subjetivo, individual”, consegue, segundo nosso ponto de vista, atrair a atenção do interlocutor para o assunto abordado, fugindo assim de um discurso puramente acadêmico:

Nessa tarde de junho, o capitão Nelson Salomon não sabe que uma guerra está para começar. Uma guerra que vai dar ao presídio um recorde mundial: o maior número de mortos no interior de uma penitenciária num mesmo dia e de uma só vez. Um recorde que só foi quebrado em outubro de 1992, com a rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, onde morreram 111 presos, quando a tropa de choque invadiu a penitenciária e promoveu um massacre até agora não explicado. O capitão nada sabe sobre a tempestade de ódios que se aproxima. Mas daqui a pouco vai descobrir o primeiro sinal da batalha que se avizinha (AMORIM, 2003, p. 54).

Note-se que, muito embora as personagens sejam reais, o enunciador cria um ambiente, em que passa a analisá-la de modo subjetivo; da mesma forma o uso de metáforas (guerra, batalha, tempestade de ódios), concorre com esse olhar subjetivo do autor, ajudando-o na criação de um estilo individualista.

6.1.2.1. A construção da memória da violência no Brasil

Após algumas considerações sobre a questão da violência no mundo, o autor defende a tese de o Brasil não estar preparado para enfrentar isso. Razões para tal posicionamento: problemas relacionados à polícia brasileira (questão salarial, falta de

equipamentos, corrupção, entre outros) e o fato de que o Código Penal brasileiro estaria ultrapassado. Adicionados a esses fatores, o autor ainda considera que a pobreza seria um dos grandes fatores para esse aumento da violência no país. Segundo ele:

A população de rua no Brasil só pode ser somada em centenas de milhares. Aquele que tem alguma coisa convive lado a lado com quem não tem nada. Isto é – explicitamente – a razão do aumento da criminalidade. Acredito que estamos vivendo uma situação que contraria os clássicos. Não é uma luta de classes. É uma guerra civil, não declarada, entre os que têm alguma coisa e os que não têm nada. É um confronto de largo espectro social, entre aqueles que esperam alguma ascensão e aqueles outros que não esperam mais nada. O criminoso é um exemplo do extrato social modificado. Virou uma categoria própria. Nas comunidades pobres, onde as leis estabelecidas não são vigentes, o criminoso é aceito como categoria social do bairro (AMORIM, 2003, p. 21)

Por outro lado, o autor considera que o “crime organizado”, ou seja, as ações praticadas pelos grupos sociais designados como *Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital* (grupos esses que teriam se formado nos interiores do sistema carcerário brasileiro), vão muito além dos espaços periféricos das grandes cidades. Para ele, além do tráfico de entorpecentes que esses grupos praticam, há uma imensa rede de lavagem internacional de dinheiro e corrupção nos meios públicos. Segundo ele,

[...] a diretora de fiscalização do Banco Central, Teresa Grossi, apresenta uma versão *light* para o envolvimento do sistema financeiro na lavagem de dinheiro. Para ela, 'os casos detectados até agora (no país) envolvem profissionais da instituição e não o banco'. Entre 1999 e 2001 – contrariando o otimismo de Teresa Grossi – o Banco Central recebeu 4.051 comunicações dos bancos a respeito de indícios de lavagem de dinheiro. Parece um número um tanto absurdo de 'profissionais das instituições' (AMORIM, 2003, p. 25).

6.1.2.2 A construção da memória de um grupo social: o Primeiro Comando da Capital

Para Amorim, o Primeiro Comando da Capital nasceu dentro das cadeias paulistas. Segundo ele, Marco Felício, também chamado de Geléia ou Geleirão, seria o *comandante* do PCC que teria liderado a maior rebelião das penitenciárias no país, no ano de 2001. Em uma de suas reportagens, Amorim afirma ter perguntado a alguém relacionado ao PCC, se este grupo estaria relacionado ao Comando Vermelho; segundo ele, a resposta teria sido rápida: “Estamos associados. É tudo que posso dizer agora” (AMORIM, 2003, p. 30). O PCC teria ainda aprimorado técnicas herdadas do CV,

passando a usar “centrais telefônicas clandestinas, que confundem a escuta e prejudicam o rastreamento das ligações” (AMORIM, 2003, p. 392).

O autor ainda informa que, no ano de 2002, teria havido uma grande disputa pelo poder no interior do Primeiro Comando da Capital; como triunfantes, teriam saído Marcos Willians Camacho, o *Marcola*, e Julinho Carambola. Para Amorim (2003), uma das razões para essa luta interna também estaria relacionada à ligação entre o PCC e o CV; haveria, portanto, dois setores: um mais radical e outro mais “light”, como nos fala o autor. O setor mais radical estaria vinculado a José Felício, o Geléião e a César Augusto Roriz da Silva, o Cesinha; por meio de ações contra os poderes públicos, utilizando-se de bombas e tiroteios, esse setor teria por objetivo, tanto reivindicar melhores condições no sistema prisional paulista, como também, promover a reunião, união dos indivíduos do grupo. Por outro lado, o setor menos radical seria o de Marcos Willians Camacho, o Marcola, cujo objetivo seria apenas o de manter a viabilidade de praticar seus negócios financeiros.

Segundo ele, o Primeiro Comando da Capital se intitula “partido do crime” (AMORIM, 2003, p. 34), controlando cerca de 30 mil indivíduos encarcerados no estado de São Paulo e cada vez mais, procurava direcionar suas ações para elementos que simbolizassem o poder do Estado:

Delegacias policiais foram atingidas por granadas e rajadas dos fuzis automáticos. Carros-bomba, como não se via desde o atentado ao quartel-general do então II Exército (hoje Comando Militar do Sudeste), praticado pela guerrilha dos anos 70, em São Paulo, voltaram a ocupar as manchetes dos jornais. Prédios da Justiça foram os alvos, e diretores de presídios começaram a ter parentes seqüestrados. Em pelo menos um caso, em setembro de 2000, houve um crime de morte [...] (AMORIM, 2003, p. 41).

Um dos artifícios utilizados pelo grupo social para manter sua hegemonia teria sido o de procurar eliminar os líderes de outros grupos sociais existentes dentro dos presídios paulistas. Dessa forma, por exemplo, líderes de grupos sociais como o Comando da Liberdade ou Comitê da Liberdade (CDL), a Seita Satânica e o Partido Revolucionário da Criminalidade Brasileira (PRCB), teriam sido mortos.

A notoriedade do grupo, de acordo com o autor (AMORIM, 2003), teria se iniciado, na mídia, pela jornalista Fátima de Souza que teria designado o grupo como “partido do crime”. Entretanto, os primeiros informes sobre esse grupo social já teriam sido relatados desde o ano de 1993, por meio de relatórios internos do sistema prisional paulista, para os quais o Estado não teria dado a devida atenção, segundo o autor.

Outro fator levantado por Amorim (2003) é que, muito embora o Estatuto do PCC tenha se tornado público no ano de 2001, já no ano de 1997, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, já discutia a situação dos presídios paulista, tendo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, uma versão do referido estatuto.

6.1.3 O Estatuto

Como bem sabemos, o estatuto é um tipo de enunciado, já estabilizado em nosso meio social; dá-se em meio a um campo de criação ideológica cujo objetivo seja o de procurar determinar, estabilizar, organizar como deva ser um agrupamento social. Para isso, utiliza-se de um discurso autoritário, na medida em que, determinando regras ou códigos de conduta, já pressupõe a exclusão ou erro em não se o seguindo.

O estatuto do Primeiro Comando da Capital, como já citamos anteriormente, apareceu ao público, pela primeira vez, no ano de 2001, no jornal *Folha de São Paulo*. Podemos realmente assegurar que tenha sido o próprio grupo social quem o tenha delineado? Infelizmente, não conseguimos informações para isso. As informações que possuímos, como também já dissemos, são discursos filtrados pelos meios oficiais; ou seja, esse grupo social só tem o seu discurso autorizado a ser veiculado, uma vez que o mundo oficial abre espaço para a sua voz. O fato é que, o discurso do estado de São Paulo, por meio de suas instituições policiais e de justiça, afirma, assim como também os suportes midiáticos, a existência desse grupo social, e de seu estatuto. É sobre esse discurso (ressaltamos novamente: *filtrado*) que trabalhamos.

6.1.3.1. O Estatuto do Primeiro Comando da Capital.

No dia 19 de fevereiro de 2001, o jornal *Folha de São Paulo* apresentava a seus leitores uma cópia do estatuto do Primeiro Comando da Capital; o próprio jornal assegura a veracidade do documento, afirmando que a íntegra do estatuto, fora “reproduzida fielmente como fora escrita pelas lideranças da organização criminosa”:

ESTATUTO DO PCC

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. Luta pela liberdade, justiça e paz

3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
 4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
 5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
 6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
 7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado", mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
 8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
 9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
 10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
 11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".
 12. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
 13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 11 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.
 14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroz.
 16. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
 17. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.
- Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.
- LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!**
- O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação

com Comando Vermelho CV
UNIDOS VENCEREMOS

Como podemos perceber, trata-se de um texto cujo enunciador se define como “O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital” (associado ao Comando Vermelho), ou como o “Partido”, variando sua colocação ora em um discurso em 3a. Pessoa, impessoal, ora em um discurso de 1a. Pessoa do plural, pretendendo, o enunciador apresentar-se como uma voz uníssona do grupo social. Essa construção discursiva de conjunto é intensificada com o uso da expressão “irmão” para designar os indivíduos que fazem parte do grupo. Da mesma forma, essa construção discursiva de conjunto, de irmandade se intensifica com a recorrência de expressões como “união”, “Paz”, “justiça”, “liberdade”, “respeito”, “solidariedade”.

Ao mesmo tempo, discursos contrários a essa idealidade também são levados em consideração, ou seja, percebe-se a existência de discursos contrários a essa idealidade que poderiam destruí-la; assim, o enunciador deixa claro que o “Partido” não “admite”: mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo e interesse pessoal; também considera que os integrantes devam “dar bom exemplo”, considerando como tal a não admissão de casos de “assalto, estupro e extorsão dentro do sistema”. Deixa-se claro o posicionamento que for contrário à idealidade estabelecida pelo grupo social: o indivíduo “será excluído e repudiado do Partido” (item 5); ou para aqueles que, em liberdade, se esquecerem dos “irmãos” presos: “serão condenados à morte sem perdão”.

Podemos perceber, mais amplamente, que o estatuto se configura como um enunciado⁵⁰ que responde a outros enunciados, que parecem ter se configurado como pretextos para a organização do grupo social. Dentro desse aspecto, poderíamos incluir os itens terceiro, décimo primeiro, décimo terceiro, décimo quarto e décimo sexto, na medida em que retomam situações referentes à situação dos presídios no estado de São Paulo.

Retomam-se, portanto, dentro do próprio estatuto considerações como lutar “contra as injustiças e a opressão dentro da prisão” (item 3), ou “[...] numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças” (item 11), ou “...]mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura, massacre nas prisões”. Podemos depreender de registros como os acima citados que se trata de um

50 “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros núcleos” (BAKHTIN, 2006, p. 272).

enunciador que, colocando-se, interiormente, no espaço dos presídios, considera que o tratamento dado à população carcerária é “injusto”, “opressivo”. A questão que levantamos é: por que injusto para a população carcerária? Trata-se de uma resposta a um condicionamento imposto por outro grupo social que detém o poder e o modelo ideal de organização social. Não querendo viver dentro dos padrões impostos por essa sociedade ideal, ou fugindo dos princípios por ela colocados, nada mais natural que ouvir-se de suas bocas a expressão injustiça (uma vez que não tem o poder para agir conforme lhes apraz). Entretanto, se a sociedade ideal realmente considerasse como seus também, tais indivíduos, entenderíamos que os sistemas prisionais dessa sociedade ideal procurariam formas reais de reinserção desses indivíduos em seu seio. Talvez a expressão “injustiça” fosse menos ouvida e lida, e provavelmente não veríamos a possibilidade de organização social tão estruturada (como o Comando Vermelho, ou o próprio PCC), uma vez que se perceberia, então, que em grande número, muitos dos indivíduos que se encontram nas prisões são os verdadeiros resultados dessa sociedade ideal que fica apenas na idealidade.

O que se tornou senso comum sobre os presídios brasileiros é que eles são as “verdadeiras escolas do crime”. Gente pobre e negra sendo lançada nesses espaços onde os princípios da sociedade ideal não funcionam. O estatuto do Primeiro Comando da Capital reitera enunciados referentes ao “Carandiru”, “Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté”, do estado de São Paulo, como também, “Bangu Um”, no Rio de Janeiro. Como bem sabemos tais espaços transformaram-se em verdadeiros depósitos de indivíduos que, de alguma forma, não se inseriram nos modelos da oficialidade. Lembremo-nos, por exemplo, do episódio da Casa de Detenção, em outubro de 2002, quando 111 presidiários foram mortos. Até hoje, nosso sistema judiciário não soube informar as causas para um número tão grande de indivíduos mortos.

Mais fácil foi implodir o prédio e transformar o espaço em área de recreação.... manipulações da memória da sociedade oficial.

CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão de nossa dissertação, com a triste verificação daquilo que supúnhamos desde o início de nosso trabalho: a constituição do sentido de justiça como equidade social é, de forma regular, uma idealidade; permanece circunscrito aos contextos da palavra escrita, ou nos contextos reais, quando se faz necessária para facilitar a vida de alguns poucos que detêm o poder em nossas sociedades. Justiça como equidade social somente existe nas construções simbólicas de nossas sociedades ideais: nesses monumentos/documentos (LE GOFF, 2006) detentores da palavra escrita que são as leis, as constituições. Nos registros do dia-a-dia, naquilo que Bakhtin chama de *ideologia do cotidiano*, podemos ver que as considerações são diferentes. Nessa materialização do pensamento das coletividades, através da mídia, podemos capturar quais são as ideologias correntes, em formação, ou em choque com as antigas, com as oficiais⁵¹. Nesses registros sobre os quais nos detivemos ficou uma certeza: os indivíduos não são considerados iguais uns aos outros, exceto de forma idealística, ou como por-vir, ou como forma do uso do poder que divide mais ainda as pessoas na sua existência concreta.

Para chegarmos a essa conclusão, utilizamo-nos do suporte epistemológico do dialogismo, que nos possibilitou organizar nosso olhar, para que pudéssemos tecer uma compreensão ativa. Entender que a palavra é um suporte sobre o qual se cabe tantos quantos investimentos o grupo social deseja, nos foi essencial; compreendemos que os sentidos, portanto, são mutáveis de acordo com os interesses dos interlocutores. Os sentidos, nessa ótica, são uma construção que se dá pela interação de pelo menos dois indivíduos socialmente organizados, cronotopicamente localizados.

Assim, compreendemos que a palavra venha a ser um dos principais elementos unificadores dos grupos sociais. Isso porque, como vimos, os grupos sociais se organizam, orientam-se tendo por base o passado comum a eles. Assim, a palavra, principalmente, a palavra escrita passa a ser para as coletividades um instrumento de

⁵¹ Aliás, sobre esse assunto, caberia o início de uma nova discussão a respeito das influências da mídia nas construções das idealidades oficiais de uma coletividade.

poder, por meio do qual se registra aquilo que mais lhes convém; através do registro de seus passados, de suas vivências, e também do futuro, dos seus desejos e sonhos, as coletividades constroem suas memórias, criando suas identidades não só coletivas como também individuais. Essa construção do passado e do futuro é que dá direcionamentos para o presente, assim como para o por-vir individual e coletivo dos grupos sociais.

Focamo-nos, portanto, sobre o material selecionado, um evento de instabilidade social; Bakhtin nos fala que nesses momentos é que podemos ver o quanto a palavra pode ser frágil. Sobre esse material, procuramos ter um olhar que entendesse: a palavra, como signo neutro, apto a receber qualquer investimento que seja do interesse dos interlocutores e a palavra enquanto registro do que ficou no passado e do futuro, ou seja, das motivações que orientavam os indivíduos em determinado tempo/espaço.

Pudemos verificar, no material selecionado, que estes fazem parte da construção de dois discursos: por um lado um discurso do terror, e do outro um discurso pedagógico.

O discurso do terror se construía por um conjunto de enunciados verbais e imagéticos que mostravam um enunciador amedrontado com a ação de indivíduos, considerados por ele, como não pertencentes ao seu grupo social: o enunciador se coloca como o “bom homem”, em franca oposição aos indivíduos que desestabilizam a ordem vigente; esse medo da desestabilização da ordem social então vigente acarretaria para o enunciador modificações em sua forma de lidar com o mundo, o que não é desejado. Ainda nesse discurso do terror, podemos ver que o enunciador deixa claro como se dá a boa ordem da sociedade: a palavra de ordem é a *economia* (carros nas ruas, *shopping centers* funcionando, trabalhadores indo a seus trabalhos); àqueles que não se enquadram nesse meio, cabe a expulsão do grupo social. Não há o interesse, a preocupação em saber quais situações levaram esses indivíduos a praticarem o que praticam. A palavra de ordem é que o Estado cumpra sua função e os exclua da comunidade; corta-se o mal pela raiz.

Por outro lado, vimos enunciados de um discurso pedagógico; o enunciador mostra que detém o poder do saber: ele tem o conhecimento necessário para mudar a situação mostrada no discurso do terror; mas não é ele quem mudará a situação: o seu discurso pedagógico é direcionado à oficialidade, uma vez que entende que tais ações devam se dar por meio dos órgãos oficiais da sociedade. Cabe a ele olhar, achar soluções e apresentá-las, uma vez que o mundo oficial não tem suporte necessário para isso. Novamente, vemos que o enunciador deixa claro quem são os indivíduos

pertencentes ao grupo social: são todos aqueles que de alguma forma colaboram formalmente para a economia do país; esse modelo é, para o enunciador, o modelo correto a ser seguido: existem os patrões, existem os empregados, é a estabilização necessária à sua permanência no poder. E existem aqueles que não se enquadram nesse grupo: a eles, a exclusão social.

Puxando os enunciados recortados desses discursos, podemos ver, posteriormente, que as sociedades tendem a construir idealidades míticas sobre a sua organização: os seres humanos são seres especiais, em conjunto e individualmente, que tiveram um início glorioso e caminham por estradas que nunca o conduzirão ao fim (ideais do paraíso, da eterna felicidade); ao fim podem ser destinados aqueles que, de alguma forma não se enquadram nessas idealidades. Por outro lado, vimos que, com o advento das *Leis*, num misto de saber lógico e subjetivo, impregnou-se nas organizações sociais, mais especificamente, nas idealidades de Estado, que todos os indivíduos são iguais: detentores dos mesmos direitos e deveres. São, como nos fala Rawls, as *pessoas morais* capazes de, através da lógica, verem umas às outras como seus iguais, e por conta disso, desenvolverem esquemas sobre os quais possam viver harmonicamente.

Mas pensando em termos de Brasil, será que essa idealidade de Leis se sustenta? Pudemos ver que, mesmo na época de real consolidação do Estado Brasileiro (1822 – Independência do Brasil, dos domínios de Portugal), o que menos se tinha aqui era igualdade entre os indivíduos; exemplo mais marcante, a existência da escravidão que se prolongou até praticamente o final do século XIX. As Constituições brasileiras desse período, muito embora tenham sido consideradas até muito liberais, direcionavam suas leis para a consolidação de um território soberano ou para a manutenção de alguns grupos sociais específicos. A Justiça como equidade entre os cidadãos era praticamente nula por essas terras; primeiramente, por não se consolidarem os reais sentidos de cidadãos para os indivíduos que habitavam essa terra, e em segundo lugar, por a Justiça ser feita a somente alguns dos indivíduos, de acordo com seus interesses e poderes.

Mesmo com o advento da industrialização e a crescente urbanização, não se pode dizer que havia o sentido de equidade entre os indivíduos que aqui moravam. Até a década de 30, eram escandalosas as situações de trabalho em que os operários viviam; foi necessária uma legislação específica para se regulamentar o mínimo de condições para esses indivíduos. E mesmo assim, é possível falar que tinham as mesmas condições de vida que a de uma pequena parcela da sociedade que, como fala Lima Barreto, vivia como “nababos”.

Ainda hoje, mesmo se considerando que vivemos um Estado ordenado por uma “Constituição Cidadã”, é possível também dizer que a palavra ali inscrita ordena o mundo real? Os indivíduos são considerados, legitimados, vivem igualmente uns aos outros? Sabemos que na realidade do dia-a-dia isso não se processa. Como nos fala Carvalho (2007), alguns dos grandes avanços alcançados pela Constituição de 1988 foram a universalização do voto, a possibilidade de maior organização e funcionamento de partidos políticos; estabeleceu também, como limite mínimo para aposentadorias e pensões o valor de um salário mínimo; fixou também o pagamento de um salário mínimo para portadores de deficiências e maiores de 65 anos, mesmo esses não tendo contribuído com a previdência. Para o estudioso, outro aspecto também positivo venha a ser a participação democrática; para ele, o surgimento, por exemplo, do Movimento dos Sem Terra (MST) é uma amostra da incorporação de grupos sociais, historicamente excluídos (no caso, pela força do latifúndio), na atividade política do país⁵². Entretanto, ele também lembra que, mesmo após a consolidação da Constituição de 1988, velhos problemas continuaram (e continuam) a persistir, como é o caso da corrupção política: “Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses” (CARVALHO, 2007, p. 203).

Mas, definitivamente, os maiores problemas de nosso país têm a ver com a desigualdade social e econômica. Analisando os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, referente ao ano de 2009, vemos que definitivamente pensar na plena efetivação da equidade social em nosso país é algo muito difícil; de acordo com o relatório, dos 182 países analisados, o Brasil ocupa a 75ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo o estudo, a medida de desigualdade no país (os 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres do país) é de 40,6⁵³. O limiar nacional de pobreza, no Brasil, é de 21,5%! Podemos dizer que há justiça como equidade entre os indivíduos num grupo social com tais índices? Certamente, não.

A descrença na própria Justiça é outro elemento que Carvalho (2007, p.211, 212) levanta em seus estudos; para ele:

⁵² Sobre as ações do MST, Carvalho (2007, p.203) pondera que: “Seus métodos, a invasão de terras públicas ou não cultivadas, tangenciam a ilegalidade, mas, tendo em vista a opressão secular de que foram vítimas e a extrema lentidão dos governos em resolver o problema agrário, podem ser considerados legítimos. O MST é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política, contribuindo assim para a democratização do sistema”

⁵³ A título de comparação, a mesma medida referente ao Japão, é de 4.1.

A falta de garantia dos direitos civis se verifica sobretudo no que se refere à segurança individual, à integridade física, ao acesso à justiça. O rápido crescimento das cidades transformou o Brasil em país predominantemente urbano em poucos anos. Em 1960, a população rural ainda superava a urbana. Em 2000, 81% da população rural ainda superava a urbana. Junto com a urbanização, surgiram as grandes metrópoles. Nelas, a combinação de desemprego, trabalho informal e tráfico de drogas criou um campo fértil para a proliferação da violência, sobretudo na forma de homicídios dolosos. [...] Roubos, assaltos, balas perdidas, sequestros, assassinatos, massacres passaram a fazer parte do cotidiano das grandes cidades, trazendo a sensação de insegurança à população, sobretudo nas favelas e bairros pobres.

Carvalho (2007) ainda considera que outro fator problemático em nossa sociedade é o fato de que o sistema judiciário não cumpre as suas reais funções. Para ele, poucos são aqueles que têm acesso à Justiça, ou por não conhecê-la, ou mesmo por não conseguirem fazer com que ela se efetive para eles. O estudioso ainda aponta alguns problemas nesse aspecto: os altos custos para se ter um bom advogado (os defensores públicos são em número reduzido para a necessidade da população brasileira), a morosidade da Justiça (os tribunais sobrecarregados).

Entende-se, então, a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos. A parcela da população que pode contar com a proteção da lei é pequena, mesmo nos grandes centros (CARVALHO, p. 215).

Para o estudioso ainda, a nossa população poderia ser dividida de acordo com a garantia de execução de seus direitos civis; para ele, há os cidadãos de primeira classe, que estariam acima das leis, conseguindo defender seus próprios interesses, por meio do uso de seu dinheiro e prestígio social; essa população é formada predominantemente por pessoas brancas, ricas e com formação universitária. Do outro lado, Carvalho (2007) vê uma imensa massa de pessoas simples, de “segunda classe, que se submetem à lei; seriam os trabalhadores assalariados, pequenos proprietários urbanos e rurais; em geral são brancos, pardos, ou negros, com educação fundamental; em geral não têm noção de seus direitos e se os têm, não conseguem fazer valê-los; geralmente estão à mercê dos agentes da lei, da polícia; essa população corresponderia a 63% das famílias que viveriam com uma renda entre 2 e 20 salários mínimos. Por fim, o estudioso considera a existência dos “elementos”, conforme jargão policial; essa parcela corresponderia à grande população marginal das cidades e das áreas rurais, sem carteira assinada, as empregadas domésticas, os menores abandonados, os mendigos; em geral, são negros ou pardos, e analfabetos, ou com educação fundamental

incompleta.

Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com os agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. Alguns optam abertamente pelo desafio à lei e pela criminalidade. [...] Para ele vale apenas o Código Penal (CARVALHO, 2007, p. 216, 217).

Fechamos nossa conclusão ainda com o sentimento de tristeza. Tristeza por constarmos que vivemos em um grupo social em que realmente a Justiça se faz somente a alguns, àqueles que detêm o poder: poder do prestígio, poder do dinheiro, poder da palavra.

Analisar os eventos relacionados ao Primeiro Comando da Capital possibilitou-nos verificarmos que a equidade entre os indivíduos é uma utopia, uma vez que não se concretiza mesmo em grupos sociais tão díspares: de um lado, temos o grupo social legitimado e de outro, o grupo social marginal – em ambos a situação da não equidade é visível, patente. No grupo social legitimado, por meio de nossas análises dos registros midiáticos, pudemos ver que o enunciador reflete e, ao mesmo tempo, constrói discursos ideológicos de uma determinada parcela da população que se considera a ideal e que por ela só luta pela justiça. Por outro lado, vemos um grupo social marginalizado (mas com uma estrutura tão organizada quanto às dos grupos sociais legitimados), que prega palavras de “liberdade, igualdade, irmandade”, sem que tais palavras realmente se efetivem; novamente ficam apenas no papel; nesse grupo social também vale a Justiça do mais forte: o que tem dinheiro, o chefe, aquele que mata.

Nosso objetivo aqui, realmente não é de considerar quem é certo ou quem é errado. Mas é irresistível considerar que ambos os grupos podem se colocados como iguais, na medida em que, mesmo considerando-se como grupos sociais, não efetivam a idealidade de que todos os indivíduos pertencentes ao grupo são realmente iguais.

Justiça como equidade - será possível um dia podermos realmente vivenciá-la? Fica aqui a nossa esperança que um dia ela possa se realizar....

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. *A Irmandade do Crime*. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *Cienc. Cult.* [serial on the Internet]. 2002. June. [cited 2010 Mar 04]; 54 (1): 44 – 46. Available from: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100021&In=en

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier, PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. São Carlos: ClaraLuz, 2006.
 _____. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: ClaraLuz, 2003.

ESTATUTO DO PCC. Folha Online, São Paulo, 12 fev. 2001. Disponível em <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.
 _____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
 _____. *As Palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. *Introdução às ciências da linguagem – A palavra e a frase*. Org. Eduardo Guimarães e Mônica Zoppi – Fontana. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
 _____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
 _____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 6 dez. 2002.

- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão ...[et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MAGEE, Bryan. *História da Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inquérito Policial no. 050.02.089596-8*. Disponível em : < <http://WWW.conjur.com.br/2002-dez-06/ministerio-publico-denuncia-primeiro-escalao-pcc>> . Acesso em 20 nov. 2009.
- NAVARRO, Pedro. *O pesquisador da Mídia: entre a “Aventura do Discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD*. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do Texto e do Discurso: Mapeando Conceitos e Métodos*. São Carlos, SP: ClaraLuz, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1988
- PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 111, p. 26 – 27, jun. 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento- política e filosofia*. Trad. De Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. Trad. De Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RAWLS, John. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000)
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Disponível em: < http://hdr.undp/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2010.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- THOMAZ, Kleber. PCC conquista favela com comida e leite *Folha Online*, São Paulo, 02 jul. 2006. Disponível em <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.
- THOMAZ, Kleber. Para moças da favela, bom partido é PCC. *Folha Online*, São Paulo,

02 jul. 2006. Disponível em <http://folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ANEXO**Inquérito Policial no. 050.02.089596-8**

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal do Foro Central

Inquérito Policial no. 050.02.089596-8

5ª Delegacia do Departamento de Investigações sobre Crime Organizado/Roubo à Bancos/Grupo de Intervenção em Cenário de Resgate de Presos

Dimana dos presentes autos de inquérito policial que desde o ano de 1.993, os ora denunciados Marcos Willians Herbas Camacho, vulgo "Marcola" (qual. fls. 223) e Julio César Guedes de Moraes, vulgo "Julinho Carambola" (qual. fls. 454), juntamente com Agnaldo Souza dos Santos, vulgo "Baianão" (qual. fls. 465), Jair Facca Júnior, vulgo "Faca" (qual. fls. 460), Alexandre Aparecido Fernandes, vulgo "Zildo Caramujo" (qual. fls. 471), Nilson Paulo Alcântara dos Reis, vulgo "Faísca" (qual. fls. 515/413), Carlos Magno Zito Alvarenga, vulgo "Nego Manga" (qual. fls. 408), David Stocker Ulhoa Maluf, vulgo "Magaiver" (qual. fls. 396), Luís Carlos Galego (qual. fls. 482), Abraão Samuel dos Reis (qual. fls. 251), Wilson Herber Condasso, vulgo "Conrado" (qual. fls. 421) e Wanderson Nilton Paula Lima, vulgo "Andinho" (qual. fls. 489), LRZ (requer-se a juntada da qualificação) e Alex Ramos de Oliveira (requer-se a juntada da qualificação) associaram-se em quadrilha ou bando para o fim de cometerem crimes, dentre estes o tráfico ilícito e entorpecentes, extorsões, seqüestros, homicídios e outros crimes, utilizando-se para tanto de armas de fogo.

Segundo o apurado, no ano de 1.993 foi formada a organização criminosa denominada PCC - Primeiro Comando da Capital, cuja meta inicial era a prática de extorsões contra detentos e seus familiares, bem como determinar a realizar execuções de outros presos visando dominar o sistema carcerário, realizando o tráfico de entorpecentes no interior dos presídios e cadeias públicas. Com passar dos anos a

organização criminosa estendeu suas operações, passando também a realizar inúmeros crimes fora do aludido sistema.

Formou-se assim a quadrilha, da qual eram integrantes ativos os denunciados, cujos membros se congregaram com o fim predeterminado de abusar da superioridade numérica no sistema para a obtenção de lucro ilícito e que, tendo plena consciência do papel que cada qual cumpria na organização, puseram em execução o programa de seu recíproco interesse aproveitando-se para isto de pessoas que se encontravam fora do sistema penitenciário. Assim, para êxito do projeto, houve uma sofisticada divisão de trabalho.

Tal estrutura, basicamente piramidal, conta em seu topo com os chamados "Fundadores" ou aqueles os quais, em virtude de seu mister criminoso, alçaram uma posição de prestígio dentro da entidade criminosa, quer por matarem outros presos, quer por executarem ações cujo retorno fosse especialmente proveitoso para a organização.

O Primeiro Comando da Capital conseguiu ampliar suas atividades e logrou obter a atenção da mídia e embora seus membros não fossem individualizados o grupo fazia questão de assinalar as ações praticadas em seu nome.

O apogeu adveio posteriormente, quando por ocasião da maior rebelião prisional da qual se tem notícia no mundo, a chamada "Megarebelião". Tal rebelião envolveu vários presídios com ações simultâneas e o símbolo a organização, onde além das iniciais mencionam-se os números correspondentes: 15.3.3., foram gravados até mesmo no pátio do complexo prisional do Carandiru.

Posteriormente, quando por ocasião do aniversário de um ano da chamada "Megarebelião", novamente a organização criminosa demonstrou seu poder e realizou diversas ações de grande porte dentro do sistema prisional.

Indiscutível pois que fazendo por se aproveitar do manto da generalidade e crenças de assim estarem protegidos da resposta penal à suas condutas, tais ações foram praticadas sempre pelo mesmo grupo e com as mesmas finalidades. Tal fato transcorreu até quando o método de operação foi primeiramente esclarecido.

Apurou-se então que a organização conhecida como Primeiro Comando da Capital é composta além dos líderes conhecidos como Fundadores, tal como o já

explicado, por outros em escala hierárquica inferior, os "batizados", os quais assim são chamados porque reconhecidos por líderes como membros ativos da sociedade criminosa e recebendo, na maior parte das vezes, uma cópia do chamado "estatuto", ou seja, das regras as quais concordam em obedecer.

Some-se ainda a existência das chamadas "centrais", expressão hoje já popularizada, e que consiste sempre em linhas telefônicas instaladas em locais quaisquer, programadas com o escopo de efetuarem a transferência de chamadas ou o que se denomina "teleconferência" (três pessoas falando ao mesmo tempo).

As lideranças e os membros da organização conseguem obter ilicitamente aparelhos de telefone celulares, os quais são introduzidos no presídio, normalmente pré-pagos, com os quais ligam para as "centrais" as quais, automaticamente ou com a interferência de operadores (geralmente mulheres), transferem as chamadas para o destino final.

Os aparelhos celulares são geralmente pré-pagos, assim se faz eis que inviabilizam a identificação do usuário, mas fazem por necessitar de outra linha para receber a chamada sempre "a cobrar" porque é inviável a utilização de cartões seguidamente, o tempo de comunicação e o número de celulares são tais que os cartões necessários seriam inúmeros.

Assim, as ligações são feitas na maioria das vezes "a cobrar" e as linhas fixas permanecem programadas até que sejam desligadas por falta e pagamento, quando então são substituídas por outras.

Com a expansão da organização a ordem hierárquica desenvolveu uma ordenação escalonada mais complexa e culminou com a criação dos chamados "pilotos", presidiários os quais detém poder de mando dentro de determinado presídio ou pavilhão como representante dos "Fundadores" ou em situação semelhante a estes.

O pavilhão ou presídio sob influência de cada "piloto" é conhecido como "raio", dentro do qual nova escala hierárquica se estabelece, igualmente de natureza piramidal. Assim define-se hoje a escala orgânica do chamado "Primeiro Comando da Capital".

Ocupando a posição de liderança, o denominado "primeiro escalão" encontram-se atualmente os denunciados **MARCOS WILLIANS HERBAS**

CAMACHO, vulgo "Marcola" ou "Playboy" e JÚLIO CESAR GUEDES DE MORAES, vulgo "Julinho Carambola".

Prova-se nos autos que o denunciado MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO, vulgo "Marcola", comanda as várias atividades criminosas do grupo, orientando e determinando as atividades a serem exercidas. "Marcola", muito embora não falasse nos telefones interceptados, foi apontado por integrantes como líder da organização criminosa.

A ex-esposa de MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO, vulgo "Marcola", a advogada Ana Olivatto, foi vítima de homicídio em data recente e sua morte está ligada diretamente à disputa de poder dentro da organização, embora o inquérito apuratório ainda esteja em tramitação.

Em uma demonstração da ascendência criminosa de MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO, vulgo "Marcola", após a morte da advogada (sua ex-mulher) determinou o denunciado que todos os detentos da unidade prisional onde se encontrava recluso permanecessem de luto, no que foi obedecido.

Também em pelo menos uma oportunidade, como se demonstrará, o nome do denunciado era exposto em rebeliões, mais uma demonstração de sua liderança no sistema prisional. E é evidente que ta liderança não era exercida solitariamente, muito pelo contrário, a estrutura hierárquica já citada contava com a presença dos chamados "pilotos".

Segundo o apurado, afim de administrar, fazer cumprir as determinações da liderança, gerir os interesses da organização criminosa e decidir disputas dentro das unidades prisionais, a liderança escolhia presos que fossem de sua confiança e delegava a cada um autonomia decisória. Conluiados, passaram a aderir à conduta delituosa na condição de "Pilotos":

- a) na Penitenciária do Estado de São Paulo, Complexo do Carandiru, aderiram à conduta criminosa assumindo a posição de "Pilotos" os ora denunciados: AGNALDO SOUZA DOS SANTOS, vulgo "Baianão" e JAIR FACCA JUNIOR, vulgo "Faca",
- b) no Presídio de Ribeirão Preto ALEXANDRE APARECIDO FERNANDES, vulgo "Caramujo", o qual além das funções usuais de "Piloto" tinha sob sua responsabilidade a guarda de armamentos utilizados pela organização criminosa

c) no Presídio de Iaras exercia liderança também com o título de "Piloto" NÍLSON PAULO ALCÂNTARA DOS REIS, vulgo "Faísca", foi justamente com tal denunciado que Petronilha Maria de Carvalho Felício, a "Dona Petrô", esposa de José Marcio Felício, o "Geleirão", manteve comunicação através de telefone celular dando conta e recebendo informações sobre as atividades do "Partido", dentre estas a menção sobre a colocação de explosivos na "Bolsa de Valores do Estado de São Paulo",

d) na Penitenciária de Iperó, aderiu a atividade da organização criminosa na condição de "Piloto" e portanto exercia a liderança local CARLOS MAGNO ZITO ALVARENGA, vulgo "Nego Manga",

Outra liderança inquestionável dentro da estrutura criminosa é a exercida por JULIO CESAR GUEDES DE MORAES, o "Julinho Carambola", o qual encontrava-se cumprindo pena na mesma unidade prisional que MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO, vulgo "Marcola", na Penitenciária de Araraquara, dividia com este as decisões de maior importância dentro do "Partido" podendo determinar a conduta a ser assumida pelos "Pilotos".

Embora não sendo "Piloto" mas possuindo uma participação dentro da organização criminosa desde 1.998, inclusive remetendo mensalmente dinheiro oriundo dos crimes que praticava para o "Partido", está VANDERSON NILTON PAULA LIMA, vulgo Andinho. Tais quantias costumavam variar entre R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e RS 20.000,00 (vinte mil reais) segundo admite o próprio denunciado.

DAVID STOCKLER ULHOA MALUF, vulgo "Magaiver", indivíduo com qualificação técnica em eletrônica, é responsável pela montagem de artefatos explosivos utilizados em práticas criminosas, notadamente, podemos citar, o "carro-bomba" colocado na Fórum "Mário Guimarães", no bairro da "Barra Funda", nesta Capital.

DAVID STOCKLER ULHOA MALUF, vulgo "Magaiver" encontra-se preso justamente pela prática de crimes onde se utilizava sofisticados mecanismos explosivos colocados nos corpos das vítimas, geralmente funcionárias de grandes joalherias.

Como DAVID STOCKLER ULHOA MALUF, vulgo "Magaiver" encontrava-se preso, era o denunciado LUIS CARLOS GALEGO, com formação em

analista de sistemas, o integrante do "Primeiro Comando da Capital" responsável pela montagem dos artefatos explosivos. Na residência do denunciado LUIS CARLOS GALEGO foram apreendidos artefatos semelhantes aos utilizados no atentado à bomba perpetrado contra o "Fórum Mário Guimarães". Cumpre salientar que LUIS CARLOS GALEGO é sogro de DAVID STOCKLER ULHOA MALUF, vulgo "Magaiver" e agia sob sua orientação.

Responsável pelas comunicações dos líderes isolados, o advogado ABRAÃO SAMUEL DOS REIS contatava José Marcio Felício, o Geléio, bem como outras lideranças e recebia determinações que eram repassadas diretamente para os "Pilotos". ABRAÃO SAMUEL DOS REIS também efetuava atividades diversas com o escopo de beneficiar a gerência financeira do "Partido", recebendo um veículo para revenda e posterior repasse de dinheiro às lideranças.

WILSON HEBER CORDASSO, vulgo "Conrado", também é participante do "Primeiro Comando da Capital", sua função foi intermediar a colocação do veículo com explosivos no "Fórum Mário Mário Guimarães". "Conrado" utilizava o mesmo telefone celular que o denunciado NÍLSON PAULO ALCÂNTARA DOS REIS, vulgo "Faísca, enquanto estavam juntos no Presídio de Iaras repartindo com este as atividades.

LRZ, qualificação cuja juntada ora se requer, também é membro da organização criminosa, sua função é a de atuar como relações públicas, redigindo manifestos e mantendo contato com jornalistas (segundo o próprio denunciado admite) servindo também como negociador em rebeliões.

ALEX RAMOS DE OLIVEIRA, também faz parte da organização, exercia traficância remetendo parte dos lucros ao "Partido", tendo sido apreendido em seu poder aproximadamente 17 kg. (dezessete quilogramas) de cocaína, fato que está sendo apurado em sede própria.

Isto posto, denunciemos como incurso nas penas previstas aos arts. 288 § único do Código Penal c.c. art. 8º da Lei 8.072/90: MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO, JÚLIO CESAR GUEDES DE MORAES, AGNALDO SOUZA DOS SANTOS, JAIR FACCA JÚNIOR, ALEXANDRE APARECIDO FERNANDES, NILSON PAULO ALCANTARA DOS REIS, CARLOS MAGNO ZITO

ALVARENGA, DAVID STOCKERULHOA MALUF, LUÍS CARLOS GALEGO, ABRAÃO SAMUEL DOS REIS, WILSON HERBER CONDASSO, LRZ, ALEX RAMOS DE OLIVEIRA e WANDERSON NILTON PAULA LIMA.

Em consequência, requeremos a instauração da competente ação penal, prosseguindo-se no rito processual legal nos termos dos arts. 394 e 498 e seguintes do Código Processual, interrogando-os e ouvindo-se as testemunhas do rol abaixo, seguindo-se até r. sentença final condenatória.

Rol de Testemunhas:

1ª) Dr. Ruy Ferraz Fontes (Delegado de Polícia/DEIC)

2ª) Sheila Vera Garcia (Investpol - Deic)

3ª) Francisco José Ferreira de Sá (investpol - DEIC)

4a) José Márcio Felício (preso)

Termos em que R. e A. esta.

São Paulo,06/12/02

Roberto Porto

29º Promotor de Justiça da Capital

Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado

Marcio Sergio Christino

52º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado